

# **PGTA**

# **DIA WII**

Plano de Gestão Territorial e Ambiental

**Coordenadoria das  
Organizações Indígenas do  
Tiquié, Uaupés e Afluentes**

2020





**PGTA DIA WII**  
**PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**  
**COORDENADORIA DAS ORGANIZAÇÕES**  
**INDÍGENAS DO TIQUIÉ, UAUPÉS E AFLUENTES**

**FOIRN / DIA WII**

**2020**

## EXPEDIENTE

O Plano de Gestão da DIA WII-Coordenadoria das Organizações Indígenas é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres das diferentes sub-regiões da DIA WII. É fruto da agenda conjunta, liderada pela FOIRN e Coordenadorias Regionais, para a construção dos Planos de Gestão das Terras Indígenas do Rio Negro, dentre elas a Terra Indígena Alto Rio Negro. O PGTA da DIA WII é um desdobramento do PGTA da TI Alto Rio Negro: foi construído de modo paralelo visando o aprofundamento de temas e problemas específicos de nossa região e que não puderam ser inteiramente contemplados no PGTA da TI ARN. O objetivo é que este documento específico da DIA WII sirva de instrumento para nosso diálogo interno e de ferramenta complementar na interlocução com o poder público e parceiros.



**Realização** DIA WII e FOIRN — <https://foirn.org.br/>

**Diretor Executivo da FOIRN para região da DIA WII (2017-2020)**

Nildo Fontes – Tukano.

**Coordenação DIA WII (2017-2020)**

Antonio Marques – Coordenador  
Atilio Costa Dutra – Vice-coordenador  
Dionísio Mesquita – Secretário  
Edimilson Pimentel – Tesoureiro

**Apoio** ISA e Funai



**Organização e edição do documento**

Aline Scolfaro

**Colaboração para organização de conteúdo e revisão**

Carla Dias

**Apoio na sistematização de dados e informações**

Pieter-Jan van der Veld e Nelson Ortiz (para região do Traíra-Apapóris).

**Redação e revisão de texto/contéudo** Aline Scolfaro; Domingos Barreto; Nildo Fontes e Pieter-Jan van der Veld.

**Elaboração de mapa** Renata A. Alves

**Projeto Gráfico** Rafael Miranda Campos

**Colaboração para temas específicos** Juliana Lins (parte III – produção e comercialização de cerâmica); Henrique Junio Felipe (território e histórico de ocupação dos Yuhupdêh)

**Representantes das comunidades e associações indígenas que participaram do Levantamento Socioambiental e das oficinas dos Grupos de Trabalho (GT) do PGTA**

Estevão Monteiro Pedrosa; Germano J. B. Campos; Ismael Pimentel dos Santos; Jarbas Goes Dias; José Sidney Meireles; Larissa Duarte; Lenilza Marques Ramos; Lucas Alves Bastos; Mateus Gomes Macedo; Rogelino da Cruz Alves Azevedo; Rosivaldo Lima Miranda; Roberval Sambrano Pedrosa.

**Colaboradores** todas as lideranças e moradores das comunidades da área de abrangência da DIA WII que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA.

**Apoiadores Financeiros**



O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.



# Sumário

<b>I. DIA VII: um território extenso e multiétnico</b> . . . . .	7
Território, população, grupos étnicos . . . . .	7
Associações, Gestão e Governança . . . . .	12
Alguns desafios para a governança territorial. . . . .	14
<b>II. Sub-regiões e diversidades locais</b> . . . . .	16
1. Baixo Uaupés e Baixo Tiquié . . . . .	16
Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação. . . . .	17
O povoado de Taracú . . . . .	22
Associações e governança. . . . .	24
Alguns desafios para a gestão do território . . . . .	25
Iniciativas locais: mapeamentos participativos e manejo pesqueiro . . . . .	26
2. Médio Tiquié. . . . .	29
Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação. . . . .	30
Associações e governança. . . . .	35
Alguns desafios para a gestão do território . . . . .	36
Iniciativas locais: manejo, pesquisas interculturais e etnomapeamentos . . . . .	36
3. Alto Tiquié . . . . .	38
Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação . . . . .	39
O povoado de Pari-cachoeira . . . . .	43
Associações e governança. . . . .	47
Alguns desafios para a gestão do território . . . . .	48
Iniciativas locais: manejo, pesquisas interculturais e etnomapeamentos . . . . .	50
4. Rio Traíra e Apapóris . . . . .	52
Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação . . . . .	53
Principais problemas e desafios para a gestão do território. . . . .	56
Expectativas e demandas das comunidades . . . . .	57

### **III. Gestão ambiental e territorial na região da DIA WII: iniciativas já desenvolvidas e lições aprendidas** . . . . . 59

1. Escolas indígenas diferenciadas . . . . .	60
2. Rede de AIMAs–Agentes Indígenas de Manejo Ambiental . . . . .	62
3. Pesquisas interculturais . . . . .	63
4. Projetos de piscicultura . . . . .	66
5. Manejo de peixes . . . . .	68
6. Manejo da sorva e comercialização do banco tukano . . . . .	71
7. Manejo do lixo . . . . .	72
8. Soberania alimentar em Taracuí . . . . .	73
9. Meliponicultura . . . . .	74
10. Produção e comercialização da cerâmica pelas mulheres da AMIRT. . . . .	75
11. Fortalecimento cultural: reconstrução de malocas; registro de conhecimentos e práticas tradicionais; revitalização e documentação linguística . . . . .	78
12. Encontros transfronteiriços . . . . .	80
13. Materiais gerados no âmbito das iniciativas na área da DIA WII . . . . .	81

### **IV. Matriz PGTA DIA WII: desafios e diretrizes de gestão** . . . . . 85

1. Manejo ambiental e acordos internos. . . . .	86
1.1 Pesca . . . . .	86
1.2 Caça . . . . .	89
1.3 Extrativismo . . . . .	90
1.4 Roça . . . . .	92
2. Áreas prioritárias para projetos comunitários e políticas públicas. . . . .	93
2.1 Cultura e Território . . . . .	93
2.2 Direitos indígena e proteção territorial . . . . .	98
2.3 Governança indígena . . . . .	101
2.4 Educação escolar indígena. . . . .	103
2.5 Saúde indígena . . . . .	109
2.6 Manejo, sustentabilidade e geração de renda. . . . .	115
2.7 Direitos sociais . . . . .	121
2.8 Lixo e saneamento . . . . .	124
2.9 Infraestrutura: energia, comunicação, mobilidade . . . . .	128

### **Siglário** . . . . . 134



# **I. DIA WII: um território extenso e multiétnico**

## **Território, população, grupos étnicos**

A área de abrangência da DIA WII–Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes, abarca a região do baixo rio Uaupés e todo o curso do rio Tiquié e afluentes, até a faixa de fronteira com a Colômbia. Também inclui o extenso trecho da margem esquerda do rio Traíra e afluentes, até a boca do rio Apapóris, região de fronteira com a Colômbia e área contígua entre a Terra Indígena Alto Rio Negro e a Terra Indígena Rio Apapóris.



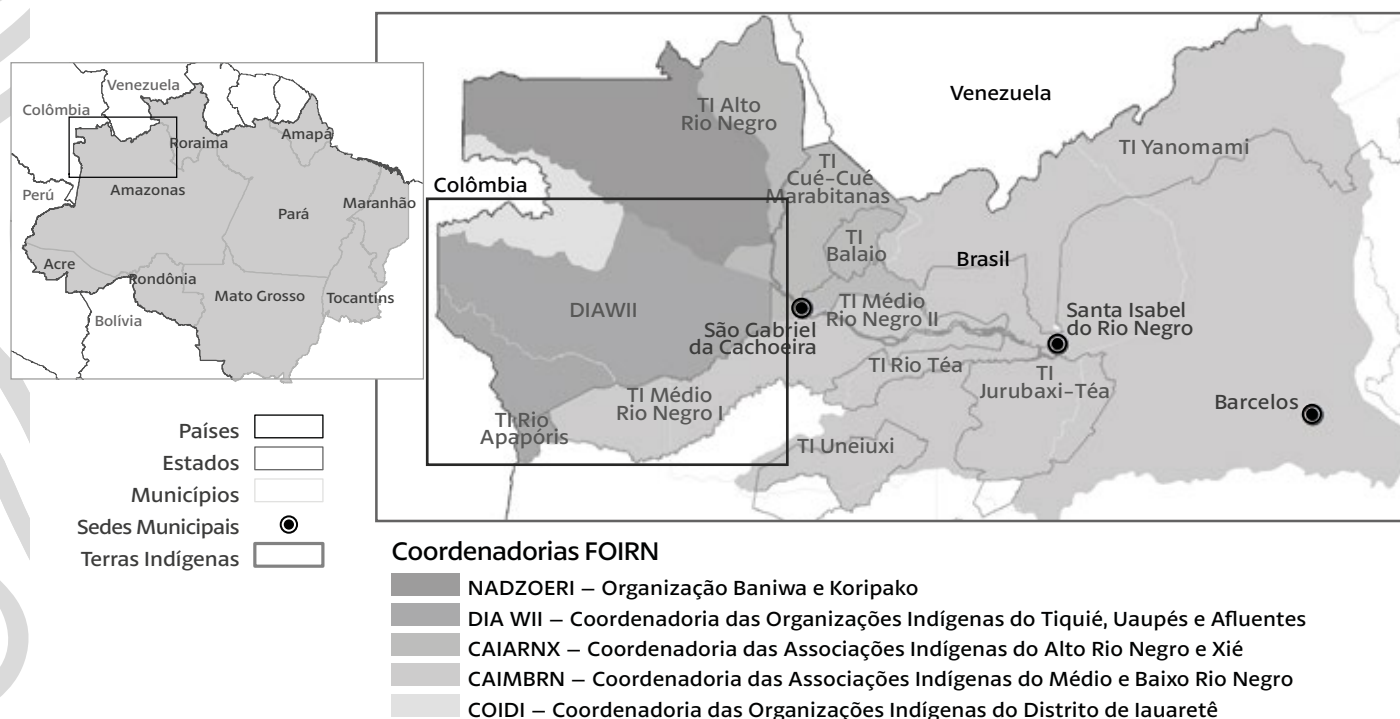
Petróglifos em Itapinima (Baixo Uaupés), um dos lugares sagrados da região da Dia Wii. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Esse extenso território, de cerca de 4 milhões de hectares, abrange duas das unidades distritais do município de São Gabriel da Cachoeira, o Distrito de Pari-cachoeira e o Distrito de Taracúá, que constituem a Região Administrativa Baixo Rio Uaupés e Tiquié, definida pela Lei Municipal 209/2006 (Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, 2006). E o trecho do Traíra e Apapóris, mais ao sul, adentra os limites territoriais do município vizinho, Japurá.

Somos aproximadamente **5.700 pessoas** vivendo nessa região, de várias etnias das famílias linguísticas **Tukano Oriental e Naduhupy** (Hupd'äh e Yuhupdëh), sobretudo. Estamos distribuídos por cerca de **67 comunidades** e outros **80 assentamentos menores** às margens do Baixo Uaupés, Tiquié e afluentes (Yaiwari, Ira, Cunuri, Samaúma, Castanho, Umari, Cabari, Onça Igarapé, Umari Norte) e também na região do rio Traíra-Apapóris e afluentes. Nossas comunidades variam bastante de tamanho, mas, em geral, raramente possuem mais que 30 famílias. As exceções mais marcantes são os povoados de Taracúá, no baixo Uaupés, e Pari-cachoeira, no alto Tiquié, com cerca de 80 e 140 famílias, respectivamente. E já na TI Apapóris há a comunidade São José do Rio Apapóris que é bastante populosa, com cerca de 500 pessoas, quase todos do povo Yuhupdëh.

O grupo étnico mais numeroso hoje na área da DIA WII são os Tukano, seguidos pelos Hupd'äh, Desana, Yuhupdëh (que hoje estão mais

### Localização da Coordenadoria DIA WII





concentrados na TI Rio Apapóris) e Tuyuka. As demais etnias, como os Tariano, Piratapuia, Yebamahsã, Mirititapuia, Bará, Karapanã, Siriano, dentre outros, estão presentes em número menor e, em geral, estão mais concentrados em uma ou outra sub-região, ou do lado colombiano. E há também as etnias que estão representadas sobretudo por mulheres casadas com homens da região, mas que vieram de outros lugares do alto rio Negro, como mulheres Baniwa originárias da bacia do Içana.

## DIA WII: População e etnias

**Tabela 1.** DIA WII: População por etnia e gênero

<b>Etnia</b>	<b>Total</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
Tukano	1448	612	836
Hupd'äh	1396	695	701
Desana	852	377	475
Yuhupdëh	813	403	410
Tuyuka	489	248	241
Tariana	227	115	112
Piratapuia	112	50	62
Yebamahsã	104	50	54
Mirititapuia	77	38	39
Bara	34	19	15
Siriano	25	7	18
Baniwa	22	16	6
Karapanã	17	9	8
Baré	11	7	4
Outros*	49	32	17
Caboclo	17	5	12
Sem resposta	22	9	13
<b>TOTAL</b>	<b>5715</b>	<b>2692</b>	<b>3023</b>

\*Em "Outros" estão incluídos Kotiria (8), Kubeo (8), Arapasso (5), Koripako (2), Dâw (2), Yanomami (2), We-rekena (1), Nadëb (1)

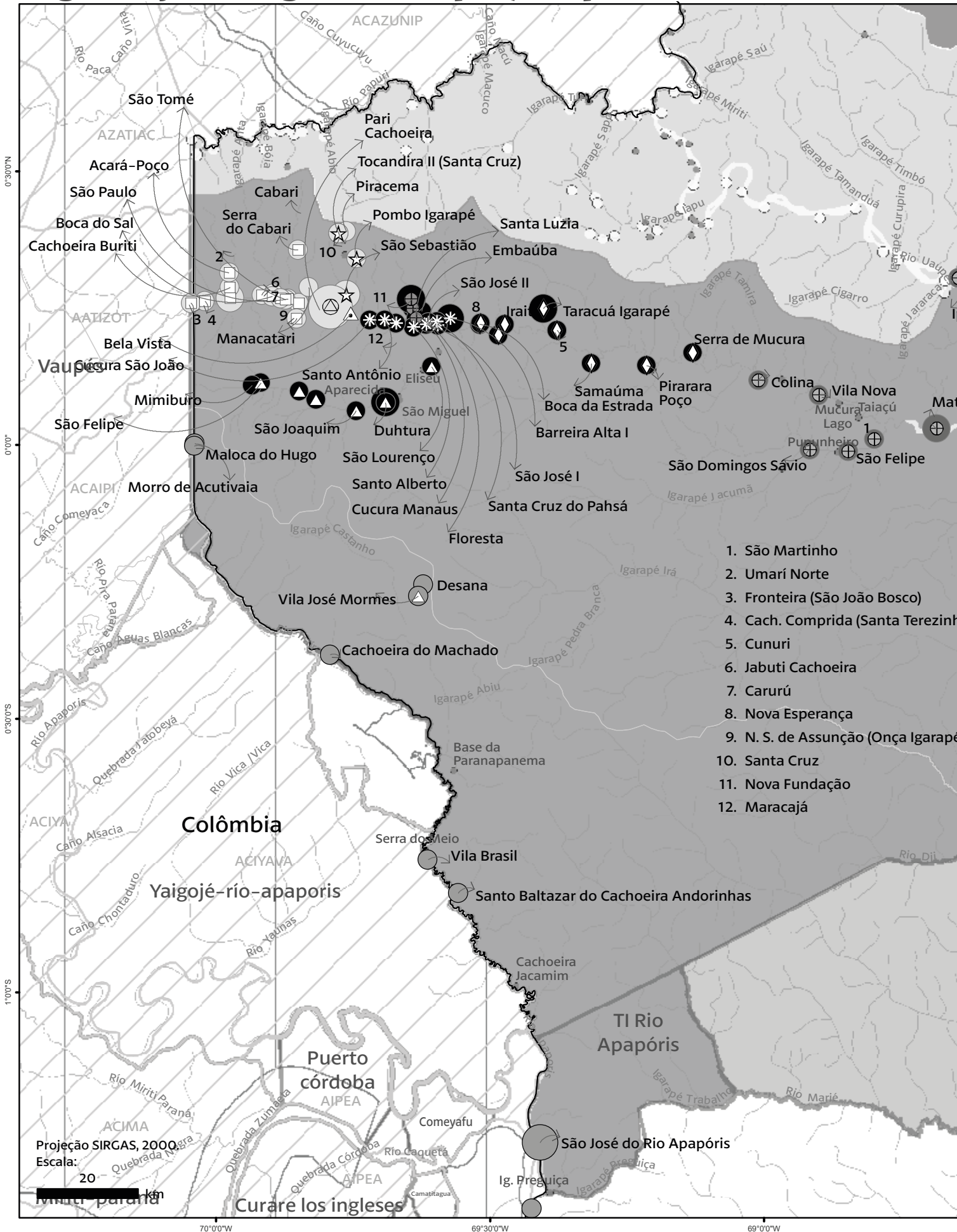
**Gráfico 1.** DIA WII:  
população por gênero

homens  
**3023**  
**57%**



mulheres  
**2692**  
**47%**

# Área de abrangência da DIA WII - Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes



1. São Martinho
2. Umarí Norte
3. Fronteira (São João Bosco)
4. Cach. Comprida (Santa Terezinha)
5. Cunuri
6. Jabuti Cachoeira
7. Carurú
8. Nova Esperança
9. N. S. de Assunção (Onça Igarapé)
10. Santa Cruz
11. Nova Fundação
12. Maracajá



Limite de Países



Limite de Municípios



Terras Indígenas (Brasil) e Resguardos Indígenas (Colômbia)



Reserva Florestal (Colômbia)



**Regiões da DIA WII**

- baixo uaupés e baixo tiquié
- médio tiquié
- alto tiquié
- traíra e apaporís

**Comunidades (população)**

- até 100
- de 101 a 300
- 301 a 500
- 501 a 1.000
- 1.000 a 2.000
- sítios
- outras comunidades

**Associações**

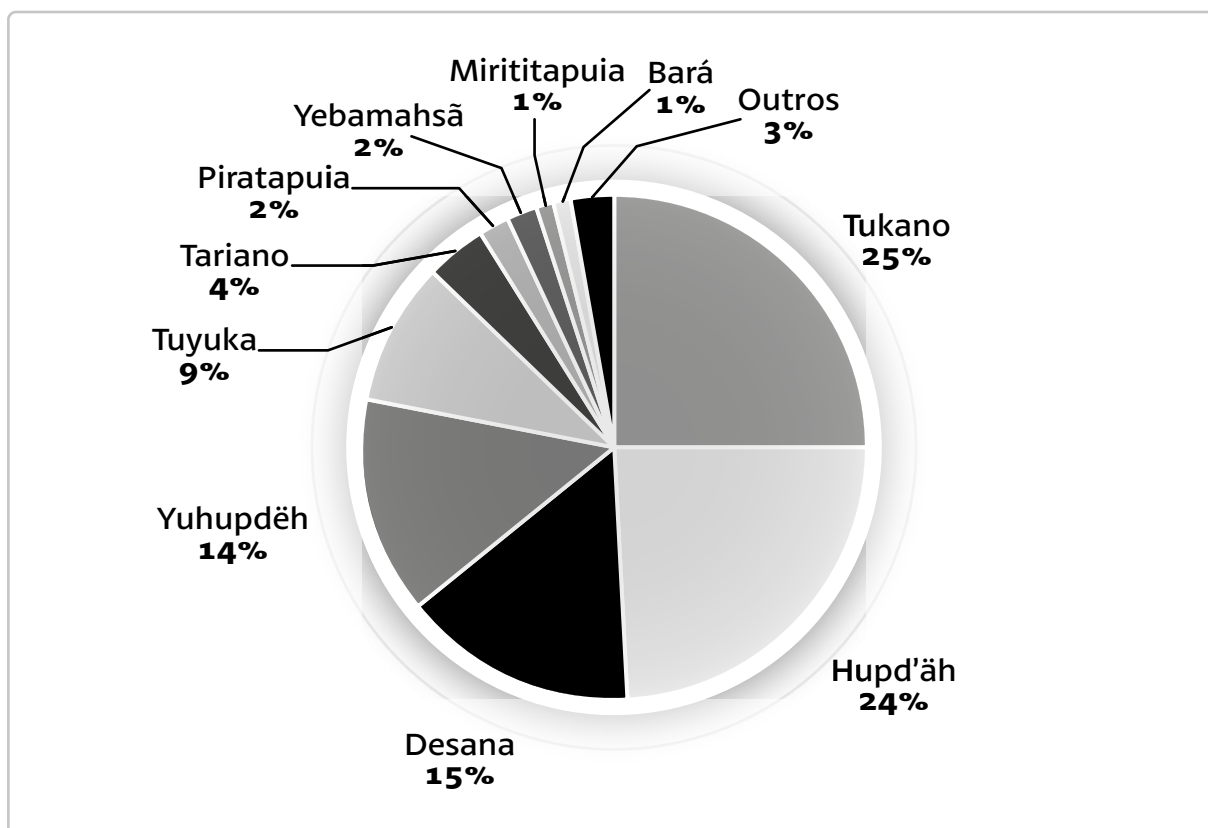
- ◇ ACIMET
- △ ACIRC
- ☆ ACIRU
- ⊕ ADSIRT e AMIRT
- ATRIART
- ⊗ CIPAC
- ▲ OIBV
- ⊛ OISL
- ☆ ACIPK
- ⊕ 3 TIIC

**Coordenadorias**

- COIDI
- CAIMBRN
- CAIARNX
- DIA WII
- NADZOERI
- ⊘ Associação de Autoridades Tradicionais Indígenas AATIs

Fontes: Base cartográfica RAISG, Coordenadorias, Comunidades e Sítios e Associações ISA/FOIRN. Mapa elaborado pelo ISA/2020.

**Gráfico 2. DIA WII: grupos étnicos**



## **Associações, Gestão e Governança**

Desde os nossos primeiros ancestrais já se fazia a gestão ambiental e territorial em nossas terras. Cada grupo, cada clã, cuidava de seu território, seus locais de pesca, caça, coleta, seus terrenos de roça. Também tinham grande respeito pelos lugares sagrados e pelas regras estabelecidas desde os tempos das origens: regras alimentares, regras de comportamento, regras de manejo. Faziam ainda as cerimônias de proteção e de troca conforme as épocas do calendário ecológico-astronômico, afastando os perigos, colaborando com os ciclos da natureza e reforçando as relações entre parentes e cunhados. Assim viviam bem, com abundância e fartura, afastando as doenças e os perigos da natureza.

Assim também deixaram para nós um território bem cuidado, equilibrado, com diversidade de peixes, caça, frutas, cultivos.

É claro que hoje não vivemos mais como nossos antepassados. Muita coisa mudou desde que nossos avós entraram em contato com os não-indígenas, o que trouxe muitos problemas, mas também novos desafios e oportunidades. Por isso mesmo a gestão e a governança do território exigem hoje novos instrumentos que nos auxiliem tanto em nosso planejamento e diálogo internos, quanto no diálogo e negociações com o poder público e outros setores da sociedade. Pensamos que o PGTA é um desses instrumentos.

Também as organizações indígenas e as associações de base são instrumentos muito importantes para o atual exercício de nossa



governança e para a defesa de nossos territórios e direitos culturais. As primeiras associações na região da DIA WII surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, no período das intensas discussões e da luta para a demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro. Outras foram sendo criadas ao longo das últimas duas décadas, visando a execução de projetos locais para o enfrentamento dos desafios pós-demarcação: fortalecimento cultural, manejo e gestão dos territórios demarcados e execução de projetos para o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades.

Com isso a região conta hoje com **11 associações de base**, filiadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e distribuídas pelas diversas sub-regiões, conforme segue:

### Área do Alto Tiquié

**ACIRU** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari. Fundada em 1991, representa as comunidades do igarapé Umari, afluente da margem esquerda do alto Tiquié.

**ATRIART** Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié. Fundada em 1992 com o nome de CRETART, em 1999 passou a se chamar ATRIART. Representa as comunidades do alto rio Tiquié, acima de Pari-cachoeira.

**CIPAC** Coordenação Indígena de Pari-cachoeira. Fundada em 1995, depois da desintegração da AUCIRT (Associação da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié), que havia sido criada no início da década de 1980. Representa as 6 vilas do povoado de Pari-cachoeira.

**OIBV** Organização Indígena de Bela Vista. Fundada em 1997, representa as famílias da comunidade Bela Vista, nas proximidades de Pari-cachoeira.

**AMIPAC** Associação das Mulheres Indígenas

de Pari-cachoeira. Fundada nos anos 2000, representa as mulheres das 6 vilas de Pari-cachoeira.

### Área do Médio Tiquié

**ACIRC** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha. Fundada em 1998, representa as comunidades do igarapé Castanho.

**3 TIIC** Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura. Fundada em 2005, representa as comunidades do igarapé Cucura.

**OIDSL** Associação Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local. Fundada em 2005, representa as comunidades do curso mais alto do médio Tiquié, abaixo de Pari-cachoeira.

**ACIMET** Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié, representa as comunidades do curso mais baixo do médio Tiquié.

### Área do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié

**AMIRT** Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuí. Fundada em 1989 com o nome de AMITRUT (Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié), sendo a primeira organização de mulheres de todo o alto rio Negro. Em 2006 mudou o nome para AMIRT. Representa as mulheres de Taracuí e das comunidades do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié e vem ganhando grande destaque com o trabalho na área de alternativas econômicas sustentáveis, com foco sobretudo na produção e comercialização de cerâmicas tradicionalmente produzidas pelas mulheres da região;

**ADSIRT** Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracuí. Surgiu em 2014, a partir da revitalização da antiga ACITRUT (Associação das Comunidades Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e

Tiquié), que havia sido criada em 1986. Representa as comunidades do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié.

## Outras associações

Além dessas associações de base, há ainda outras organizações indígenas importantes e atuantes na região da DIA WII, com destaque para algumas das associações escolares. Com a centralidade da educação escolar na vida de nossas comunidades hoje e da luta pela educação escolar indígena diferenciada em todo o alto rio Negro, estas vêm assumindo um papel importante no movimento indígena e na condução de projetos para o fortalecimento cultural dos diversos povos que compartilham este vasto território.

As associações escolares com maior atuação na área da DIA WII hoje são:

- **AEITU** (Associação Escolar Indígena Tuyuka Utapinozona), no alto Tiquié, abrangência da ATRIART;
- **AEITY** (Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri), no médio Tiquié, abrangência da OIDS e ACIMET;
- **AEITYM** (Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsã), no Baixo Uaupés, abrangência da ADSIRT/AMIRT.

As demais associações escolares, algumas ainda em fase de consolidação, são:

- **AEITHART** (Associação Escolar Indígena Tukano Hupd'äh do Alto Rio Tiquié), abrangência da ATRIART;
- **AEIKB** (Associação Escolar Indígena Kisibi-Buú-Desana), abrangência da ACIRU;
- **AECIPY** (Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupd'äh), abrangência da ADSIRT/AMIRT;
- **AEITKAP** (Associação das Escolas Indígenas Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã),

abrangência da ADSIRT/AMIRT;

E há também outras organizações culturais, de categoria e representativas de setores de nossas comunidades, como as mulheres e os jovens. As principais são:

- **NUMIRT** (Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié), abrangência da ACIMET e OIDS;
- **AIMTT** (Associação Indígena de Medicina Tradicional de Taracú), abrangência da ADSIRT/AMIRT;
- **AJIRU** (Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari), abrangência da ACIRU;
- **COPCISP** (Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo), abrangência da ATRIART.

## Alguns desafios para a governança territorial

A área da DIA WII é uma região extensa, diversa e com muitas associações representativas. Por isso costumamos nos organizar por **sub-regiões**, as quais apresentam especificidades geográficas, ambientais, históricas, culturais e políticas. Em cada uma há ainda diversos núcleos regionais menores, marcados por relações próximas entre parentes e cunhados. São quatro grandes sub-regiões: **Baixo Uaupés e Baixo Tiquié, Médio Tiquié, Alto Tiquié e Traíra-Apaporis**. O Plano de Gestão da DIA WII, que é parte do PGTA da TI Alto Rio Negro como um todo, foi construído a partir desse recorte.

Um ponto que precisa ser destacado e levado em conta nas estratégias de governança e gestão do território, é que, além das sub-regiões, há também a especificidade dos **povos Hupd'äh e Yuhupd'äh**. Estes estão presentes de forma expressiva em todas as sub-regiões, compartilhando territórios e convivendo com os demais povos. Mas apresentam algumas



demandas e desafios próprios no que diz respeito à governança, gestão territorial e bem viver. Estão atualmente em um processo de maior aproximação às associações, mas ainda buscam maneiras de terem mais espaços de representação na luta por políticas diferenciadas que os atendam. Assim, apesar de terem participado de grande parte das oficinas de PGTA com os demais povos, se reuniram também em oficinas específicas em suas comunidades para discutir problemas e demandas que lhes são próprios; assim como fizeram os grupos Hupd'äh da área da COIDI (rios Uaupés e Papuri). Estas questões, desafios e propostas específicas dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh estão apresentadas em capítulo específico do PGTA da Terra Indígena Alto Rio Negro.

Outro desafio que se impõe na região da DIA WII diz respeito às **enormes distâncias e as dificuldades de acesso** em algumas áreas e sub-regiões. Esse é o caso da **região do Traíra-Apapóris**. Isso acaba impossibilitando uma maior integração e interlocução entre as comunidades e sítios dessas regiões mais remotas com o movimento e as associações indígenas. Na região do rio Traíra, esse sentimento de isolamento e a falta de interlocução com os parentes que estão à frente do movimento indígena regional foi uma das questões e desafios levantados pelas comunidades durante as atividades para a construção dos Planos de Gestão. A expectativa é de que o processo de discussão e implementação dos PGTAs possibilite um maior diálogo e uma maior interlocução entre as lideranças dessas regiões mais remotas e as nossas organizações indígenas mais representativas a nível regional, especialmente DIA WII e FOIRN.

Por fim, há também a **questão transfronteiriça**. Pois a região de governança

da DIA WII, especialmente as sub-regiões do Alto Tiquié e Traíra, são hoje territórios fronteiriços entre Brasil e Colômbia. Acontece que nós povos Tukano, Tuyuka, Bará, Hupd'äh, Yuhupdëh, Desana e muitos outros, ocupamos esse território muito antes da demarcação das fronteiras nacionais e estamos hoje distribuídos dos dois lados da linha fronteira. As fronteiras, como se sabe, se sobrepuseram à nossa territorialidade tradicional e trouxeram novos desafios no que se refere à governança e gestão de nossas terras. O lado colombiano também é constituído hoje por territórios indígenas reconhecidos: a porção entre o alto Tiquié e alto curso do Traíra está sob jurisdição do Gran Resguardo Indígena del Vaupes-Parte Oriental, um dos maiores resguardos da Colômbia; e a região do baixo curso do Traíra e boca do Apaporis está dentro do Resguardo Indígena Yagoje-Apaporis, que anos atrás foi reconhecido também como um Parque Nacional Natural da Colômbia.

Assim, pensar a **gestão ambiental e territorial de uma região transfronteiriça** como essa, requer hoje o envolvimento e articulação com os nossos parentes do lado colombiano, que aliás, já possuem os seus *Planes de Vida*, conforme a legislação colombiana prevê. As principais delas são a **AATIZOT** (Asociación de Autoridades Tradicionales Indigenas de la Zona del Tiquie), na área do Tiquié colombiano; a **ACIYA** (Asociación de Capitanes Indigenas del Yagoje Apaporis), na área do Traíra e Apaporis; e a **ACAIFI** (Asociación de Autoridades Tradicionales Indigenas del Pirá Paraná), na área do alto Traíra e Pirá-Paraná, este último um afluente do Apaporis cujas cabeceiras se ligam às cabeceiras do Tiquié por meio de varadouros e caminhos utilizados desde os tempos ancestrais até os dias de hoje.



## II. Sub-regiões e diversidades locais

### 1. Baixo Uaupés e Baixo Tiquié

A região do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié abarca o trecho que vai da foz do Uaupés, na área de abrangência da comunidade Tapira-ponta, até a comunidade Ipanoré, onde está localizada a cachoeira de mesmo nome, local de grande importância cultural para nós, povos indígenas da bacia do Uaupés. Inclui também a região do baixo curso do rio Tiquié e afluentes, de sua foz, nas proximidades do povoado de Taracuí, até os limites da área de abrangência da comunidade Colina. Coincide com a área do distrito municipal de Taracuí.



Comunidade Matapi, Baixo Uaupés. Aloísio Cabalzar/ISA, 2008.





Canoa navegando pelo Baixo Uaupés.  
Juliana Lins/ISA, 2017.



Vista aérea do povoado de Taracuá.  
Juliana Radler/ISA, 2019.

Abrange ao todo **18 comunidades** e outros **33 sítios**. No trecho do Baixo Uaupés são 11 comunidades e 24 sítios; incluindo o povoado de Taracuá, que é formado por quatro vilas. E no baixo Tiquié e seus afluentes Ira e Cunuri há outras 7 comunidades e mais 8 sítios menores.

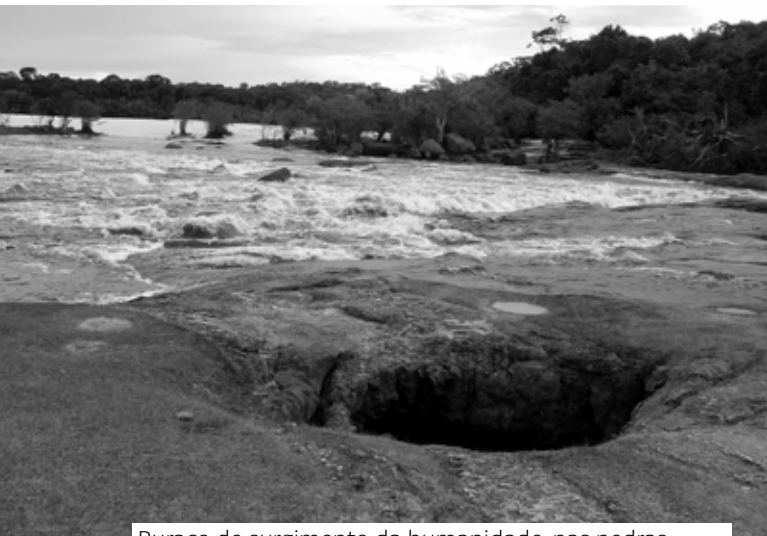
## Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação

Nas comunidades e sítios do **Baixo Uaupés** vivem cerca de **182 famílias**, num total de **959 pessoas**, aproximadamente. O maior núcleo populacional é o povoado de Taracuá, que concentra cerca de 79 famílias, mais ou menos 364 pessoas, distribuídas por quatro vilas. Já no trecho do **Baixo Tiquié** vivem aproximadamente **80 famílias**, contabilizando umas **455 pessoas**. Isso dá um **total de 262 famílias e 1.414 pessoas** vivendo nesse núcleo sub-regional da DIA VII.

Na região do **Baixo Uaupés** somos principalmente dos grupos **Tukano, Desana,**

**Tariano e Piratapuia**. Já no **Baixo Tiquié** a maior parte da população pertence aos grupos **Yuhupdêh, Tukano, Hupd'äh e Tuyuka**. Mas há também a presença de outros grupos, como Mirititapuia e Yebamahsã, no baixo Tiquié; Kubeo, Baniwa, Baré e Siriano no Baixo Uaupés; dentre outros ainda. A composição étnica atual de nossas comunidades é fruto de um complexo histórico de ocupação e migrações, do passado e do presente, bem como dos casamentos interétnicos que fazem parte da organização social de grande parte dos povos do alto rio Negro.

Há muitas histórias sobre a ocupação dessa região por nossos antepassados. Cada grupo étnico, cada clã e cada comunidade possui a sua história e trajetória particular, narrada em detalhes por aqueles que ainda guardam os conhecimentos passados de geração em geração. Mas de modo geral, com a exceção mais marcada dos Yuhupdêh, dos Tariano de Ipanoré e dos Tariano de Santa Terzinha, a grande maioria de nossas comunidades, no Baixo Uaupés e Baixo Tiquié, foram



Buraco de surgimento da humanidade, nas pedras da cachoeira de Ipanoré (Baixo Uaupés), um dos mais importantes lugares sagrados da área da Dia Wii. Aloísio Cabalzar/ISA, 2008.



Comunidade São Pedro, Baixo Uaupés. Aloísio Cabalzar/ISA, 2008.

formadas tradicionalmente por grupos, clãs e famílias **Tukano, Desana e Piratapuia** que saíram do rio Papuri séculos atrás e chegaram à região depois de uma série de deslocamentos e paragens por diversos locais ao longo desse demorado percurso. Hoje esses locais são lembrados nas narrativas que contam essas trajetórias: são lugares onde nossos antepassados ergueram suas malocas; lugares onde houve alianças ou conflitos entre irmãos e cunhados; lugares que serviram como esconderijo contra a violência colonial; enfim, lugares onde eventos importantes aconteceram.

Conforme já ressaltamos acima, uma das exceções é o trecho do Uaupés onde hoje está a **comunidade de Ipanoré**, que foi ocupada mais ou menos entre os séculos XVII e XVIII por clãs e famílias **Tariano** provenientes do Alto Uaupés, do trecho acima de Iauaretê<sup>1</sup>. Os que conhecem as histórias contam que os antepassados Tariano sempre iam visitar seus cunhados Piratapuia que já haviam

descido do Papuri tempos antes e se instalado na região da cachoeira de Ipanoré. Mas em uma dessas visitas resolveram ficar definitivamente. Passado um tempo, os cunhados Piratapuia decidiram se mudar novamente, rio abaixo, deixando para nós Tariano todos os lugares de pescaria, cacuri, matapi e caia que existem na cachoeira. Assim fomos nos estabelecendo nessa região e aos poucos outros clãs e famílias, também Tariano, provenientes do Alto Uaupés e de Iauaretê, foram chegando para viver junto aos parentes, ocupando e fundando novos sítios no entorno da cachoeira de Ipanoré.

Também a área da **comunidade Santa Terezinha**, localizada no alto curso do igarapé Yawiari, afluente do Baixo Uaupés, mas cuja cabeceira se estende até as proximidades do trecho do Uaupés já cima de Iauaretê, é uma região que foi ocupada por clãs e famílias **Tariano** provenientes do Alto Uaupés. Com o tempo, famílias de outros grupos também foram chegando para se

<sup>1</sup> Os Tariano, da família arawak, saíram do Ayari, bacia do Içana, séculos antes e foram formando núcleos de ocupação no Alto Uaupés, Iauaretê e Médio Uaupés. Aí fizeram alianças com os grupos da família tukano, e passaram a casar com mulheres kotiria, tukano, piratapuia, dentre outras. Também acabaram adotando aos poucos a língua tukano como primeira língua. Hoje há pouquíssimos falantes da língua tariana.



Paisagem no entorno da comunidade São Pedro, com a Serra Tucano ao fundo, um dos lugares sagrados do Baixo Uaupés. Aloísio Cabalzar/ISA, 2008.

estabelecer na região, como Tukano, também do Alto Uaupés, e Baniwa, vindos do rio Ayari. Por isso hoje em Santa Terezinha fala-se as línguas tukano, baniwa (língua arawak) e até mesmo o tariano (também arawak), cujo número de falantes hoje em toda a bacia do Uaupés é bastante reduzido<sup>2</sup>. Essa é também uma área de conexão entre a região da DIA WII e COIDI e entre as comunidades do Baixo e do Alto Uaupés. Tanto que até a década de 1990 Santa Terezinha estava associada à UNIRVA, associação de base do Alto Uaupés. Foi na última década que a comunidade veio estreitando relações com o Baixo Uaupés e passou a fazer parte da DIA WII.

Por fim, destaca-se ainda a trajetória dos **Yuhupdëh**. As comunidades yuhupdëh estão hoje mais concentradas no trecho entre os cursos baixos dos **igarapés Ira e Cunuri**, e também na região do **Apapóris**. Mas o povo Yuhupdëh sempre viveu transitando por todo esse território entre as cabeceiras dos igarapés Ira, Castanho e os rios Traíra e Apapóris, região

que faz fronteira com a Colômbia e marca uma área contínua entre as terras indígenas Alto Rio Negro e Apapóris. Esse é um território ancestral e ao longo das serras, cachoeiras e caminhos espalhados por essa vasta região estão as marcas das histórias de origem e das trajetórias dos diversos clãs yuhupdëh. Nessa região existem muitos lugares sagrados, além de áreas de caça e pesca onde estão acampamentos utilizados pelos Yuhupdëh nas temporadas de pesca, caça e coleta. Também há sítios com algumas roças. Da região da cabeceira do igarapé Ira partem ainda os varadouros e igarapés que são utilizados para visitar parentes no Traíra e no Apapóris. Ao longo desses caminhos estão locais de comunidades antigas, habitadas pelos ancestrais do povo Yuhupdëh e onde muitos deles estão enterrados.

Vale destacar ainda que com o passar do tempo, outros grupos, clãs e famílias também foram chegando para se estabelecer nessa região do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié, provenientes tanto de regiões mais próximas, como Alto Tiquié e Médio Uaupés, como de regiões mais distantes, como o Uaupés colombiano. É o caso, por exemplo, de alguns clãs e famílias Tuyuka que desceram do curso mais alto do rio Tiquié, em tempos mais recentes, e se estabeleceram no Baixo Tiquié e no povoado de Taracua; ou grupos Hupd'äh que vieram das cabeceiras do Japu e Cabari (dentre outros locais) e hoje vivem agregados a comunidades yuhupdëh e tukano no Baixo Tiquié; dentre vários outros casos.

É esse complexo histórico de ocupação e migrações, do passado e do presente, que explica a configuração e a composição étnica atual de nossas comunidades, conforme se vê na tabela e gráficos a seguir.

<sup>2</sup> O tariano é uma das línguas em risco de desaparecimento no alto rio Negro e que precisa de apoio para sua revitalização. Hoje há poucos falantes, somente alguns velhos das comunidades Piriquito e Santa Rosa, no alto Uaupés, e da comunidade Santa Terezinha.

Quadro 1. Baixo Uaupés e Baixo Tiquié: comunidades, sítios, população, grupos étnicos

<b>Comunidades e sítios</b>	<b>Etnias predominantes</b>	<b>Outras etnias</b>	<b>Famílias (aproximado)</b>	<b>Pessoas (aproximado)</b>
<b>Área do Baixo Uaupés</b>				
Açaí-Paraná e sítio Canadá	Piratapuia e Tukano	Tuyuka, Baniwa, Desana e Tariano	8	43
Ananás	Tukano	Bará, Baniwa, Piratapuia e Desana	9	25
Cunuri e sítio Aparecida	Tukano	Desana, Piratapuia e Tuyuka	11	50
Ipanoré	Tariano	Kootiria, Desana, Tuyuka, Tukano, Mirititapuia, Piratapuia, Kubeo e Hupd'äh	12	76
Matapí (Monte Alegre) e sítios Gavião e Yukabi	Tukano e Desana	Piratapuia, Kubeo, Baniwa, Tariano, Hupd'äh e Baré	11	99
Santa Teresinha (igarapé Yawiari) e sítios Breu, Iramá, Jucá, Livramento, Maracajá, Pataua, Serrinha, Tumbira, Yebari	Tariano	Baniwa, Piratapuia, Tukano e Kubeo	13*	100*
São Pedro e sítios Caravatana e Wacú	Tukano	Piratapuia, Tariano e Desana	9	57
Tapira Ponta (Monte Cristo) e sítios São Domingos, Mauá II, Praia, Sororoca, Vista Linda e Amarelinho	Desana	Tukano, Baré, Tariano, Tuyuka, Hupd'äh e Baniwa	12	67
Taracua e sítios Coro-coró, Tauá e Sussuaka	Tukano e Desana	Tariano, Piratapuia, Tuyuka, Baniwa, Hupd'äh, Arapasso, Mirititapuia e Kootiria	79**	364**
Trovão	Desana	Tukano, Tuyuka, Piratapuia, Siriano	9	36
Uriri e sítio São Tomé	Piratapuia	Tukano, Tariano e Desana	9	42
<b>Total Baixo Uaupés (aproximado)</b>			<b>182</b>	<b>959</b>
<b>Área do Baixo Tiquié</b>				
Colina	Tukano e Desana	Mirititapuia e Tuyuka	11	62
Guadalupe (igarapé Ira)	Yuhupdëh	Hupdäh, Bará, Tukano	14	59
Matapí e sítio Japu	Tukano e Hupdäh	Tuyuka, Desana, Piratapuia e Tariano	18	103
São Domingos Sávio (igarapé Cunuri)	Yuhupdëh	Hupd'äh	10	50
São Felipe (igarapé Cunuri) e sítios Meru, Pupunha, Tuyuka e Yaã	Yuhupdëh	Tariano	9	44
São Martinho (igarapé Cunuri)	Yuhupdëh	Hupd'äh, Tariano, Baniwa e Tukano	8	47
Vila Nova e sítios Mucura Lago, Taiaçú e Wahsôbo'kariyá	Tuyuka e Mirititapuia	Tukano, Desana, Tariano e Baré	10	90
<b>Total Baixo Tiquié (aproximado)</b>			<b>80</b>	<b>455</b>

Fontes: Levantamento Socioambiental FOIRN/ISA 2017-2018; \*DSEI-ARN/2019; \*\*Revisão comunitária

Gráfico 3. Etnias no Baixo Uaupés

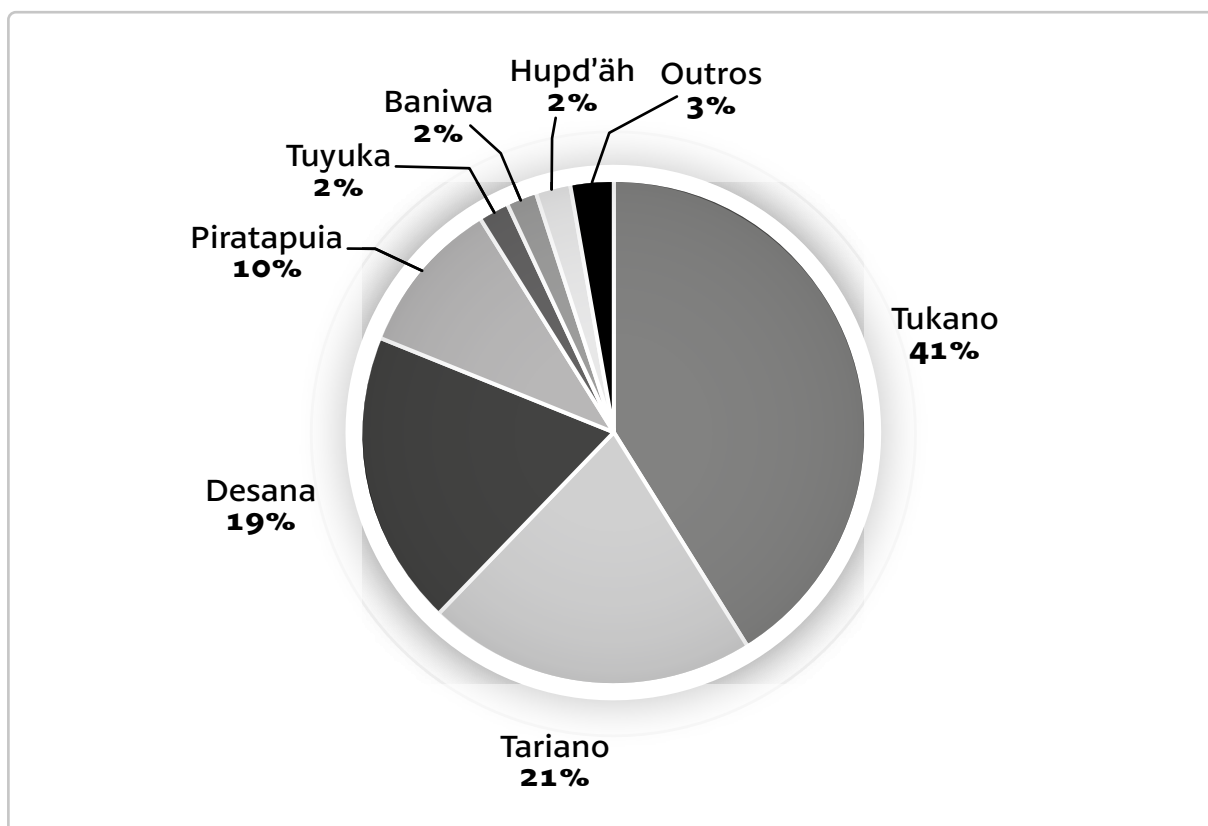
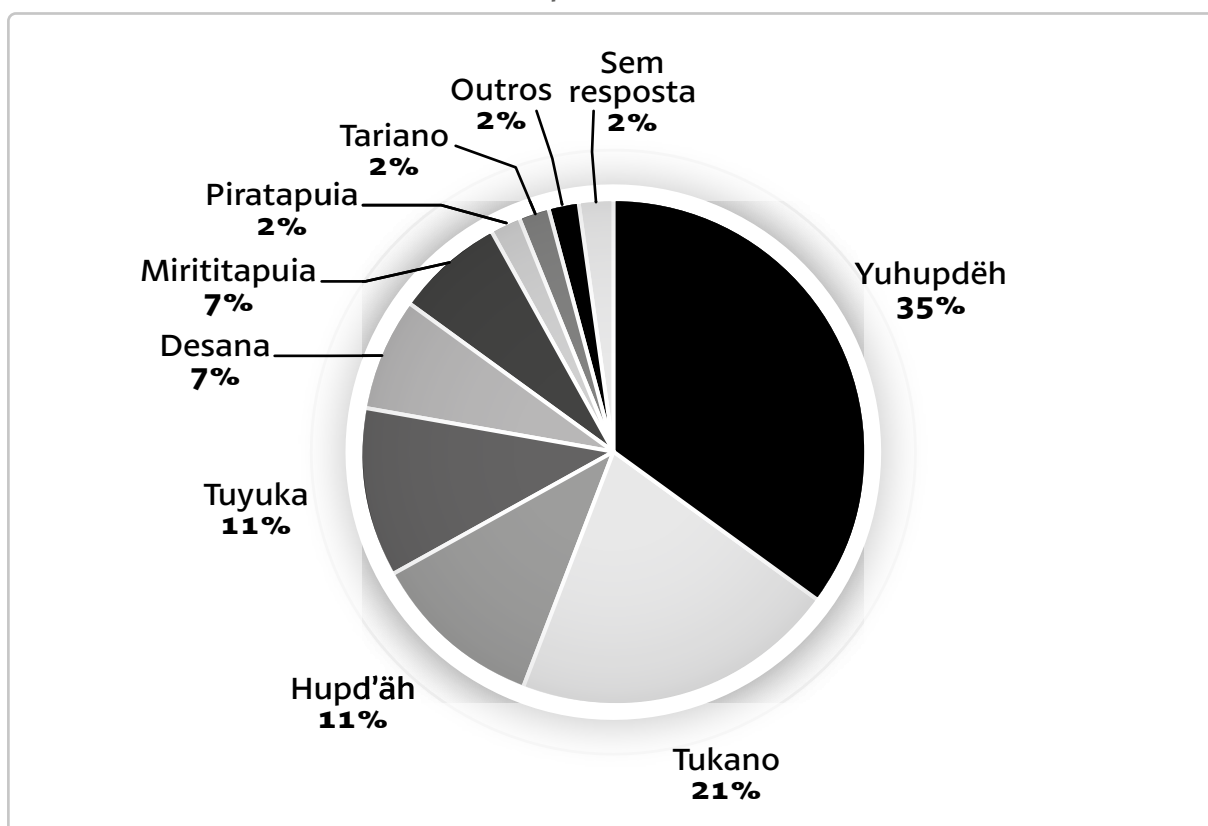


Gráfico 4. Etnias no Baixo Tiquié





Povoado de Taracuá. Juliana Lins/ISA, 2017.

## O Povoado de Taracuá

Até a chegada dos missionários salesianos, no início do século XX, Taracuá era um assentamento nos padrões tradicionais, onde viviam famílias **Tukano** do clã **Bosó Kaperi Porã**. Viviam em uma grande maloca, fazendo festas e cerimônias, cuidando dos roçados, pescando e caçando. Antes dos salesianos, ainda no século XIX, missionários franciscanos já haviam atuado em Taracuá, na tentativa de reunir nossos antepassados num aldeamento maior e convertê-los para a fé cristã. Mas esses padres queriam abusar das tradições, profanando nossos rituais e expondo para mulheres e crianças as flautas sagradas. Os nossos avôs não gostaram dessa atitude e expulsaram os franciscanos.

Em 1918 chegaram os **missionários salesianos**. Dessa primeira visita saiu o projeto de fazer de Taracuá uma das sedes da missão salesiana no alto rio Negro, com a construção de um internato, o qual começou a ser erguido em 1923, juntamente com outras instalações



da missão. O internato começou a funcionar em 1925, abrigando crianças e jovens de toda a calha do baixo Uaupés e baixo Tiquié. O objetivo do projeto salesiano era trabalhar com a juventude, de modo a mudar a mentalidade e os valores de toda uma geração. Era também converter os indígenas para a fé cristã e integrá-los à sociedade nacional, com a obrigatoriedade de que as crianças e jovens aprendessem português e os valores da “civilização”. Foi nesse tempo que muitos elementos da nossa cultura foram perdidos, pois nossas práticas culturais foram duramente reprimidas pelos missionários. Também a transmissão dos conhecimentos dos pais para os filhos foi duramente afetada pela educação salesiana e pelo sistema de internato, transformando o modo de vida e os valores de toda uma geração.

Acontece que aos poucos, mesmo com a tristeza por tudo o que foi perdido de nossa cultura, os pais passaram a ver a **educação trazida pelos salesianos** como algo necessário aos novos tempos, para que os filhos pudessem aprender o português, aprender a ler e escrever, aprender a contar e aprender a viver nesse novo mundo. Foi por isso que com o fim dos internatos muitas famílias acabaram migrando para Taracuí, para poder manter os filhos na escola. Ao longo da década de 1980 Taracuí chegou a ter uma população de cerca de mil pessoas, com famílias provenientes das comunidades do Uaupés e Tiquié.

Foi mais ou menos a partir dos anos 2000 que a população de Taracuí começou a diminuir novamente. Pois o povoado fica em uma área que é boa para a pesca, mas não muito propícia para a agricultura. Há pouca terra boa para roçados, já que grande parte da área do entorno, assim como todo o baixo Uaupés e baixo Tiquié, é constituído por **ca-**

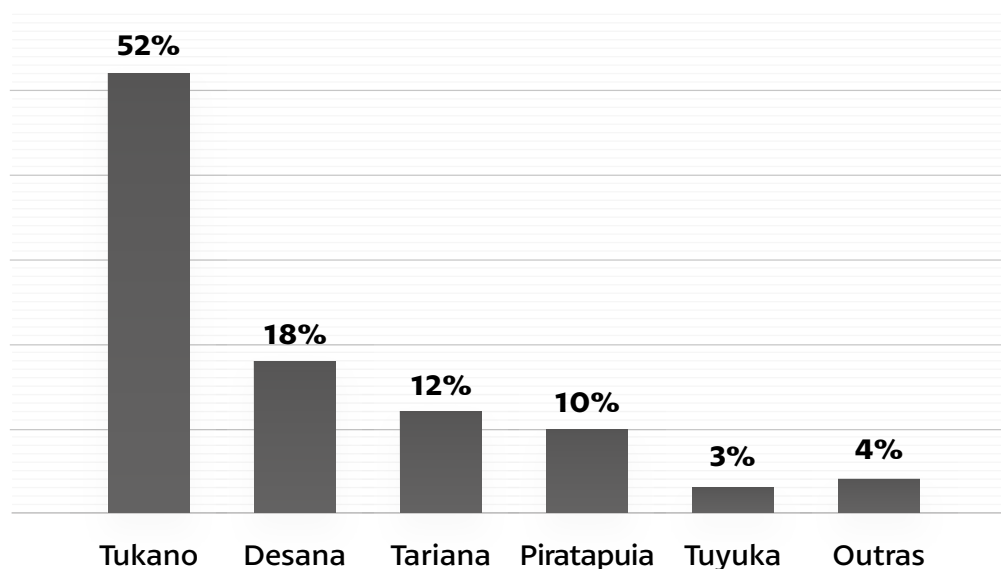
**atinga e igapó**. Dentro dos padrões tradicionais de ocupação, com assentamentos pequenos e mais dispersos pelo território, isso não era um problema; o que havia de terras cultiváveis era suficiente para o sustento das famílias. Mas com a concentração populacional, a falta de terras passou a ser um problema real. Sem roças, muitas famílias resolveram partir, algumas retornando para suas comunidades de origem, mas grande parte migrando para a cidade em busca da continuidade dos estudos para os filhos.

Hoje somos cerca de **364 pessoas** vivendo em Taracuí, aproximadamente **79 famílias**. Ainda é uma população grande em relação aos padrões tradicionais e locais, por isso a questão da insuficiência de terras agriculturáveis no entorno do povoado continua sendo um desafio para nós. As famílias precisam muitas vezes abrir suas roças em áreas que ficam longe, sendo necessário horas de caminhada ou transporte de canoa para chegar aos roçados. Assim, iniciativas de sustentabilidade envolvendo roças comunitárias e diversificadas, produção agroflorestal, extrativismo e criação de animais de pequeno porte, para as famílias poderem complementar a alimentação e ainda possibilitar a geração de renda através da comercialização de produtos, são demandas constantes da população de Taracuí.

Além disso, outro desafio em Taracuí se refere à infraestrutura, que inclui demanda por energia elétrica permanente, meios de comunicação mais eficientes (internet; telefonia móvel), saneamento básico e soluções para o problema do lixo. Pois além de ser um povoado grande, formado por quatro vilas, Taracuí também é polo de referência regional para ações, atividades e eventos nas diversas áreas, como saúde, educação e do próprio movimento

indígena. Em Taracuá há um colégio estadual de ensino fundamental e médio e um polo do curso de licenciatura intercultural da UFAM (Universidade Federal do Amazonas), que duas vezes ao ano recebe alunos de todo o triângulo Tukano (calhas do Tiquié, Uaupés e Papuri). E por ser sede de distrito municipal, também recebe muitos eventos relacionados às políticas do município. Porém, carece de uma infraestrutura adequada.

**Gráfico 5. Etnias em Taracuá**



### Associações e Governança

Foram as lideranças da área de Taracuá que começaram as primeiras mobilizações para a criação das associações na região, no período das intensas discussões e da luta pela demarcação das terras indígenas do rio Negro. A primeira a ser criada foi a SOCTRUT (Sociedade das Comunidades Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié), em 1984. Em 1986 ela passou a ser denominada se ACITRUT (Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié). E mais recentemente, em 2014, esta foi novamente atualizada com o nome de ADSIRT (Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracuá).

A **ADSIRT** continua representando as comunidades do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié, ou seja, toda a área do Distrito de Taracuá. Mas junto com a mudança da sigla a ideia foi também iniciar uma mudança de direcionamento da associação, assumindo, além da





atuação política, uma atuação na área de sustentabilidade, alternativas econômicas e empreendedorismo indígena. Tudo isso aliado com a proteção e preservação de nossos territórios.

Do mesmo modo, também o movimento das mulheres tem uma história antiga nessa região. Ainda em 1989 foi criada uma associação exclusiva das mulheres, que nasceu com o nome de AMITRUT (Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié). Foi a primeira associação de mulheres a ser criada no alto rio Negro. Recentemente esta passou a ser denominada de **AMIRT** (Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuí). Nos últimos anos a **AMIRT** também vem ganhando grande destaque com o trabalho na área de alternativas econômicas sustentáveis, com foco sobretudo na produção e comercialização de cerâmicas tradicionalmente produzidas pelas mulheres da região. Atualmente a AMIRT é a associação mais atuante na região do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié.

Mas além dessas associações de base, há também as associações escolares, que vêm ganhando cada vez mais destaque em toda a região do alto rio Negro, devido à centralidade da educação escolar na vida de nossas comunidades. Na área do Baixo Uaupés e Baixo Tiquié são três associações escolares, a AEITYM (Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsã), a AECIPY (Associação das Escolas e Comunidades Indígenas do Povo Yuhupdëh) e a AEITKAP (Associação da Escola Indígena Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã), do Baixo Tiquié. Mas o destaque é para a **AEITYM**, associação já consolidada e que possui uma atuação importante na região do Baixo Uaupés e na luta do movimento indígena por uma educação

escolar diferenciada. As demais estão ainda se estruturando e buscando caminhos para poderem se fortalecer e se manter em funcionamento.

Por fim, há ainda a recém-criada AMTT, Associação de Medicina Tradicional de Taracuí. O objetivo da associação é a valorização e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais dos diversos grupos étnicos da região acerca das plantas medicinais e procedimentos de cura (benzimentos e pajelança). A AMTT visa também a criação de uma “farmácia/herbário” para armazenamento e distribuição dos remédios do mato na região de Taracuí.

Todas essas associações têm um papel importante na governança e gestão de nossos territórios. E com as perspectivas de implementação do PGTA passam a assumir maiores responsabilidades na condução de projetos e iniciativas próprias que visem o bem viver dos povos, comunidades e famílias que vivem nessa região.

## Alguns desafios para a gestão do território

Em nossa região um dos principais problemas e desafios para a gestão ambiental e territorial tem sido a **entrada de pescadores de fora (não-indígenas)** para praticar pesca predatória e comercial. Por ser uma região de igapó e com muitos lagos, é uma área em geral bastante piscosa e boa para a pesca. Também é uma região relativamente próxima a área urbana de São Gabriel da Cachoeira. Isso acaba atraindo pescadores da cidade ou mesmo parentes de regiões próximas que entram para pescar no Baixo Uaupés e Baixo Tiquié, utilizando arrastões, malhadeiras, careta e capturando peixes

em quantidades muito além do que é sustentável para a região.

Outro problema é que o Baixo Uaupés é área de trânsito de todos os parentes que vivem rio acima: seja do próprio rio Tiquié, ou de Iauaretê, médio e alto Uaupés e Papuri. O mesmo acontece no Baixo Tiquié, com os parentes que vivem nos cursos mais altos do rio. Muitos acabam aproveitando a viagem para pescar em nossa região e entram nas áreas de pesca de nossas comunidades sem pedir a devida permissão e sem os cuidados que se deve ter. Também param para merendar, fazer necessidades e mesmo pernoitar em lugares muitas vezes inapropriados, como alguns lugares que são sagrados e possuem regras de comportamento. Também há problemas com ex-moradores

que hoje vivem mais para a cidade, mas que continuam entrando na área para pescar de forma muitas vezes abusiva e até mesmo levando pescadores de fora.

Por fim, há ainda os problemas mais internos relacionados ao desrespeito às áreas de manejo de cada comunidade e uso abusivo de técnicas mais predatórias de pesca por alguns moradores, como uso excessivo de malhadeiras, pesca de mergulho com careta, pesca em quantidade além do necessário, tinguijamento sem controle em lagos e Igarapés. Sobre isso temos conversado bastante entre nós, tanto dentro de nossa sub-região quanto a nível de toda a DIA WII, com a definição de regras e acordos que constam nesse Plano de Gestão (ver parte IV deste documento).

## Iniciativas locais: mapeamentos participativos e manejo pesqueiro

Foi visando discutir e encontrar soluções para esses problemas que nos últimos anos passamos a discutir acordos e medidas para a construção de um **plano de manejo pesqueiro e fiscalização territorial** no Baixo Uaupés. Para isso solicitamos o apoio da FOIRN, da Funai e do ISA que, juntos, passaram a apoiar e acompanhar o processo, inclusive com a criação de uma rede de AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) no Baixo Uaupés.

Essas discussões sobre manejo já vinham sendo realizadas há anos na área da DIA WII, mas envolvendo apenas as associações e comunidades do rio Tiquié, sobretudo dos cursos médio e alto. Nessas regiões também já funcionava uma rede consolidada de AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental). As iniciativas desenvolvidas no rio Tiquié serviram de inspiração para o Baixo Uaupés, contando inclusive com a participação de alguns AIMAs e conhecedores do Tiquié nos encontros e reuniões que foram realizadas entre os anos de 2013 e 2015.



Moradores das comunidades do Baixo Uaupés no I Encontro de Manejo Pesqueiro, comunidade Matapi. Arquivo FOIRN, 2013.



Moradores e AIMAs do Baixo Uaupés em exercício de mapeamento durante oficina na comunidade Matapi. Aline Scolfaro/ISA, 2014.

O primeiro passo foi discutir o histórico da pesca e da ocupação no Baixo Uaupés, visando resgatar e fortalecer as narrativas sobre as trajetórias dos diversos grupos e clãs, bem como as regras e acordos estabelecidos pelos antepassados sobre as áreas de usufruto tradicionais: quem chegou primeiro; de onde vieram; onde moraram; malocas antigas; formação das comunidades atuais; acordos sobre áreas de pesca e coleta, etc. Foi constatado que desde os primeiros ocupantes da região já se traçava limites de terra, rio, ilhas, igarapés e lagos e já se estabelecia acordos entre os parentes e cunhados e entre as comunidades e sítios.

Com base nisso, foram realizados etnomapeamentos das áreas de manejo das comunidades do Baixo Uaupés, com mapeamento de paisagens, áreas de pesca, recursos florestais, lugares sagrados e históricos, limites das áreas de uso, dentre outros pontos de interesse. Cada comunidade produziu o seu mapa, de sua área de manejo, e elaboramos também um mapa geral de toda a área do Baixo Uaupés, focado nos lugares importantes para o manejo pesqueiro e também nos lugares sagrados.



Outro ponto foi a elaboração de um diagnóstico com os principais problemas relacionados à pesca, mas também à caça, roça e extrativismo na região. A partir disso chegamos à definição de **acordos e regras internas** para nossas comunidades, mas também à proposição de medidas necessárias para a solução de problemas que

Capas das publicações com o mapeamento das áreas de manejo no Baixo Uaupés

não dependem apenas das comunidades e dos moradores, como a questão da fiscalização da entrada de invasores. Toda essa discussão colaborou também com o processo de elaboração de nosso Plano de Gestão, sendo que os principais pontos definidos para o plano de manejo foram rediscutidos e consolidados no âmbito do PGTA de toda a DIA WII, já que incluem questões comuns a toda a região.

## 2. Médio Tiquié

A região do Médio Tiquié abarca o trecho que vai da comunidade Serra de Mucura até a comunidade São João Batista, incluindo as comunidades localizadas nos igarapés Samaúma, Taracué, Castanho e Cucura. Abrange ao todo **27 comunidades** e outros **18 sítios** e assentamentos menores, sendo 16 comunidades no curso do Tiquié e outras 11 comunidades às margens desses afluentes.



Bongo navegando por trecho do Médio Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2009.

## Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação

Apesar de não ser uma região tão extensa, o Médio Tiquié é a área mais populosa da DIA WII. Nas 27 comunidades e outros 18 sítios localizados nesse trecho do Tiquié e afluentes vivem cerca **344 famílias**, num total de **2.025 pessoas**, aproximadamente.

No Médio Tiquié somos principalmente dos grupos **Tukano, Desana e Hupd'äh**, sendo que os Hupd'äh já representam hoje mais de 40% da população total da região. Mas há ainda uma presença significativa dos Yuhupd'eh, dos Tuyuka e dos Yebamahsã, além da presença mais discreta de várias outras etnias como Tariano,



Crianças brincando no porto da comunidade Barreira Alta, Médio Tiquié. Aline Scolfaro/ISA, 2012.





Maloca da comunidade São José II, Médio Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2009.



Maloca da comunidade Pirarara-poço, Médio Tiquié. Juliana Lins/ISA, 2018.

Bará, Mirititapuia, Siriano, Piratapuia. A presença dessas outras etnias se dá, sobretudo, pela presença das mulheres casadas com homens da região, mas provenientes de outros locais, como Alto Tiquié, Uaupés, Papuri, Iauaretê e etc; e também por famílias que chegaram mais recentemente de outras regiões para se estabelecer no Médio Tiquié junto aos cunhados.

A exceção são os **Mirititapuia**, que se estabeleceram nos cursos mais baixos do rio Tiquié desde os tempos dos primeiros ancestrais, ou seja, não vieram migrando de outros lugares. Mas com a chegada dos primeiros colonizadores a população dos Mirititapuia diminuiu muito, devido às epidemias, fugas, descimentos forçados e toda a violência do período colonial. Hoje são um grupo pequeno, vivendo em comunidades do médio e baixo Tiquié, misturados com os outros grupos.

No caso dos **Tukano e Desana**, não se sabe ao certo quando os primeiros antepassados

chegaram ao Médio Tiquié. Mas os que ainda guardam as histórias das migrações e grandes deslocamentos do passado, contam, em detalhes, que eles vieram migrando de territórios ancestrais no rio Papuri, através de igarapés e varadouros que interligam um rio ao outro; mas também pelo curso do rio, a partir do Uaupés e boca do Tiquié. E sabemos também que, antes deles, em períodos anteriores à chegada dos brancos, o Tiquié foi ocupado por outros grupos da família tukano, que depois se deslocaram rio acima e hoje vivem na região do Piraparaná e Apaporis, na Colômbia, como os Tatuyo e Eduria (Taiwano), dentre outros; além dos Mirititapuia, que já ocupavam os cursos médio e baixo do Tiquié e ainda hoje vivem na região.

Os antepassados dos **Hupd'äh**, por sua vez, já transitavam por toda essa região de interflúvio entre os rios Papuri, Japu, Tiquié e mesmo mais além, para as bandas do Traíra e Apaporis. Eles já haviam aberto muitos caminhos



Comunidade Serra de Mucura, Médio Tiquié.  
Aloísio Cabalzar/ISA, 2009.

e varadouros que ligam uma região à outra, pois por aí é que eles caçavam e viviam longos períodos no mato, como ainda hoje fazem. Também já mantinham relações com os grupos que viviam no Tiquié antes. Por isso os antigos contam que foram os Hupd'äh que guiaram os Tukano e os Desana em sua trajetória desde o Papuri até o rio Tiquié. Nesse movimento, alguns grupos e famílias hupd'äh acabaram se estabelecendo também no Médio Tiquié e afluentes, seja junto aos Tukano e Desana ou formando comunidades independentes. Mas foi sobretudo em períodos mais recentes que passaram a se concentrar e se fixar em comunidades mais próximas ao curso do rio, sendo que os Hupd'äh são hoje o grupo mais populoso na região do Médio Tiquié.

Com o passar do tempo, outros grupos, clãs e famílias foram chegando também para se estabelecer nessa região do Médio Tiquié e afluentes. Primeiro vieram novas levas de irmãos e cunhados Tukano e Desana do Papuri. Também vieram grupos e famílias que viviam em outros trechos do Tiquié (partes brasileira e colombiana). E vieram ainda grupos de outras regiões do Uaupés. Isso, juntamente com a presença das mulheres/esposas que pertencem a diferentes etnias, é o que confere hoje a diversidade étnica de nossa região.



**Quadro 2.** Médio Tiquié: comunidades, sítios, população, grupos étnicos

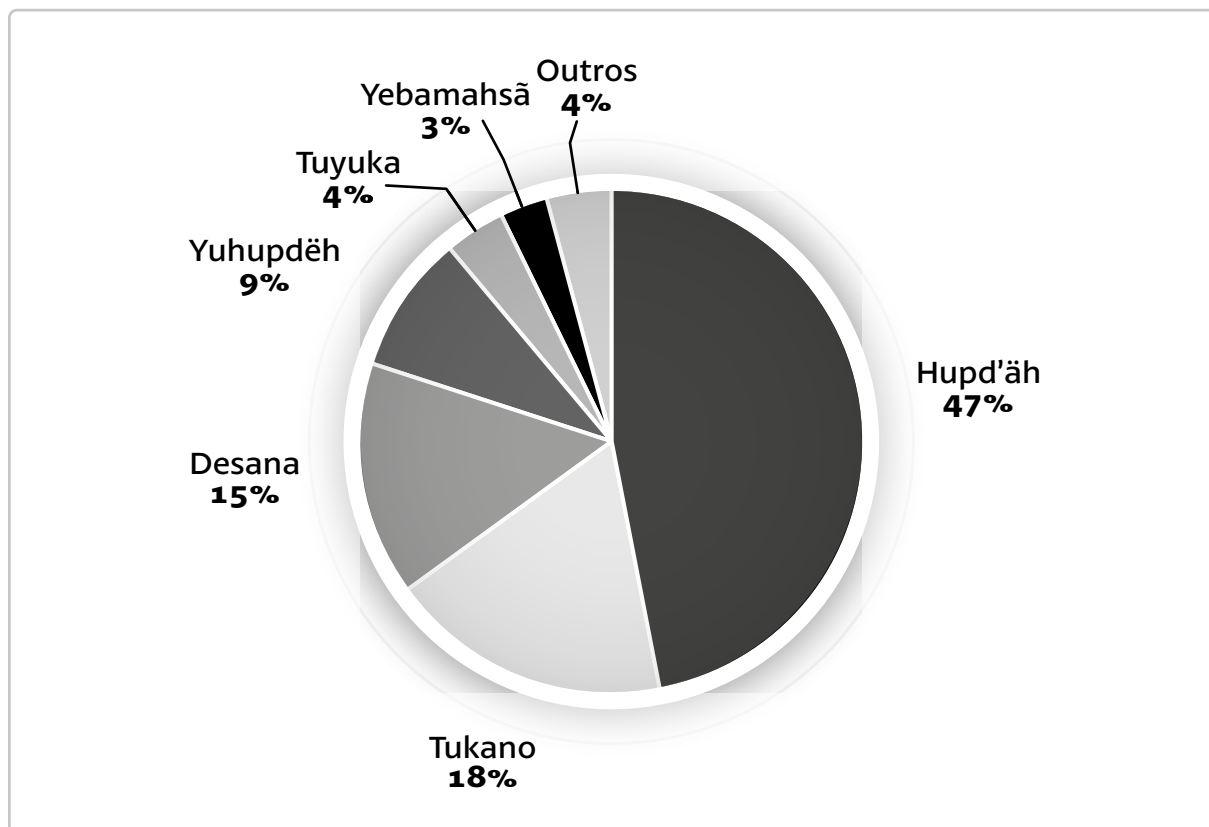
Comunidades/Sítios	Etnias predominantes	Outras etnias	Famílias (aproximado)	Pessoas (aproximado)
<b>Área da ACIMET (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié)</b>				
Boca da Estrada	Desana e Hupd'äh	Tukano, Mirititapuia, Tariano, Piratapuaia e Tuyuka	20	93
Cunuri	Tukano e Desana	Hupd'äh	9	53
Nova Esperança	Hupd'äh	Yuhupdëh	10	64
Pirarara-poço e sítio Acará-poço	Tukano	Desana, Tariano, Tuyuka e Kootiria	14	83
Samaúma (Santa Rosa)	Yuhupdëh	-	5	38
Serra de Mucura	Tukano	Tariano, Tuyuka, Mirititapuia e Hupd'äh	6	30
Taracuí Igarapé e sítios Tauá e Sítio Alegre	Hupd'äh	Tukano e Yuhupdëh	41	237
Outros sítios: Iraití, Tucano, São Tomé	Buiatapuia Tukano Buiatapuia	Tukano - Tukano	3* 2* 3*	18* 5* 15*
<b>Total ACIMET (aproximado)</b>			<b>113</b>	<b>636</b>
<b>Área da OIDS (Organização Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local)</b>				
Barreira Alta I e II e sítio Igarapé Macucu	Hupd'äh	Karapanã, Tukano	35*	190*
Cucura São João	Hupd'äh e Desana	Tukano, Tuyuka e Tariano	18	97
Floresta	Desana	Tukano e Yuhupdëh	4	14
Maracajá	Tukano	Desana e Piratapuaia	5	19
Santo Alberto	Siriano	Tukano	4	20
Santo Antônio	Desana	Tukano	3	6
Santa Cruz	Hupd'äh	-	3*	16*
São Francisco	Tukano	Desana	2	7
São José I	Tukano	Desana, Tariano e Warekena	7	29
São José II	Tukano	Desana, Tuyuka, Bará e Yebámahsã	10	50
São Luiz	Desana e Hupd'äh	Tukano e Mirititapuia	6	30
<b>Total OIDS (aproximado)</b>			<b>97</b>	<b>478</b>
<b>Área da 3 TIIC (Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura)</b>				
Cucura Manaus e sítios Embaúba e Tapira-ponta	Hupd'äh e Desana	Tukano, Mirititapuia, Baniwa	15	87
Nova Fundação e sítio Igarapé Anta	Hupd'äh	Desana	49	291
Santa Luzia	Tukano	Desana, Tuyuka, Hupd'äh e Piratapuaia	6	37
<b>Total 3 TIIC (aproximado)</b>			<b>70</b>	<b>415</b>

**Área da ACIRC (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho)**

Guadalupe e sítio Lago Pato	Tuyuka e Yebamahsã	Desana, Yuhupdeh, Hupd'äh e Arapasso	7	33
Duhtura (Santa Rosa) e sítios Aparecida, Novo Belém, Santa Ana e São Miguel	Yuhupdëh e Desana	Yebamahsã, Tukano, Tuyuka, Bará e Kotiria	23	148
São Felipe (Buraco de Cobra) e sítio Morro do Beija-Flor	Yebamahsã	Tukano, Tuyuka, Hupd'äh, Yuhupdëh, Baré e Baniwa	10	53
São Joaquim	Yuhupdëh	Yebamahsã e Tuyuka	15	96
São Lourenço e sítio do Eliseu	Tukano	Desana e Yuhupdëh	8	31
Trovão	Tuyuka e Tukano	—	13	49
Outros sítios: Morro de Acutivaia, São Pedro	Tuyuka Desana	Makuna, Barasana, Tukano Tukano	9* 1	35* 5
<b>Total ACIRC (aproximado)</b>			<b>86</b>	<b>450</b>

Fontes: Levantamento socioambiental FOIRN/ISA 2017-2018  
\*DSEI/2019

Gráfico 6. Etnias no Médio Tiquié





## Associações e Governança

No Médio Tiquié há quatro associações de base representativas, filiadas à FOIRN e sob coordenação da DIA WII. São estas:

**ACIRC** – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha

**ACIMET** – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié

**3 TIIC** – Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura

**OIDSL** – Organização Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local

A **ACIRC** é a associação mais antiga do Médio Tiquié, criada em 1998. Esse foi um período de grande ebulição no movimento indígena no rio Negro devido as demarcações das terras indígenas. Nessa época, as comunidades e o movimento indígena dos cursos mais altos do rio Tiquié e região de Pari-cachoeira estavam num movimento de diálogo e reorganização interna, devido aos muitos conflitos por conta do garimpo na serra do Traíra e a presença da empresa mineiradora Paranapanema. A ACIRC foi uma das organizações atuantes nessa fase do movimento indígena do rio Negro.

Já a **ACIMET**, a **3 TIIC** e a **OIDSL** foram criadas posteriormente, em 2005, num período onde a preocupação passou a ser com os caminhos do movimento indígena e execução de projetos de fortalecimento cultural e desenvolvimento sustentável das comunidades no contexto pós-demarcação.

Mas além das associações de base, há ainda outras organizações indígenas importantes na área do Médio Tiquié. O destaque é a **AEITY** (Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri). Esta possui uma atuação importante no movimento indígena e um papel fundamental no desenvolvimento de iniciativas de fortalecimento cultural, fortalecimento linguístico e na luta pela educação escolar indígena diferenciada na região.

Também as mulheres possuem a sua própria organização, através do **NUMIRT** (Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié). Fundado em 2016, surgiu a partir da união entre a antiga AMIM (Associação das Mulheres Indígenas da Comunidade Maracajá) e as demais mulheres do Médio Tiquié.

Com as perspectivas de implementação do PGTA em nossa região, todas essas associações e organizações passam a assumir um papel importante na gestão do território e maiores responsabilidades na condução de projetos e iniciativas próprias que visem o bem viver dos povos, comunidades e famílias que vivem nessa região.

## Alguns desafios para a gestão territorial

Um dos principais pontos de preocupação e discussões no Médio Tiquié nos últimos quinze anos tem sido a questão do manejo ambiental, sobretudo em relação aos **peixes e à pesca**, mas também outros recursos importantes para nós. O assunto tem mobilizado as associações, lideranças, escolas e todas as comunidades do Médio Tiquié, juntamente com as do Alto Tiquié, incluindo até mesmo a parte colombiana. Isso porque, nas últimas décadas, temos percebido uma certa diminuição dos peixes e também de outros recursos fundamentais como caraná, cipó, sorva, breu e madeira de lei.

Os cursos do médio e do alto rio Tiquié são regiões densamente povoadas, com comunidades bastante próximas umas das outras. Essa configuração de nossas comunidades hoje é um pouco diferente dos padrões de ocupação do passado, quando vivíamos em malocas coletivas e com assentamentos menores e mais dispersos pelo território. As mudanças nos padrões de ocupação, com a formação das comunidades atuais, trouxeram também um aumento no uso de recursos. No caso da pesca, um agravante foi também a introdução de novas técnicas de pesca emprestadas dos não-indígenas, como malhadeiras, arrastões, mergulho com careta e conseqüente abandono de algumas regras e práticas tradicionais de pesca (armadilhas, benzimentos, restrições diversas).



## Iniciativas locais: manejo, etnomapeamentos e pesquisas interculturais

Foi visando discutir e entender esses problemas, bem como pensar estratégias para um manejo integrado de nosso território e seus recursos, que começamos um grande movimento no rio Tiquié. Para a questão da **pesca e manejo de peixes**, foco principal de nossas discussões, fizemos vários encontros, reuniões, oficinas e pesquisas interculturais visando entender um pouco melhor o problema da diminuição dos peixes e as mudanças nas formas de manejo, bem como os ciclos de vida, reprodução e migração dos peixes pelo rio Tiquié. Buscamos resgatar e valorizar as técnicas e conhecimentos tradicionais sobre o manejo de peixes, desde as armadilhas de pesca (matapi, jequi, caiá) até os benzimentos, histórias de origem e o modo como nossa cosmologia entende a relação entre nós e os peixes. E ainda passamos a trabalhar com o manejo dos lagos.

Também discutimos entre todas as comunidades e associações do rio Tiquié regras e acordos de pesca e acordos relacionados às áreas de manejo de cada comunidade, num esforço de propor ações integradas para todo o rio Tiquié. Pois os peixes, diferente de outros recursos, não estão circunscritos a um determinado território, eles migram e circulam por um território mais amplo. Então não adianta fazermos manejo no Médio Tiquié, se as comunidades rio acima ou rio abaixo estiverem fazendo pesca predatória. As regras e acordos de pesca e manejo definidas nesse processo foram discutidas e atualizadas no âmbito da elaboração desse Plano de Gestão e integradas aos acordos estabelecidos para a área de toda a DIA WII (ver parte IV deste documento).

Em relação a outros recursos importantes, também desenvolvemos diversas pesquisas interculturais e iniciativas de manejo, com o envolvimento dos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), das associações e das escolas indígenas. Uma das principais iniciativas foi o **manejo da sorva**, recurso muito importante para nós por ter vários usos, mas especialmente por ser a matéria-prima da confecção dos bancos tukano, objeto de uso ritual que desde algum tempo vem sendo também comercializado por nós, visando geração de renda e valorização de nosso artesanato. Acontece que a sorva já não era um recurso tão abundante e com o aumento da produção para comercialização dos bancos tukano começamos a pensar sobre a questão da sustentabilidade da exploração desse recurso.

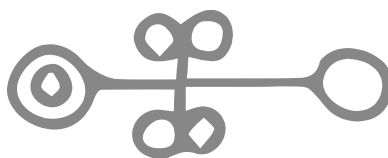
Assim decidimos elaborar um plano de manejo da sorva, juntamente com a realização de pesquisas interculturais sobre a planta e ações de valorização dos saberes sobre a confecção e importância cultural do banco tukano. Muitas medidas foram definidas no plano de manejo e colocadas em prática pelas comunidades e artesãos. Dentre elas,

a decisão de não derrubar árvores matrizes, de evitar desperdiçar matéria-prima durante a produção dos bancos, de aumentar a área de exploração da sorva nas áreas mais distantes dos rios e de fazer plantios experimentais nas áreas de roça e capoeira. Foi uma experiência muito positiva e que já tem surtido seus efeitos, mas é preciso reforçar de tempos e tempos os acordos firmados e avaliar o manejo.

Com todo esse processo de discussão sobre manejo ambiental no Médio Tiquié, algumas comunidades se empenharam ainda em elaborar mapas de suas áreas de manejo, apontando tudo de importante que existe em seus territórios e áreas de uso.



Capa de publicação com o mapa das áreas de manejo elaborados por comunidades do Médio Tiquié.

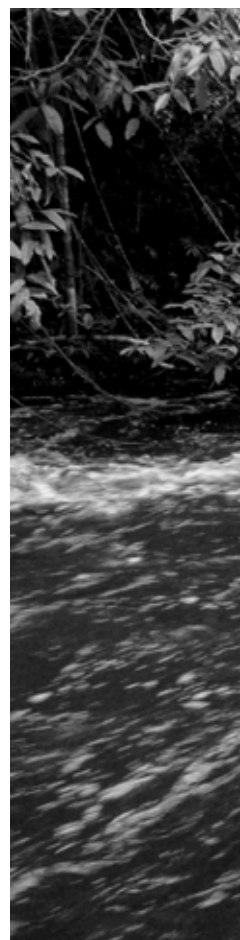


### 3. Alto Tiquié

O igarapé Umari e a região do povoado de Pari-cachoeira constituem o marco que divide os cursos do Médio e do Alto Tiquié: dessa região para cima, até a comunidade São João Bosco (Fronteira), já é considerado o Alto Tiquié. Já acima de São João Bosco adentra-se em território colombiano. Mas o Tiquié colombiano também está dentro de um território indígena reconhecido, um dos maiores da Colômbia – o



Cachoeira de Caruru, Alto Tiquié, um dos lugares sagrados da região da Dia Wii. Aline Scolfaro/ISA, 2012.



Gran Resguardo Indígena del Vaupes. E apesar da fronteira ser hoje um fator que acaba orientando a nossa governança sobre o território, a ocupação, manejo e gestão tradicional nesse trecho do rio Tiquié é de fato transfronteiriça. Pois os que estão do outro lado da fronteira são nossos irmãos, nossos parentes e cunhados, com os quais convivemos e mantemos relações próximas e cotidianas.

Em sua parte brasileira, podemos dizer que o Alto Tiquié se divide em dois nexos regionais distintos no que se refere às relações de

aliança, governança e gestão dos territórios: i) a área do povoado de Pari-cachoeira e entorno, incluindo a comunidade Bela Vista, São Sebastião e demais comunidades do igarapé Umari, de ocupação Tukano, Desana e Hupd'äh, sobretudo; ii) a região rio acima, abrangência da associação ATRIART, ocupada majoritariamente pelos Tuyuka, Tukano e Hupd'äh.



Navegando de canoa pelo igarapé Onça, Alto Tiquié. Marcus Schmidt/ISA, 2009.

## Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação

Em todo o Alto Tiquié, parte brasileira, há **17 comunidades** e outros **7 sítios** e assentamentos menores distribuídos às margens do curso principal do rio e de alguns de seus afluentes, como Umari, Umari Norte, Cabari e igarapé Onça. E há ainda o **povoado de Pari-cachoeira**, que se destaca como o segundo maior núcleo populacional da



Comunidade São Pedro, Alto Tiquié.  
Aline Scolfaro/ISA, 2014.



Maloca da comunidade Cachoeira Comprida,  
Alto Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2009.

Terra Indígena Alto Rio Negro, atrás apenas de Iauaretê, no médio Uaupés.

A população de Pari-cachoeira, dividida em seis vilas, é de cerca de 680 pessoas, aproximadamente 143 famílias. Enquanto nas demais comunidades e sítios vivem outras 209 famílias, cerca de 1.107 pessoas. Isso dá um total de **352 famílias** e cerca de **1.787**

**pessoas** vivendo na região do Alto Tiquié. Já na parte colombiana estão localizadas outras onze comunidades, com uma população de cerca de 750 pessoas (fonte: Plan de Vida AATIZOT, 2015).

No Alto Tiquié somos sobretudo dos grupos **Tukano, Desana, Tuyuka e Hupd'äh**. Mas há também a presença dos Yebamahsã, Bará, Mirititapuia e Yuhupdëh no curso mais alto, além dos Tariano, Karapanã, Kubeo, Kotiria e outros ainda na região de Pari-cachoeira. Esses últimos contam com apenas algumas pessoas, em geral mulheres casadas com homens da região. Já nas comunidades do lado colombiano predominam os Tuyuka e os Bará, além de uma presença significativa dos Hupd'äh.

Os que conhecem as histórias das grandes migrações e deslocamentos do passado, contam que a região de **Pari-cachoeira** foi a primeira área do Tiquié a ser ocupada pelos antepassados dos **Tukano e Desana** que saíram do **Papuri** em busca de novas terras. E que quando esses primeiros antepassados chegaram, a maior parte do curso do rio Tiquié estava desabitada, já que outros povos que aí viveram, como os Tatuyo e Eduria (Taiwano), também da família Tukano Oriental, já haviam migrado para as bandas do rio Pira-paraná, onde até hoje vivem. E depois que esses primeiros antepassados se estabeleceram na região, aos poucos outros clãs e famílias Tukano e Desana do Papuri começaram também a se deslocar para o Tiquié. Assim foram pouco a pouco povoando toda a área de Pari-cachoeira e entorno e também todo o curso do Médio Tiquié, territórios que são hoje majoritariamente ocupados pelos Tukano e Desano; além dos Hupd'äh.

Os **Hupd'äh**, por sua vez, já transitavam por toda a região de interflúvio entre o Papuri, Japu e Tiquié tempos antes, e já haviam





Armadilhas de pesca em Pari-cachoeira, Alto Tiquié.  
Aloísio Cabalzar/ISA, 2006.

aberto muitos caminhos e varadouros que ligam um rio ao outro. Aí eles caçavam e passavam tempos no mato, como fazem ainda hoje. Também já se relacionavam com os grupos que ocuparam o Tiquié no passado mais remoto. Por isso alguns mais velhos contam que foram eles que guiaram os primeiros antepassados dos Tukano e Desana em sua jornada rumo ao rio Tiquié. Nesse movimento, alguns clãs e famílias Hupd'äh resolveram também se estabelecer no rio Tiquié, seja formando sítios e comunidades independentes ou se agregando a comunidades Tukano e Desana no curso principal do rio e em alguns de seus afluentes. Com o passar do tempo, mais clãs e famílias Hupd'äh foram chegando para se estabelecer no curso do Tiquié.

Já o curso mais alto do Tiquié, próximo à fronteira com a Colômbia, foi ocupado especialmente por **clãs Tuyuka** que saíram do **igarapé Inambu**, afluente da margem direita do **rio Papuri**, e se deslocaram em direção ao Tiquié por meio de varadouros que interligam as cabeceiras de pequenos igarapés, afluentes desses dois rios. Mas diferente-

mente dos Tukano e Desana, o povo Tuyuka não é originário do rio Papuri. O lugar ancestral dos Tuyuka é a cachoeira de Jurupari, no alto Uaupés. Foi de lá que os primeiros ancestrais saíram para percorrer uma longa trajetória até o Papuri e igarapé Inambu, onde ainda hoje vivem certos clãs Tuyuka. Os antepassados que migraram para o Tiquié foram pouco a pouco se estabelecendo e formando assentamentos por todo o curso mais alto do rio. Posteriormente, com a demarcação da fronteira, parte dos assentamentos tuyuka ficou do lado do Brasil e outra parte ficou em território colombiano.

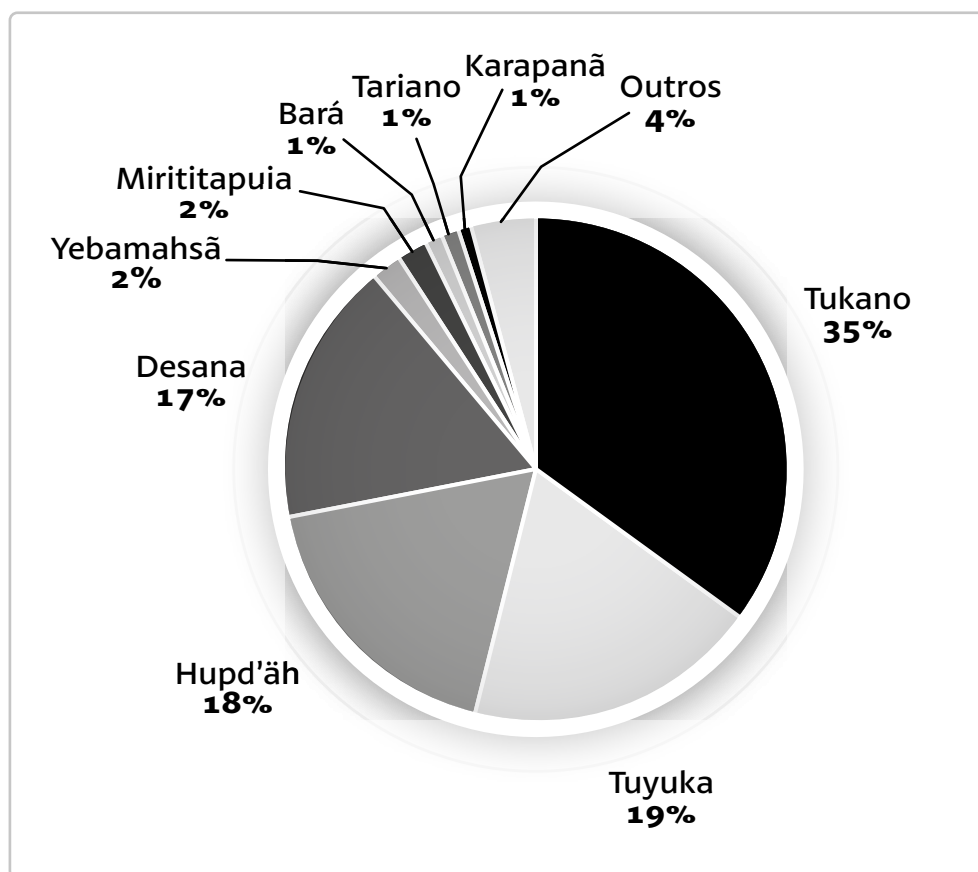
Com o tempo, outros grupos começaram também a chegar para se estabelecer na região do Alto Tiquié e seus afluentes, se juntando aos parentes e cunhados em comunidades já existentes ou fundando novas comunidades e sítios. E é através das histórias e trajetórias específicas de cada um desses grupos, clãs e famílias que chegaram ao Alto Tiquié, em tempos diferentes e provenientes de regiões diversas, que conseguimos compreender a diversidade étnica e a ocupação atual de nosso território.

**Quadro 3.** Alto Tiquié: comunidades, sítios, população, grupos étnicos

Comunidades/Sítios	Etnias predominantes	Outras etnias	Famílias (aproximado)	Pessoas (aproximado)
<b>Área de Pari-cachoeira e entorno: CIPAC (Coordenação Indígena de Pari-cachoeira), OIBV (Organização Indígena de Bela Vista), ACIRU (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari)</b>				
Bela Vista (OIBV)	Tukano	Tuyuka, Desana, Bará, Yebá-mahsã e Baniwa	20	118
Pari-cachoeira (CIPAC): Vila Aparecida, Dom Bosco, Santo Expedito, São Domingos Sávio, São José e São Miguel	Tukano	Desana, Tuyuka, Mirititapuia, Tariano, Karapanã, Kotiria, Bará, Arapaso e Hupdah	143**	680**
Piracema (ACIRU) e sítio Tocandira I	Hupd'äh e Desana	Tukano e Tuyuka	16	94
Pombo igarapé (ACIRU) e sítio Urubú Lago	Hupd'äh	-	10*	57*
São Sebastião (ACIRU)	Desana	Tukano, Tuyuka, Piratapuia, Karapanã, Hupdah, Yebá-mahsã, Kubeo, Siriano, Tariano, Baré, Baniwa e Dow	33	201
Outros sítios: Igarapé Aranha Igarapé Samaúma	Hupd'äh Hupd'h	- Piratapuia	2 4	12 22
<b>Total CIPAC, OIBV e ACIRU (aproximado)</b>			<b>225</b>	<b>1.127</b>
<b>Área da ATRIART (Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié)</b>				
Acará-Poço	Hupdah	-	12	50
Boca do Sal	Tukano	Tuyuka	4	17
Cachoeira Buriti e sítio Tucumã	Hupdah	-	9	51
Cachoeira Cumprida	Tuyuka	Bará, Tukano, Yebá-mahsã e Arapaso	13	76
Carurú-cachoeira	Tukano	Tuyuka e Desana	6	37
São João Bosco (Fronteira)	Tuyuka	Yebá-mahsã, Tukano e Piratapuia	3	18
Jabuti-cachoeira	Hupdah	Tukano, Desana e Tuyuka	6	28
Onça-igarapé	Tuyuka	Tukano e Hupdah	6	33
São Domingos Sávio	Yuhupdeh	Hupdah	6	36
São Paulo	Tukano	Tuyuka, Hupdah, Desana e Yebá-mahsã	14	66
São Pedro	Tuyuka e Yebá-mahsã	Tukano, Bará e Desana	26	121
São Tomé	Tuyuka e Tukano	Hupdah	4	30
Serra do Cabari	Hupdah	-	15	80
Outros sítios: Santa Rosa Coração de Maria	Tukano Hupdah	Bará -	1 2	6 11
<b>Total ATRIART (aproximado)</b>			<b>127</b>	<b>660</b>

Fontes: Levantamento socioambiental FOIRN/ISA 2017-2018; \*DSEI/2019; \*\*Revisão comunitária.

**Gráfico 7.** Etnias no Alto Tiquié



### O povoado de Pari-cachoeira

Pari-cachoeira é hoje o segundo maior núcleo populacional da TI Alto Rio Negro, atrás apenas de Iauaretê, no médio Uaupés. Mas foi no passado um assentamento pequeno do clã dos **Tukano** cujo chefe foi **Yeparã Paniku**. Ele se estabeleceu na região com sua família depois de sair de Piracuara, no alto Papuri, e percorrer uma longa jornada rumo ao rio Tiquié. Nomeado por seu fundador de Siripa (“cerca de pegar peixes”), o lugar foi escolhido devido às suas belezas naturais e abundância de água, caça, peixe e terras para o cultivo. Por isso aí Yeparã Paniku decidiu se fixar e construir sua maloca.

Com o tempo, os irmãos de Yeparã que haviam ficado em Piracuara começaram a sentir sua falta e passaram a visitá-lo com frequência, até que resolveram ficar definitivamente no Tiquié, com a ideia de viverem novamente juntos, como nos velhos tempos. Também vieram os seus cunhados Desana, em busca de novas terras. Yeparã então



Vista aérea do povoado de Pari-cachoeira, Alto Tiquié. Juliana Radler/ISA, 2019.

destinou a cada um os territórios onde deveriam fazer suas moradas. Nesse tempo, o território era vasto e não faltavam terras boas, caça e peixes em abundância.

Por muito tempo nossos antepassados viveram em Siripa de forma autônoma, sem muito contato com os não-indígenas colonizadores. Pois nesse período, comerciantes, regatões e patrões da borracha já se faziam presentes em diversas regiões do alto rio Negro e já haviam mesmo entrado pelo Tiquié tempos antes, deixando um rastro de muita violência contra os povos que outrora ocuparam a região e que depois fugiram para as bandas do Apapóris, Japurá e Pira-paraná.

Foi a partir da década de 1940 que essa realidade começou a mudar para nós, com a chegada dos missionários salesianos. Nesse tempo os salesianos já haviam, há mais de uma década, se instalado na região do baixo Uaupés, com a implantação da missão e internato em Taracuá. Nosso antepassado Doetiro, então chefe dos Tukano do alto Tiquié, ouvindo falar que os missionários educavam, vestiam e ensinavam a ler, escrever e contar, ficou muito interessado e em 1938 organizou junto com seus irmãos uma viagem de canoa a



remo até Taracua. Lá chegando manifestou o seu interesse ao Bispo Dom Pedro Massa e convidou os missionários para uma visita ao alto Tiquié. E foi dois anos depois, em 1940, que uma comitiva salesiana chegou a Siripa, com o objetivo de iniciar a implantação de uma nova missão no alto Tiquié. À nova missão os salesianos deram o nome de Pari-cachoeira.

Ao longo da década de 1940 foram construídas as instalações da missão e do internato de Pari-cachoeira. Durante as quase quatro décadas seguintes, de funcionamento do internato, milhares de crianças das comunidades do alto e médio Tiquié foram enviadas à Pari para estudar. Longe de suas famílias e vivendo de acordo com a rigidez e disciplina do projeto educacional e evangelizador dos salesianos, os jovens foram os principais motores das mudanças culturais profundas que ocorreram no rio Tiquié. Desde então, muita coisa mudou e muita coisa da nossa cultura foi perdida. Os missionários não gostavam de nossos rituais, de nossos instrumentos sagrados, de nossas crenças e de nossos modos e costumes e reprimiram duramente nossas práticas culturais.

Foi um preço alto a pagar. Mas o fato é que aos poucos as famílias passaram a ver a educação trazida pelos salesianos como algo necessário aos novos tempos e ao novo contexto de contato com os não-indígenas. Foi por isso que com o fim do regime de internato, ao final da década de 1980, muitas famílias das comunidades começaram a migrar para Pari-cachoeira com o intuito de garantir a continuidade dos estudos dos filhos. Assim, ao longo da década de 1990 Pari-cachoeira viu a sua população aumentar de forma rá-

pida, resultando na concentração populacional, aumento da demanda por terra e recursos e, conseqüentemente, maior pressão sobre a caça, pesca, extrativismo e terra para abertura de roçados.

Um outro fator de transformação rápida nas feições do povoado foi a presença militar, sobretudo a partir da década de 1980, por conta do Projeto Calha Norte<sup>3</sup>. Os militares iniciaram uma série de ações visando ocupar a região e combater o narcotráfico e a guerrilha colombiana no alto Tiquié e implantaram um Pelotão Especial de Fronteira em Pari-cachoeira. Também iniciaram uma série de obras de infraestrutura e implantaram uma mini-hidrelétrica em Pari, cujo objetivo era gerar energia para o PEF. Hoje, depois de algumas reivindicações, essa hidrelétrica também gera energia para o povoado e comunidades do entorno (Bela Vista e São Sebastião). Assim, se por um lado a presença militar acabou trazendo certos benefícios à Pari-cachoeira e comunidades do entorno, como energia, assistência médica, apoio logístico e etc, por outro afetou bastante o nosso cotidiano, invadindo nossa privacidade, interferindo na nossa sociabilidade e ocupando o nosso território com as instalações e operações militares. Isso gerou uma série de conflitos entre os indígenas e os militares.

O fato é que em todo esse histórico está a origem das muitas transformações e problemas hoje existentes em Pari-cachoeira e seu entorno. Mas os principais deles, e que mais têm causado dificuldades e conflitos internos em nossa região, são a insuficiência de terras boas para abertura de roçados, a diminuição dos peixes e animais de caça e atual escassez de certos recursos importantes para

<sup>3</sup> Comandado pelo Conselho de Segurança Militar, órgão ligado ao governo federal, o projeto tinha como objetivo ocupar, integrar, proteger e criar as bases para a exploração econômica do território nacional situado ao norte das calhas do Amazonas e Solimões. A zona prioritária do projeto foram as faixas de fronteira, que incluía a região do Alto Rio Negro.

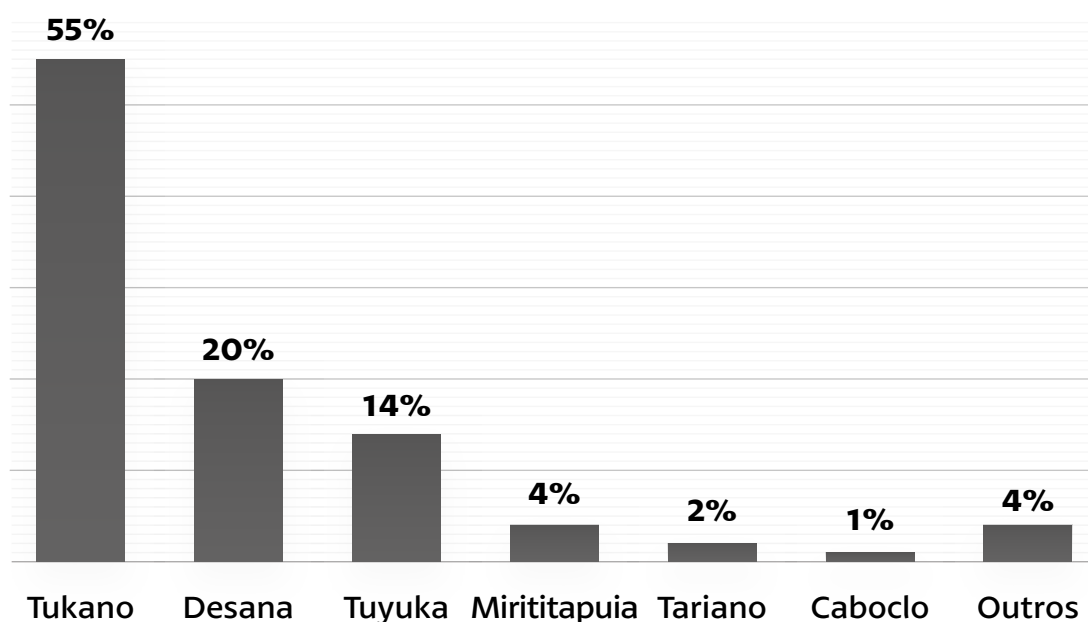
nós, como caraná, cipó e madeira. Aachamos que isso se deve, sobretudo, à concentração populacional e à certas mudanças em nosso modo de vida e práticas de manejo.

Pois quando éramos poucos vivendo em Pari-cachoeira, sem interferência dos não-indígenas, havia terras suficientes, terras férteis, boas para o cultivo, assim como abundância de peixes e animais de caça. Mas hoje, com 143 famílias e cerca de 680 pessoas divididas pelas seis vilas que formam o povoado, nossa área de uso e manejo ficou pequena e já não é mais suficiente para a subsistência de todos e sustentabilidade de nosso território. Assim, um dos principais desafios e demandas em Pari-cachoeira hoje no que se refere à gestão ambiental e territorial, é colocar em prática iniciativas que envolvam manejo sustentável de recursos, produção agroflorestal e roças diversificadas,

criação de animais de pequeno porte e atividades de geração de renda sustentáveis.

Outra demanda na região é por uma maior integração das comunidades vizinhas, Bela Vista e São Sebastião, com o povoado de Pari-cachoeira. Isso porque, por um lado, os moradores dessas comunidades dependem do sistema de educação e saúde que há em Pari; por outro, estão envolvidas no fornecimento de alimentos para o povoado e possuem bastante potencial para o aumento da produção. Assim, uma maior integração entre as duas comunidades e o povoado, sobretudo por meio da abertura de estradas, iria contribuir tanto para a resolução do problema de abastecimento em Pari, quanto para a geração de renda nessas comunidades. Além disso facilitaria o acesso à escola e sistema de saúde de Pari-cachoeira pelas famílias de Bela Vista e São Sebastião.

**Gráfico 8. Etnias em Pari-cachoeira**





## Associações e Governança

É justamente devido a esse histórico particular de relações muitas vezes conflituosas envolvendo todos esses atores externos, bem como a problemática do garimpo na região do Traíra, que a região de Pari-cachoeira é onde as primeiras ações do movimento indígena no Alto Rio Negro surgiram. Do mesmo modo, é também por isso que os cursos mais altos do Tiquié se destacam pela grande quantidade de organizações locais fundadas ainda nos primeiros tempos do movimento indígena do rio Negro.

Esse período, entre as décadas de 1980 e 1990, coincide também com a chegada mais massiva dos militares, através da implementação do Projeto Calha Norte nas zonas de fronteira do Alto Rio Negro e da proposta de demarcação de nossos territórios em ilhas, no formato das “colônias indígenas”. Foi nessa fase ainda que as comunidades e associações do Alto Tiquié, sob influência e mediação dos militares, firmaram um acordo com a empresa de mineração Paranapanema, dando a esta a prerrogativa da exploração de ouro na serra do Traíra<sup>4</sup>.

Para nós este foi um contexto complexo, de muita briga e desentendimentos, tanto com todos esses atores externos, quanto internamente. Podemos dizer que esses conflitos foram importantes para a profusão de associações nos cursos mais altos do Tiquié ao longo da década de 1990. Pois havia entre nós diferentes posições e interesses, tanto em relação à questão do garimpo e do acordo com a Paranapanema, quanto em relação à proposta do Calha Norte para a demarcação das terras indígenas.

Segue abaixo um breve histórico do surgimento das associações no Alto Tiquié:

- Em 1972, por influência dos missionários, é fundada a **UFAC** (União Familiar Animadora Cristã), primeira organização criada na região de Pari-cachoeira e também a primeira organização indígena de todo o Alto Rio Negro;
- Em 1980 a UFAC deixa de existir, dando lugar à **AUCIRT** (Associação da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié), cujos líderes se esforçaram por se distanciar um pouco da tutela missionária, passando a reivindicar os direitos indígenas sobre o território e autonomia para o desenvolvimento das comunidades da região de Pari-cachoeira. Foi a primeira associação indígena envolvida com o garimpo na região do Traíra;
- Na primeira metade da década de 1990, depois dos muitos conflitos da década anterior envolvendo o garimpo, os militares e as discussões sobre demarcação das terras indígenas em todo o Alto Rio Negro, a AUCIRT se dissolve e surgem outras quatro associações na região:
  - A **UNIRT** (União das Nações Indígenas do Rio Tiquié), fundada em 1991, cuja representatividade ia da comunidade São João Batista à Acará-Poço, abrangendo parte do Alto e do Médio Tiquié;
  - A **ACIRU** (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari), fundada no ano seguinte (1991), representando as quatro comunidades Desana do igarapé Umari;
  - A **CRETIART** (Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Tiquié), criada em 1992, envolvendo as comunidades Tuyuka e Tukano do trecho mais alto do rio, acima de Pari-cachoeira;

4 Antes disso, os territórios entre as cabeceiras do Castanho, Ira e o rio Traíra vinham sofrendo uma onda de invasões de garimpeiros. Pois nesse período, no início da década de 1980, os próprios indígenas estavam interessados em extrair ouro nessa região do Traíra, na esperança de conseguirem um pouco de dinheiro para comprar coisas de que as comunidades e as famílias necessitavam. Ainda não tínhamos muita ideia dos impactos sociais e ambientais do garimpo. Mas o fato é que a cada lugar descoberto, logo chegava uma leva de garimpeiros invasores, e com isso vinham também os conflitos, alguns deles com sérias consequências.

- A **CIPAC** (Coordenação Indígena de Pari-cachoeira), fundada em 1995, representando as seis vilas do povoado de Pari-cachoeira;
- Em 1997, pouco depois desse período de maior ebulição do movimento indígena, é fundada ainda a **OIBV** (Organização Indígena de Bela Vista).
- Em 1999 a CRETART passa a se chamar **ATRIART** (Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié);

Hoje as associações de base existentes e atuantes no Alto Tiquié e região de Pari-cachoeira são a **ATRIART**, a **ACIRU**, a **CIPAC**, a **OIBV**. Estas assumiram a missão de enfrentar os desafios pós-demarcação e agora assumem a tarefa de estar à frente da governança e gestão de nossos territórios, trabalhando lado a lado com as comunidades e com os conhecedores e lideranças tradicionais de cada povo.

Mas além destas associações de base, há também outras organizações indígenas importantes na área do Alto Tiquié, com destaque para as associações escolares. São três as associações escolares atuantes: a AEITU (Associação Escolar Indígena Tuyuka Utapinozona), AEITHART (Associação Escolar Indígena Tukano Hupda do Alto Rio Tiquié) e a AEIKB (Associação Escolar Indígena Kisibi-Buú-Desana). Sendo que o destaque é para a primeira, **AEITU**, que possui uma atuação bem importante no movimento indígena através da luta pela educação indígena diferenciada e da execução e gestão de projetos, focados sobretudo no fortalecimento cultural e linguístico do povo Tuyuka, mas também em experiências de manejo ambiental.

Nos últimos anos foi criada também uma cooperativa no Alto Tiquié, a **COPCISP** (Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo), vinculada à ATRIART. O objetivo é o desenvolvimento de iniciativas voltadas para a produção agrícola, extrativista e para

alternativas econômicas.

E há ainda a **AJIRU** (Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari) e a **AMIPC** (Associação das Mulheres Indígenas de Pari-cachoeira), ambas vinculadas à ACIRU. A AMIPC foi fundada em 2015 e desde então vem promovendo encontros entre as associadas para discutir os problemas da comunidade e para trabalhar o artesanato do tucum, do cipó-títica e do arumã.

Por fim, é importante destacar que nossos parentes da parte colombiana do Tiquié também possuem suas instâncias próprias de governança, sobretudo por meio da **AATIZOT** (Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona del Tiquié). Juntamente com as onze comunidades que representa, em 2015 a AATIZOT finalizou a elaboração de seu Plano Integral de Vida Indígena, conforme prevê a legislação colombiana. Hoje trabalha para que o Plano possa ser implementado por meio do empenho das comunidades e do apoio governamental.

Assim, é muito importante que no processo de implementação de nosso Plano de Gestão a gente esteja sempre dialogando e se esforçando por desenvolver ações coordenadas com nossos parentes do lado colombiano, sobretudo no que diz respeito ao manejo ambiental.

## Alguns desafios para a governança do território

De modo semelhante ao Médio Tiquié, no Alto Tiquié a questão do manejo ambiental é o que tem mobilizado nossas associações, lideranças, escolas, conhecedores e comunidades na última década e ainda hoje é um tema central no que toca à gestão ambiental e territorial. Pois tanto o Médio quanto o Alto Tiquié são regiões densamente povoadas, e que nas últimas décadas (especialmente a





partir de 1980) passaram a sofrer maior impacto devido ao aumento e concentração populacional no povoado de Pari-cachoeira e em comunidades onde foram instaladas escolas.

Antigamente nossos antepassados não viviam tão aglomerados e nem as comunidades eram tão próximas umas das outras. Eles viviam em assentamentos menores e mais dispersos pelo território. Também viviam em malocas coletivas, compartilhando o mesmo teto e a mesma comida, proveniente da caça, pesca e das atividades agrícolas. Nesse padrão de ocupação do passado, as áreas de manejo de cada assentamento eram maiores, já que mais dispersas, e o uso de recursos era menor, já que tudo era mais compartilhado, do caraná que cobria a moradia coletiva ao animal de caça abatido. Também os acordos em relação às áreas de uso de cada grupo local (locais de pesca, caça e coleta) eram do conhecimento de todos e havia grande respeito entre os grupos.

Com a formação das comunidades atuais, por influência dos missionários, passamos a viver mais concentrados no território. Também mudamos nosso padrão de moradia, com o abandono das malocas coletivas e adoção das moradias familiares. Isso alterou também, em alguma medida, o sistema de manejo e uso de recursos, já que a partir de então mais gente passou a fazer uso de uma mesma área e cada família passou a viver de forma mais independente, em busca de seus próprios recursos para a construção das casas e para a alimentação.

Além disso, desde que nossos primeiros antepassados se estabeleceram no Alto Tiquié a população aumentou muito. Novas famílias chegaram e se formaram e, nos últimos tempos, grupos que antes viviam mais para dentro do mato, como os Hupd'äh, pas-

saram a se fixar no curso do rio.

No caso específico de Pari-cachoeira, a chegada de mais de uma centena de famílias ao longo das décadas de 1980 e 1990 provocou um aumento mais drástico da população e uma concentração populacional sem precedentes na região. Com o aumento populacional se intensificou também a ocupação do território e o uso dos recursos, numa região cujo estoque pesqueiro, por exemplo, já não era tão abundante devido às muitas cachoeiras existentes e também por ser uma região sem grandes lagos e áreas de igapó.

O que percebemos hoje é que todas essas transformações nos padrões de ocupação, aliado às mudanças nas práticas de manejo e introdução de novas técnicas emprestadas dos não-indígenas, como malhadeiras, arrastões, careta, têm acarretado uma certa diminuição dos peixes no rio Tiquié, em especial nos cursos mais altos, cuja geografia já é um fator natural para uma baixa piscosidade. Também percebemos que há hoje menos animais de caça do que havia antigamente, assim como uma menor oferta de certos recursos fundamentais para nós como caraná, cipó, sorva e madeira de lei.

E na área de Pari-cachoeira há ainda a questão do esgotamento de terras boas para a agricultura, pois como são muitas famílias ocupando um mesmo território, falta terras férteis para a abertura de novos roçados, já que as capoeiras não têm o tempo necessário para se regenerar.

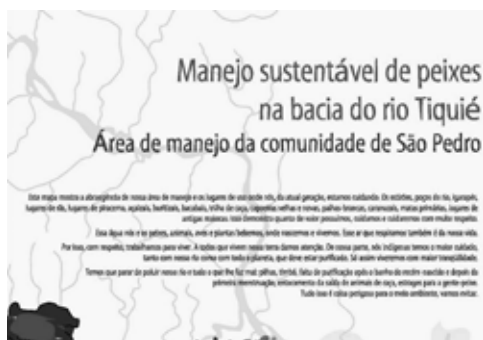


## Iniciativas locais: manejo, pesquisas interculturais e etnomapeamentos


Visando discutir e pensar estratégias para o enfrentamento desses problemas, nos últimos quinze anos iniciativas importantes já foram realizadas em nossa região (especialmente na área da ATRIART), em grande parte com apoio do Instituto Socioambiental e envolvimento dos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), das associações e das escolas indígenas.

No caso dos **peixes e da pesca**, começamos trabalhando com projetos de piscicultura, no contexto comunitário, familiar e escolar (escola Tuyuka). Mas aos poucos vimos que a produção da piscicultura é baixa e requer muito investimento e trabalho. E concluímos que somente a piscicultura não resolveria o problema da escassez de peixes no Alto Tiquié. Eram necessárias também outras soluções.

Com esse pensamento participamos de vários encontros gerais de manejo de peixes com todas as associações do rio Tiquié, puxados pela ACIMET, associação do Médio Tiquié. Desses encontros saíram muitas reflexões e diversas definições de regras e acordos de manejo entre as associações e comunidades, não apenas para a pesca, mas também caça e recursos florestais. Algumas comunidades também produziram mapas de suas áreas de manejo tradicional, indicando a sua área de uso e tudo o que há de importante no território. Nos últimos anos, com o processo de discussão dos Planos de Gestão, essas regras e acordos foram rediscutidos, atualizados e integrados ao conjunto de acordos estabelecidos para toda a área da DIA WII (ver parte IV deste documento).



Capas das publicações com os mapas das áreas de manejo elaborados por comunidades do Alto Tiquié.



Além das discussões e acordos de manejo, também foram desenvolvidas diversas pesquisas sobre a pesca, os peixes e seus ciclos de vida e migração, buscando entender melhor a ecologia dos peixes e a realidade da pesca no Alto Tiquié. Estas foram realizadas pelos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), com a colaboração dos conhecedores e de pesquisadores não-indígenas. As pesquisas buscam aliar os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais, sendo que muitas delas já foram publicadas e hoje servem de material para as escolas indígenas e mesmo para investigações acadêmicas.

Também na parte do manejo de recursos florestais já tivemos algumas experiências importantes, especialmente nas áreas das comunidades tuyuka do Alto Tiquié. A principal foi o **manejo do caraná**. O caraná é um recurso de extrema importância para nós devido à sua utilização na cobertura das casas, cozinhas, centros comunitários e malocas. Mas o problema é que a sua disponibilidade no Alto Tiquié é, em geral, menor do que a demanda; sobretudo depois de todas as transformações em nosso padrão de ocupação e moradia. Com isso veio a necessidade de discutir e colocar em prática um plano de manejo.

Para isso realizamos diversas pesquisas sobre o caraná e os caranazais, com envolvimento dos alunos e professores da Escola Tuyuka Utapinopona e fazendo dialogar os conhecimentos científicos e tradicionais. Dessas pesquisas saíram uma série de recomendações para o manejo do caraná, que depois foram discutidas em encontros e oficinas com a participação das comunidades. Reforçamos a importância do manejo tradicional, caracterizado pela retirada das folhas apenas das palmeiras no estágio certo de desenvolvimento (não as que ainda estão imaturas ou em fase reprodutiva) e da manutenção de ao menos duas folhas por pé coletado. Incentivamos o transplante de mudas dos caranazais para áreas de campinarana com pouco ou nenhum caraná, bem como a reserva de áreas de caranazal exclusivamente para a manutenção de malocas e outras construções coletivas. E por fim iniciamos conversas para a definição de um limite de feixes que podem ser retirados por ano ou um período mais longo de um mesmo caranazal. Muitas dessas recomendações estão sendo postas em práticas pelas comunidades e moradores e já vêm apresentando bons resultados. Outras exigem ainda maiores discussões e campanhas para reforçar os acordos.



## 4. Rio Traíra e Apaporis

A área do Traíra–Apaporis é uma das regiões mais remotas e de mais difícil acesso dentro da TI Alto Rio Negro. Abrange um vasto território que abarca toda a extensão do rio Traíra, até a sua desembocadura no rio Apaporis e toda a área de interflúvio entre as cabeceiras dos rios Ira, Curicuriari e Marié. É uma área contígua entre o limite sudoeste da TI Alto Rio Negro, a TI Rio Apaporis e a parte oeste da TI Médio Rio Negro I. Está sob jurisdição de dois municípios, a parte mais ao norte está dentro dos limites do município de São Gabriel da Cachoeira e a parte sul do município de Japurá. Se estende por duas bacias hidrográficas, a do rio Negro e a do Japurá/Caquetá. E ainda é região de fronteira entre Brasil e Colômbia. O rio Traíra serve como linha divisória, mas dos dois lados da fronteira há comunidades dos mesmos grupos étnicos, parentes e cunhados que compartilham a vida, a cultura e a gestão deste vasto território ancestral<sup>5</sup>.

5 No lado colombiano, a região do alto rio Traíra está dentro do Gran Resguardo del Vaupes e sob jurisdição da ACAIPI (Asociación de Capitanes y Autoridades Tradiconales del Pira Parana). E a região do curso mais baixo do Traíra e boca do Apaporis está dentro do Resguardo Indígena Yagoje Apaporis e sob jurisdição da ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas del Yagoje–Apaporis). Anos atrás, por demanda da própria ACIYA e das comunidades que queriam mais proteção aos seus territórios contra a exploração mineral, a área do Resguardo Yagoje–Apaporis virou também um Parque Nacional Natural, com a elaboração de um Plano de Especial de Manejo pelas comunidades.

Centro comunitário da comunidade Cachoeira dos Machados, rio Traíra. Oficina de mapeamento e elaboração do PGTA. Edilson Ovo Villegas Ramos/Comunicadores Indígenas, 2018.



## Comunidades, população, grupos étnicos e histórico de ocupação

No lado brasileiro do rio Traíra e afluentes há hoje 4 comunidades e assentamentos menores dispersos pelas regiões de interflúvio. Cerca de **20 famílias** vivem nessas comunidades, aproximadamente **123 pessoas**, pertencentes sobretudo aos povos Tukano, Desana e Tuyuka. Já dentro da TI Rio Apapóris, entre a foz do Traíra, a foz do Apapóris e o rio Japurá, há mais uma comunidade bastante populosa, com cerca de **93 famílias** e **500 pessoas**, quase todos pertencentes ao povo Yuhupdëh. E do lado colombiano há outras 3 comunidades: Santa Clara, La Vera e Puerto Lopez.<sup>6</sup>

Há muitas histórias sobre a região do Traíra, suas serras e cachoeiras sagradas e sua ocupação pelos povos que aí viveram e pelos que vivem atualmente. Mas os que conhecem mais a fundo essas histórias contam que no tempo da transformação do mundo, quando os primeiros ancestrais chegaram para povoar os territórios

<sup>6</sup> Importante destacar que há possibilidade de haver outros assentamentos pequenos, sejam fixos ou temporários, espalhados pelas áreas de interflúvio da região do Traíra e Apapóris. Pois esta é uma área bastante remota e por onde grupos e famílias estão sempre circulando em seus deslocamentos de caça, coleta e outras atividades pela floresta.

Arrastando canoa pelas pedras na cachoeira do Jacamim, rio Traíra. Edilson Ovo Villegas Ramos/ Comunicadores Indígenas, 2018.



das bacias do Uaupés e Apaporis, os espíritos de todas as tribos se reuniram na região do Traíra para ver quem poderia viver aí e cuidar desse território sagrado. O escolhido foi o **Yuhup**, que ficou como guardião dessa área.

Também os povos **Makuna** possuem sua conexão vital com esse território, o qual faz parte da rota de origem e transformação de seus primeiros ancestrais. E contam que em tempos diversos, outros povos circularam ainda por essa região, como Tukano, Desana, Tanimuka, Yukuna, dentre outros, participando dos intercâmbios comerciais, sociais e rituais com os Yuhupdêh e Makuna. Assim, pelos rios, igarapés, serras, cachoeiras e caminhos que povoam essa vasta região estão lugares sagrados que guardam a memória da origem e das trajetórias de transformação, deslocamento e povoamento da região, bem como dos intercâmbios sociais e espirituais mantidos pelos ancestrais desses grupos. Também estão muitos lugares que são moradas de seres espirituais e que todos reconhecem como sítios com restrições de uso e ocupação. Dizem que por isso mesmo o rio Traíra nunca foi uma região de ocupação tradicional permanente. Contam que mesmo os Yuhupdêh, guardiões desse território, ocuparam apenas o curso mais baixo do rio e nunca estabeleceram assentamentos nos cursos mais altos em respeito a esses sítios sagrados.

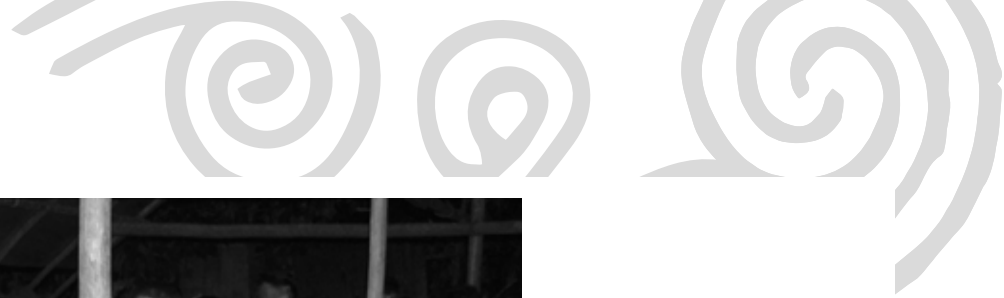
Nessas trajetórias ancestrais em movimento, os Makuna foram se estabelecer nos territórios vizinhos do Apaporis e Pirá-Paraná, lado colombiano. E os Yuhupdêh se espalharam e passaram a transitar por um vasto território, desde a boca do Apaporis e Traíra até o rio Tiquié, passando pelas ca-



Crianças e jovens dançam cariçu na festa de encerramento da oficina de PGTA do rio Traíra, comunidade Cachoeira do Machado. Edilson Ovo Villegas Ramos/Comunicadores Indígenas, 2018.

beceiras do Marié e Curicuriari e pelos igarapés Ira, Cunuri e Castanho. Por toda essa área eles circulavam em seus deslocamentos de caça, coleta e nas visitas aos parentes, como ainda hoje fazem, ainda que com menor frequência do que faziam no passado. Pois em tempos mais recentes, em grande medida por influência de missionários e também por busca de assistência em saúde e educação escolar, os Yuhupdêh passaram a se concentrar em comunidades, mudando o seu padrão tradicional de ocupação e moradia, cuja marca era a grande mobilidade pelo território. Hoje eles estão concentrados sobretudo em comunidades nos igarapés Ira, Cunuri e Castanha (no rio Tiquié) e na comunidade São José do Rio Apaporis, na TI Rio Apaporis, entre a boca dos rios Traíra e Apaporis. Nesta última se encontra hoje mais da metade da população Yuhupdêh da área da DIA WII<sup>7</sup>.

7 A comunidade Yuhupdêh da TI Rio Apaporis não participou da oficina que ocorreu no rio Traíra em 2018 para discutir os principais desafios e demandas para o PGTA da região. Portanto, o que está dito aqui não contempla o território da TI Rio Apaporis.



Dança de cariçu na festa de encerramento da oficina de PGTA no rio Traíra, comunidade Cachoeira do Machado. Edilson Ovo Villegas Ramos/Comunicadores Indígenas, 2018.

Já as comunidades que existem hoje no rio Traíra e afluentes são frutos de uma história mais recente, em grande parte relacionada ao movimento do garimpo na serra do Traíra entre as décadas de 1980 e 1990.

#### Quadro 4. Rio Traíra e Boca do Apapóris: comunidades, população, grupos étnicos\*

Comunidades/Sítios	Etnias predominantes	Outras etnias	Famílias (aproximado)	Pessoas (aproximado)
<b>Rio Traíra e afluentes**/ TI Alto Rio Negro</b>				
Cachoeira do Machado	Desana	Tuyuka, Tukano, Kubeo e Yuhupdëh	2	24
Santo Baltazar Cachoeira das Andorinhas	Tukano	Tuyuka e Bará	3	22
Vila Jose Mormes	Desana	Tuyuka, Tukano	7	57
Desana	Desana e Tuyuka	Tukano e Yanomami	7	20
<b>Boca do Apapóris / TI Rio Apapóris</b>				
São José do Rio Apapóris	Yuhupdëh	Tukano, Tuyuka e Yebamahsã	93	500

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN/ISA 2017-2018. \*Ver nota de rodapé (6) na página anterior. \*\*Do lado colombiano do Traíra há ainda as comunidades Santa Clara, La Vera e Puerto Lopez.

## Principais desafios para a gestão do território

Na área do Traíra um dos problemas mais graves tem sido a **invasão constante do território por não-indígenas, garimpeiros e narcotraficantes**. Isso tem causado muitos problemas para as comunidades, que ficam vulneráveis e expostas a situações de violência e degradação ambiental e cultural de seus territórios. As lideranças reclamam que não há qualquer ação de fiscalização periódica no território pelos órgãos competentes (Exército, Funai, Polícia Federal).

Outro grave problema relacionado a esse é a **contaminação por mercúrio** em alguns afluentes e no próprio rio Traíra, que já tem afetado a saúde das pessoas e do território. Essa contaminação é resultado de décadas de exploração do ouro na região, a qual continua a ser praticada, ainda que em menor escala. Também há indícios, e as comunidades reclamam, da **contaminação** de vários igarapés por **resíduos químicos** resultantes da **produção da pasta base de cocaína por invasores**. Dizem que há igarapés que estão hoje inutilizados devido a essa contaminação.

Uma outra grande dificuldade e desafio apontado pelas comunidades é a questão do **isolamento e ausência quase que total de serviços públicos** e da presença do Estado brasileiro na região, sendo as áreas de **educação e saúde** as que mais preocupam as comunidades. Apenas pelo município de Taraira, do lado colombiano, os moradores do Traíra conseguem acessar posto de saúde e matricular os filhos na escola, mas isso apenas para os que possuem documento colombiano. Os que não possuem acabam ficando desassistidos, já que os centros de serviços do lado brasileiro são muito distantes.

E para complicar ainda mais essa situação, as comunidades também sofrem com uma certa **indefinição e falta de clareza em relação à jurisdição municipal à qual estão vinculadas**. Pois parte do território está sob jurisdição do município de São Gabriel da Cachoeira e outra parte do município de Japurá. As comunidades Vila José Mormes e Desana, por exemplo, estão localizadas bem na divisa dos municípios. As comunidades reclamam que isso dificulta muito as relações e os encaminhamentos das demandas coletivas para a esfera municipal, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Pois muitas vezes, nem o município de Japurá e nem o de São Gabriel querem se responsabilizar pela oferta de serviços básicos às comunidades.

Do mesmo modo, as comunidades também reclamam que não há clareza sobre à qual DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) estão vinculadas, se ao DSEI Alto Rio Negro ou DSEI Alto Rio Solimões; e nem à qual Coordenação Regional da Funai, se à CR Rio Negro ou CR Tabatinga. O problema que relatam é que muitas vezes nem mesmo as autoridades sabem. Assim as comunidades ficam perdidas sobre a quem recorrer e direcionar suas demandas coletivas.

Por fim, um outro grande desafio na região do Traíra é a **proposição de alternativas sustentáveis de geração de renda**, para afastar os jovens do garimpo ilegal. Pois ainda que a maioria das famílias tenham suas roças, pesquem e cacem, todos hoje precisam de algum dinheiro para poder obter itens de que necessitam na cidade, como roupas, combustível, alguns produtos alimentícios industrializados. E, em muitos casos, precisam também custear o estudo dos filhos que vão para as escolas de Taraira.

Acontece que todos hoje têm consciência de que o **ouro não é sustentável a longo**





**prazo**, que ele se acabará um dia e nada ficará para as gerações futuras. Também sabem que o trabalho com o garimpo, além de ilegal, gera **sérios impactos ao território e ao meio ambiente**, além de **desagregação social e empobrecimento cultural**. E que a cadeia de comércio do ouro é bastante perversa e muitas vezes injusta para com os indígenas.

As comunidades demonstraram preocupação com essa situação e demandam por **programas governamentais de assistência e alternativas sustentáveis de geração de renda**, incluindo compensação por serviços socioambientais.

## Expectativas das comunidades

As comunidades do Traíra dizem que o único projeto desenvolvido na região desde a demarcação das terras indígenas foi o PPTAL (Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal). Na avaliação das lideranças, foi um projeto bastante positivo, que fortaleceu as comunidades e reforçou a legitimidade de ocupação da área e o reconhecimento por parte do Estado do importante papel de vigilância e cuidado que as comunidades exercem sobre os seus territórios. O projeto também forneceu equipamentos e ferramentas fundamentais, como botes, motores, ferramentas agrícolas e radiofonia para facilitar a comunicação, a locomoção e o trabalho das comunidades.

Mas as lideranças dizem que depois disso as comunidades da região não tiveram mais nenhum apoio ou acompanhamento por parte das instituições do Estado, parceiros da sociedade civil ou mesmo do movimento indígena. Que ficaram apenas com o ônus ambiental e social dos tempos do garimpo. E que esperam que o mesmo não aconteça com o PGTA.

Dentre as principais expectativas, propostas e recomendações das comunidades do Traíra para o Plano de Gestão estão:

i) apoio para a continuidade dos mapeamentos participativos e aprofundamento das discussões sobre o manejo tradicional do território e fortalecimento cultural iniciado com a oficina de PGTA;

ii) fiscalização e proteção territorial efetiva dos órgãos competentes contra a entrada de invasores no território (garimpeiros não-indígenas e narcotraficantes) e estruturação das comunidades para que possam exercer a vigilância de seus territórios (comunicação, transporte, formação);

iii) respaldo do poder público e de instrumentos bilaterais para uma gestão e governança territorial indígena integrada e compartilhada pelas comunidades dos dois lados da fronteira, em especial nas áreas de educação, saúde e manejo ambiental;

iv) fortalecimento dos sistemas tradicionais de produção das roças e autonomia na produção de alimentos;

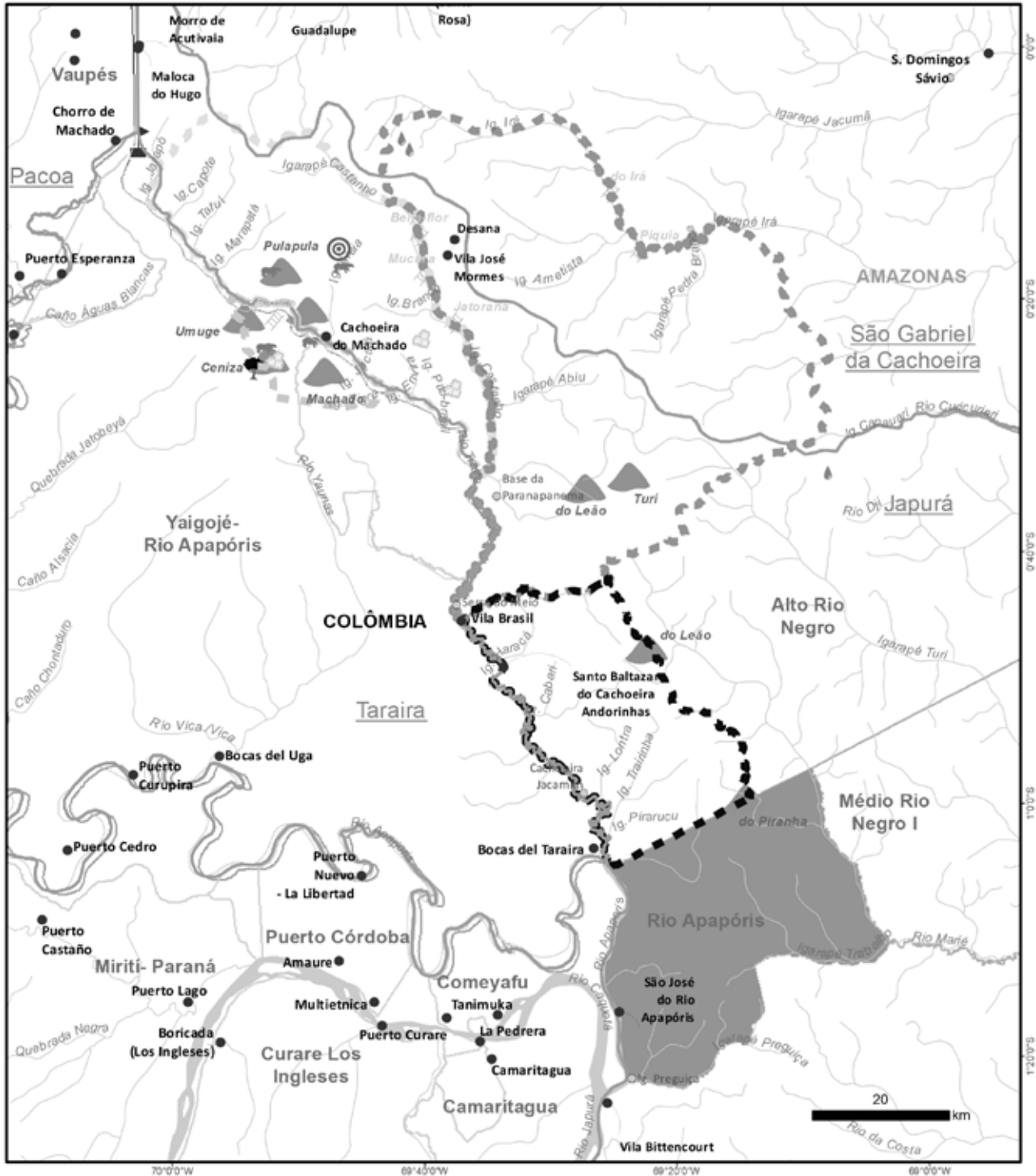
v) apoio para alternativas de geração de renda com baixo impacto ambiental e social, para que as comunidades deixem de ser tão dependentes do garimpo; programas de contrapartida por serviços ambientais prestados pelas comunidades indígenas;

vi) apoio do próprio movimento indígena e instituições parceiras para a estruturação de associações e outras instâncias de governança na região do Traíra.



# Terra Indígena Rio Apapóris e Região do Rio Traíra

Noroeste Amazônico- Fronteira Estado do Amazonas- Municípios de Japurá e São Gabriel da Cachoeira



Limites Países Municípios Terras e Resguardos Indígenas Comunidades, vilas e aldeias ●

## Coordenadorias da FOIRN e Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas



**DIA VII**  
 Coordenadoria das Associações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes.

**AATI**  
 de la Zona del Tiquié  
 de Yaigojé y Bajo Apaporis  
 de La Pedrera Amazonas

## Primeiro mapeamento participativo realizado em oficina PGTA. Base para acordos de gestão compartilhada e monitoramento do território

### Áreas de uso e manejo desenhadas em grupos formados pelos moradores locais:

- Vila José Mormes e Desana
- Comunidade Puerto Lopez
- Santo Baltazar da Cachoeira Andorinhas (Polo Tukano)
- Cachoeira do Machado

### Localidades importantes para a gestão do território.

- Lugar Sagrado
- Marco
- Serra
- Bebedor
- Cabeceira
- Cachoeira
- Caranazal
- Seringal

Fontes: Base Cartográfica e Territórios Indígenas (RAISG, 2018); AATIs, Fundación GAIA (2019), Lugares e áreas de jurisdição (oficina em Cachoeira do Machado para elaboração de PGTA, 2018).



### **III. Governança e gestão ambiental e territorial na região da DIA WII: iniciativas já desenvolvidas e lições aprendidas**

Visando fazer frente a certos problemas e desafios apresentados pelas comunidades das diversas sub-regiões da DIA WII, algumas iniciativas importantes já foram desenvolvidas nos últimos vinte anos. Pois desde que o nosso território foi reconhecido e demarcado, ao final da década de 1990, nossa preocupação passou a ser com a permanência das famílias nas terras indígenas, com o fortalecimento cultural dos grupos étnicos, com o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades e com a gestão de nossos territórios. Para isso nos empenhamos em firmar parcerias duradouras e buscar apoios para projetos que pudessem colaborar com nosso objetivo de bem viver.

Nas sessões anteriores já apresentamos de forma breve algumas ações que foram ou estão sendo desenvolvidas na diferentes sub-regiões da DIA WII. Mas achamos importante listar aqui senão todas, ao menos as principais iniciativas que já desenvolvemos em nossa região, destacando a contribuição de cada uma para a gestão de nossos territórios e fortalecimento de nossa governança. Importante ressaltar que várias dessas iniciativas foram geridas pelas próprias associações indígenas, com apoio técnico e financeiro de parceiros da sociedade civil e do poder público.

## 1. Escolas indígenas diferenciadas



Escola Indígena Tukano Yupuri, comunidade São José II, Médio Tiquié. Juliana Lins/ISA, 2018.

Desde o fim da década de 1990 o movimento pela educação escolar indígena veio crescendo em todo o alto rio Negro e várias escolas diferenciadas e associações escolares surgiram ao longo dos anos 2000. Na área da DIA WII várias escolas se formaram e vêm tentando se estruturar dentro da educação escolar indígena diferenciada. Mas duas escolas e suas respectivas associações merecem destaque: a Escola Tuyuka Utapinozona, fundada em 1999, com sede na comunidade São Pedro, alto Tiquié; e a Escola Tukano Yupuri, fundada em 2004, com sede na comunidade São José I. Ambas começaram apenas com Ensino Fundamental e posteriormente passaram a ofertar também o Ensino Médio.

A maioria dos alunos da Escola Tuyuka vem das 4 comunidades Tuyuka do Alto Tiquié brasileiro, mas também tem alunos chegando do igarapé Castanha e do Alto Tiquié colombiano. Embora sendo uma escola Tuyuka, também tem alunos de outras etnias, como os Yebamahsã, os Tukano e outros. A sede da escola está na comunidade São

Pedro, onde tem o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio; mas tem mais duas salas de extensão nas comunidades Assunção e Cachoeira Comprida, com o Ensino Fundamental I. Já a escola Tukano Yupuri recebe alunos de mais de 12 comunidades do Médio Tiquié, especialmente para o Ensino Médio, pois a maioria das comunidades do médio Tiquié contam com escolas de Ensino Fundamental I ou até II, mas apenas a Yupuri oferece o Ensino Médio.

Junto com a escola Pamáali, dos índios Baniwa e Coripaco, no rio Içana, as escolas Tuyuka e Tukano são consideradas escolas pilotos, pioneiras que procuram a renovação da educação escolar e a valorização da língua e cultura indígena. A alfabetização acontece primeiro na própria língua (língua tuyuka na escola Utapinozona e língua tukano na escola Yupuri). A alfabetização em português vem depois. As línguas tuyuka e tukano são também as línguas faladas na escola. As escolas colocaram muito esforço em desenvolver e padronizar a escrita dessas línguas e produzir material didático próprio. Outro aspecto é o uso de ensino via pesquisa e pedagogia interdisciplinar. Disciplinas convencionais como português e matemática são ensinadas lado a lado aos conhecimentos tradicionais, como as danças rituais, ou são integrados, por exemplo, quando a arte de fazer cestaria é usada para explicar conceitos de matemática. Os conhecedores (anciões) são envolvidos no ensino e às vezes uma comunidade inteira participa das atividades.

No contexto do ensino via pesquisa, a escola Tuyuka já realizou pesquisas sobre o caraná, as capoeiras, as paisagens do território tuyuka, arquitetura tradicional (das malocas), culinária regional e mais. A escola Tukano já realizou importantes pesquisas sobre roças. Ambas estudaram a calendário ecológico-



Oficina da Escola Tuyuka na comunidade São Pedro, alto Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2007.

–astronômico tradicional (etnoastronomia), etnomatemática, história regional e se dedicaram a artesanato, danças e música tradicionais e pajelança. Ambas também desenvolveram uma série de atividades visando a sustentabilidade, como piscicultura, meliponicultura e manejo agroflorestal. Os alunos, no final de sua formação, fazem um TCC (trabalho de conclusão de curso) com uma ampla variedade de assuntos estudados.

Tanto a escola Utapinopona quanto a Yupuri contaram com apoio financeiro de parceiros nacionais e internacionais para sua consolidação. Dentre estes estão: RFN (Rainforest Foundation da Noruega), NORAD (Norwegian Agency for Development Cooperation), FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) e ISA (Instituto Sociambiental). As escolas tiveram ainda projetos com o Ministério do Meio Ambiente, através do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI, de 2008 até 2010.

Nos últimos anos o financiamento de fora para a educação escolar indígena diferenciada na região do alto rio Negro ficou cada vez

menor, dificultando a continuidade dos projetos. Ao mesmo tempo, o Estado não reconheceu o Ensino Médio diferenciado de nossas escolas e a metodologia de ensino via pesquisas interdisciplinares. Hoje, as escolas Tukano e Tuyuka continuam a oferecer o Ensino Médio, mas agora como uma sala de extensão da escola Dom Pedro Bosco em Pari-cachoeira. Com isso as escolas deixaram de ter autonomia pedagógica, tendo que se enquadrar na metodologia convencional para o Ensino Médio.

### Lições aprendidas:

- O ensino via pesquisa, interdisciplinar, é uma metodologia muito eficiente para ensinar os jovens e trabalhar tanto com os conhecimentos curriculares convencionais quanto os conhecimentos de nossa cultura.
- Alfabetização na própria língua, seguida de alfabetização em português, é mais eficiente para as crianças do que a alfabetização direto em português.
- A educação diferenciada é um instrumen-

to forte no fortalecimento da cultura: a escola Tuyuka salvou uma língua que estava em vias de desaparecer, enquanto a escola Tukano resgatou o conhecimento astronômico, com suas ligações com os ciclos da natureza.

- Sem o apoio financeiro e reconhecimento do Estado à nossos projetos políticos-pedagógicos fica muito difícil dar continuidade a essas experiências e mais difícil ainda replicar esse modelo para outras escolas de nossa região.

## 2. Rede de AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo ambiental)

A ideia para a formação de uma equipe de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental nasceu depois de uma troca de experiências entre iniciativas indígenas no rio Tiquié e em diversas terras indígenas no Acre. No âmbito desses intercâmbios algumas lideranças do Tiquié visitaram o Acre e Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre visitaram o Tiquié. Como resultado, em 2005 foi formado o primeiro grupo de AIMAs do Tiquié, que começou a atuar na região do médio curso do rio, nas áreas das associações ACIMET e AEITY. Nos anos seguintes, com aportes financeiros de vários parceiros (especialmente do ISA, através da Fundação Moore e Rainforest Foundation) a rede dos AIMA se expandiu para o resto do Tiquié e em alguns de seus afluentes. Em 2010, a rede dos AIMA no Tiquié chegou a ter 36 pessoas.

A partir de 2014 a equipe de AIMAs do Tiquié diminuiu devido à falta de recursos para pagamento de bolsas e desenvolvimento de atividades. Por outro lado, nesse mesmo ano a rede de AIMAs se expandiu para o Baixo Uaupés, como parte do projeto Manejo



Oficina dos AIMAs na comunidade São Pedro, Alto Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2007.



Oficina dos AIMAs na comunidade Pirarapoço, médio Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2008.



AIMAs em oficina aprendendo a usar o tablet para coleta de dados do monitoramento ambiental e climático, comunidade Açaí, Baixo Uaupés. Aline Scolfaro/ISA, 2018.

Pesqueiro, que contou com apoio financeiro da Funai e assessoria técnica do ISA. Durante os dois anos seguintes, 23 AIMAs do Baixo Uaupés fizeram parte dessa rede.

O número de AIMAs ativos varia muito conforme os projetos e disponibilidade de recursos, mas como costumamos dizer, uma vez AIMA, sempre AIMA. O AIMA tornou-se uma figura importante em nossa região e cujo papel para a gestão ambiental e territorial já é amplamente reconhecido por grande parte das comunidades, não somente na região da DIA WII, mas em todo o rio Negro. Os AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) participam de várias atividades de formação e desempenham funções de pesquisa, manejo e conscientização nas comunidades, sobretudo em relação às questões de uso e manejo de recursos, pesca e destinação do lixo. Os AIMAs realizam pesquisas e monitoramentos sobre a pesca e os peixes; sobre roças e diversidade de cultivos; sobre frutas silvestres e suas dinâmicas ecológicas; sobre calendários ecológicos-rituais; sobre mudanças no tempo e nos ciclos de seca e cheia dos rios; sobre o lixo e destinação de resíduos.

As pesquisas dos AIMAs têm embasado acordos de manejo entre as comunidades e projetos de revitalização dos conhecimentos tradicionais, com a estreita colaboração dos kumua (benzedores), que possuem um papel fundamental na gestão ambiental e territorial. Também têm gerado mapas detalhados das áreas de ocupação e uso de nossas comunidades. Muitos desses trabalhos já foram publicados e as informações e dados levantados através do trabalho dos AIMAs (às vezes em parceria com as escolas indígenas) são importantes subsídios para a gestão ambiental e territorial na região da DIA WII (referências nas páginas 81–84).

## Lições aprendidas:

- Em geral, nas comunidades e trechos de rio onde há atuação dos AIMAs há maiores avanços em conversas, medidas e acordos em relação à gestão dos territórios, manejo ambiental e o problema do lixo e sua correta destinação.
- Os AIMAs devem ser participativos e animadores de trabalhos em suas comunidades e regiões. Devem trabalhar junto com as lideranças conscientizando e incentivando o diálogo e as boas práticas em relação ao manejo ambiental e gestão do território.
- Uma ajuda de custo aos AIMAs é fundamental para que estes possam desempenhar suas funções, bem como a disponibilidade de recursos para a realização de atividades inerentes à função. Assim, a dependência de projetos e de apoio de parceiros é um desafio para a continuidade dos trabalhos dos AIMAs. Uma medida importante, e que é uma demanda de várias regiões do alto rio Negro, seria o reconhecimento formal da categoria por parte do poder público, com a destinação de recursos permanentes.

## 3. Pesquisas interculturais

Com a rede de AIMAs e as escolas diferenciadas, uma série de pesquisas interculturais foram desenvolvidas em nossa região, especialmente no rio Tiquié. Dependendo da pesquisa, a informação obtida pôde ajudar na elaboração de um Plano de Manejo de um recurso natural, pôde servir para diagnosticar um problema ambiental ou pôde resgatar um aspecto da cultura local que estava se perdendo. Várias pesquisas começaram nas escolas e tiveram depois continuidade com os AIMAs, enquanto outras pesquisas ficaram somente com os AIMA

ou com as escolas. Em alguns casos houve também contribuições de pesquisadores acadêmicos de Universidades e Institutos de Pesquisa.

Dentre essas pesquisas interculturais podemos destacar:

a) “Diversidade etnoecológica no rio Tiquie: paisagens florestais Tuyuka”. Desenvolvida em 2005 no Alto Tiquié pela Escola Tuyuka Utapinozona, tratou-se de uma pesquisa participativa das paisagens encontradas na região de ocupação tuyuka. Os alunos, acompanhados pelos conhecedores (anciões), fizeram um estudo de quatro trilhas de seis quilômetros cada, que partem de três comunidades da região, fazendo um inventário florestal e categorizando as paisagens florestais encontradas, usando a classificação Tuyuka. A pesquisa contou com o apoio técnico do ISA e financiamento do Programa Jovem Cientista Amazônica – JCA da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e Fundação Moore. O objetivo do estudo, além de ensinar aos jovens a metodologia da pesquisa, foi registrar a riqueza do conhecimento ecológico que existe na cultura Tuyuka, e mostrar essa riqueza para o mundo.

b) “Manejo de Caraná”. Também executada pela Escola Tuyuka Utapinozona, em conjunto com o ISA, foi realizada entre 2008 e 2009 e contou com apoio financeiro da Fundação Moore, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e o Ministério de Meio Ambiente, através do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI). As folhas de caraná são usadas para cobrir os tetos de casas e malocas na arquitetura tradicional, mas essa palmeira está sendo um recurso natural escasso em muitos lugares do Terra Indígena Alto Rio Negro. Alunos de Ensino Médio, professores, anci-

ões e assessores fizeram inventários florestais de três diferentes Caranazais (florestas de caatinga com bastante palmeira caraná), classificando as palmeiras caraná encontradas conforme seu estado de crescimento (idade), usando a classificação Tuyuka. Outra parte da pesquisa era um experimento de diferentes técnicas de corte de folhas. O objetivo da pesquisa foi chegar a um diagnóstico da escassez de caraná e contribuir para um Plano de Manejo.

c) “Capoeiras Tuyuka”. Outra pesquisa desenvolvida pela Escola Tuyuka tratou-se de um estudo de restauração e recuperação de terras degradadas, com apoio financeiro da FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas), da Fundação Moore e do PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas), do MMA. A metodologia incluiu: inventários das plantas encontradas nas capoeiras, classificação dessas plantas conforme origem (plantadas, plantas de capoeira ou plantas de mata madura), estudo de estrutura florestal, caracterização do estado de restauração florestal e a história de manejo. As capoeiras foram classificadas usando a nomenclatura tuyuka. Os objetivos dessa pesquisa foram: i. entender melhor os processos da restauração florestal, um conhecimento que pode levar a novas técnicas que acelerem processos de recuperação de áreas degradadas. ii. mostrar a importância das capoeiras para a cultura local: essas florestas secundárias não são florestas degradadas, como muitas pessoas não indígenas pensam, mas são importantes fontes de recursos naturais diversos.

d) “Roças Tukano”. Primeira fase da pesquisa foi desenvolvida entre 2011 e 2012 pela Escola Tukano Yupuri juntamente com alguns dos AIMAs; e segunda fase foi desenvolvida pelos AIMAs de Acará-poço entre

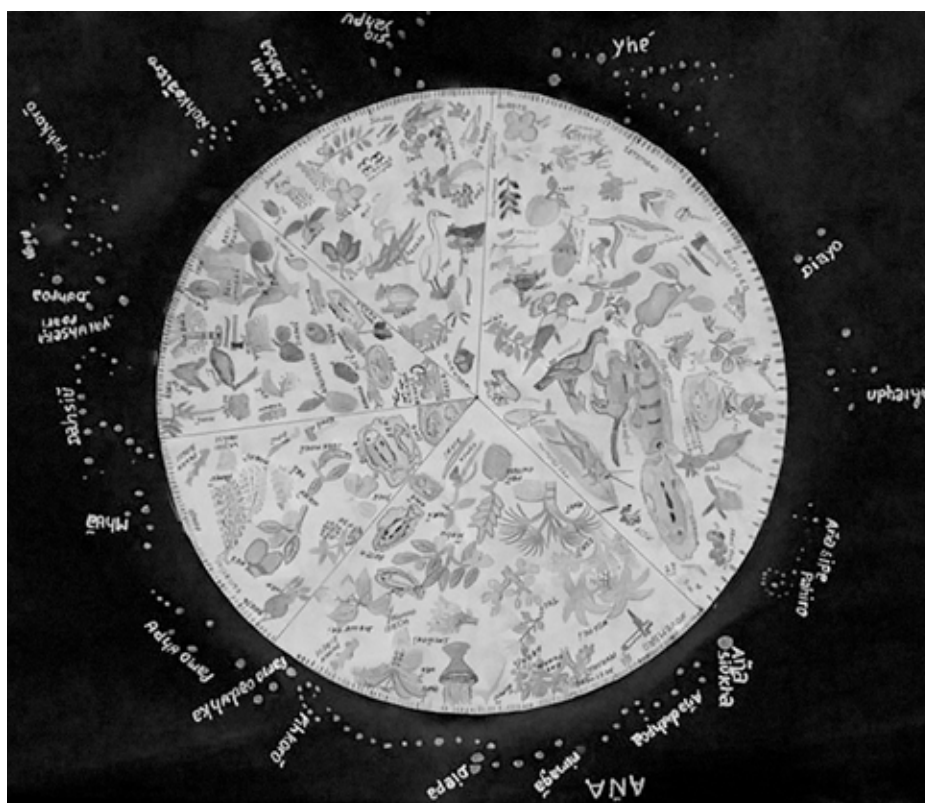


2013 e 2019. Contou com apoio técnico do ISA e envolveu entrevistas com as agricultoras, medições da roça, inventários da agrobiodiversidade das roças e registros diários dos AIMAs da produção de mandioca de suas roças, do tempo investido na agricultura durante sete anos (2013–2019). O tamanho das roças foi registrado para entender mais a relação entre tamanho da área cultivada com a produtividade. Foi feito também um inventário de agrobiodiversidade das roças.

e) “Igapós”. Pesquisa desenvolvida entre 2009 e 2011 pelos AIMAs do Médio Tiquié juntamente com alunos da Escola Tukano Yupuri e conhecedores tradicionais da área da ACIMET (com assessoria do ISA). Objetivo foi aprofundar nosso conhecimento sobre esse ecossistema que é muito importante para a alimentação dos peixes, além de ser fonte de muitos recursos naturais (remédio, material de construção, etc) usados pelos povos do Tiquié. Ao longo da pesquisa, que contou com oficinas e encontros temáticos, foram produzidas listas de plantas e textos, combinado com visitas ao igapó. Também foram feitos inventários florestais. Essa pesquisa ainda não resultou em publicações.

f) “Calendário astronômico-ecológico dos povos da bacia do Tiquié”. Com início em 2005 e vários desdobramentos importantes até hoje, as pesquisas sobre os calendários envolveram todos os grupos de AIMAs e

pesquisadores do Tiquié (incluindo até o Tiquié colombiano) e abarcou diversos assuntos relacionados ao tema como: astronomia, rituais, mitologia, os ciclos de natureza (fenologia das plantas, migrações e reprodução dos peixes e outros animais etc), os ciclos agrícolas e muito mais; pois o calendário indígena conecta tudo isso. As pesquisas sobre calendário já vinham sendo reali-



Calendário ecológico-astronômico-ritual elaborado pelos AIMAs do rio Tiquié com base nas pesquisas interculturais.

zadas no Pirá-Paraná (parte colombiana) e, em alguns de seus aspectos, nas escolas indígenas do Tiquié. Mas foi a partir de 2005 que se formaram dois grupos de pesquisa: o primeiro no médio Tiquié, envolvendo quase todas as comunidades do trecho entre Serra de Mucura e Santa Luzia, a Escola Tukano Yupuri (AEITY) e a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié (ACIMET);

o segundo grupo, no alto Tiquié, envolvendo a Escola Tuyuka (AEITU) e a Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (ATRIART). Em ambos os casos, participaram os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs), alunos do último ano do ensino fundamental e do ensino médio, professores, coordenadores das associações, além dos conhecedores mais velhos que desde então vêm orientando todo o processo. Foi muito importante para resgatar um conhecimento ancestral que estava se perdendo, um conhecimento fundamental para o manejo do território e da vida.

e) “Monitoramento Ambiental e Climático”. Como desdobramento desses trabalhos no Tiquié, a partir de 2016 também os AIMAs do Baixo Uaupés passaram a trabalhar com pesquisas sobre o calendário ecológico-astronômico, através do projeto Monitoramento Ambiental e Climático da Bacia do Rio Negro-PMAC. Parte de uma iniciativa maior que envolveu várias regiões do rio Negro e foi desenvolvido entre 2016 e 2019, numa parceria entre FOIRN e ISA e com apoio financeiro da Fundação Moore, as ações do projeto na área da DIA WII envolveram os AIMAs do Tiquié e Baixo Uaupés. Tiveram como foco a pesquisa, monitoramento e registro dos ciclos de subida e descida dos rios, das chuvas, reprodução e migração dos peixes, mamíferos, insetos, anfíbios e aves, floração e frutificação das diversas espécies de plantas, ciclo agrícola, constelações e estações (dentro do calendário tradicional), doenças que chegam conforme as épocas, benzimentos apropriados para cada época, dentre muitos outros fenômenos, conhecimentos e práticas que orientam o manejo do território.

## 4. Projetos de piscicultura

Em diferentes partes do alto rio Negro há, desde as últimas décadas, a percepção de uma crescente escassez de peixes. Na área da DIA WII esta percepção cobre boa parte do rio Tiquié, mais ou menos do trecho de Barreira Alta até a cabeceira, na Colômbia. Para fazer frente a essa situação, ao final dos anos oitenta algumas famílias do alto Tiquié começaram a experimentar a piscicultura, copiando um modelo que estava em uso do lado da Colômbia. Tratou-se de pequenos poços cavados com criação de tilápias, um peixe exótico, trazido de fora, e cuja introdução nos rios da região é proibida no Brasil, porque pode virar uma praga com impactos graves para os peixes locais. Mas esse modelo acabou não dando certo e a associação de base de alto Tiquié, a CRETART (atualmente ATRIART) procurou apoio técnico da UFAM para pensar outra solução. Essa cooperação resultou na construção dos primeiros viveiros-barragens comunitários nas comunidades do alto Tiquié. Mas a cooperação com a UFAM não durou, e a CRETART procurou o ISA para dar continuidade ao projeto. O ISA, por sua vez, aproximou-se do CEPTA-IBAMA para assistência técnica, e do ICCO e da EU para apoio financeiro. A cooperação com CEPTA-IBAMA resultou em treinamento de técnicos indígenas através de estágios no centro de pesquisa de piscicultura do CEPTA em Pirassununga em 1997. No mesmo ano, aconteceram tentativas de criar tambaqui nas barragens comunitárias.

Em 1998 o ISA contratou técnicos próprios que ficaram responsáveis para acompanhar a piscicultura. Um projeto de piscicultura foi elaborado e encaminhado. O objetivo principal desse



Desenho feito pelos AIMAs do Tiquié como atividade da pesquisa sobre os peixes e seus ciclos.

projeto foi melhorar a situação alimentar através da produção de peixes para consumo local; e assim também diminuir a pressão da pesca sobre o estoque de peixes no rio, Igarapés e lagos. Como linhas de atividades foi prevista a construção de um centro, que serviria para reprodução de peixes, treinamento de uma equipe de técnicos indígenas e para pesquisa. A engorda dos peixes aconteceria em viveiros nas comunidades, não na Estação. Os donos desses viveiros seriam as famílias, a comunidade ou a escola (e não a ATRIART ou ISA). Os peixes seriam todos endêmicos (isto é, da região) como o aracu, araripira, jandia e acarás. Teve também um componente agroflorestal, com a ideia de criar sistemas agroflorestais que poderiam ajudar na alimentação dos peixes.

Seguindo os planos, em 1999 foi inaugurada a Estação de Piscicultura na comunidade de Caruru Cachoeira. No ano seguinte aconteceu na Estação a primeira reprodução artificial do aracu. Entre 2002 e 2005 a ATRIART (que era a CRETIART) aprovou um projeto de piscicultura com o

PDPI. Nesse período a piscicultura já tinha se tornado uma atividade independente de assessoria técnica dos não-indígenas, com ISA dando somente apoio administrativo na execução do projeto. Mais viveiros foram construídos, técnicas de reprodução, manutenção e alimentação foram desenvolvidas e uma equipe técnica indígena foi formada. O foco mudou de viveiros comunitários para viveiros familiares. Na escola Tuyuka foram também construídos viveiros escolares e até um mini-laboratório de reprodução de peixes, que ao mesmo tempo serviu como uma sala de aula onde os alunos passaram a aprender conceitos de biologia e matemática. Um pouco depois, entre 2008 e 2010 (quando a ATRIART aprovou um segundo projeto com o PDPI), esse modelo de piscicultura foi expandida também para o Médio Tiquié e afluentes, e até no Tiquié colombiano. A ATRIART trabalhou junto com as diversas associações de base desses trechos de rio, com interessados (alunos das escolas Tukano e Tuyuka, mais também outros) fazendo estágios na Estação e os técnicos ajudando na construção das novos viveiros-barragens.

Depois de 2010 não foi mais possível encontrar fontes de financiamento para dar continuidade à iniciativa, que havia tomado grandes proporções e com altos custos. Com isso, lentamente a piscicultura foi sendo abandonada. Hoje são poucas as famílias e comunidades que continuam com viveiros ativos.

### Lições aprendidas:

- Embora a parte técnica tenha sido um sucesso (uma atividade autônoma, executada pela equipe indígena, com metodologias de reprodução e alimentação

adaptadas à realidade regional), a piscicultura indígena nessa escala se mostrou economicamente insustentável. A manutenção de uma estação e uma equipe sem ter uma fonte de financiamento garantido não é viável. A estação somente pode ser reativada se o poder público garantir seu sustento constante, através de uma política pública duradoura, pois esta não pode estar à mercê do “mercado de projetos”.

- A piscicultura pode continuar em uma escala menor, sem uma Estação, em um modelo mais familiar e com viveiros-barrações estocados com acará, que se reproduzem naturalmente e não necessitam uma equipe técnica ou um centro de reprodução. Institutos financeiros podem ajudar financiando a construção de novos viveiros e assessorando na fase inicial de implantação dos viveiros.
- Por razões ecológicas (água pouco fértil) e outras (os viveiros são pequenos porque são construídos a mão, sem ajuda de máquinas), a piscicultura na região se mostrou pouco produtiva. A alimentação adequada para os peixes é sempre um obstáculo. Para ter uma criação de peixes produtiva, os peixes devem ser alimentados diariamente. Durante os projetos foram encontradas diversas fontes locais de alimentação, mas a produção de uma ração local se mostrou extremamente trabalhosa e dispendiosa e avaliamos que não valia a pena. Por isso, a piscicultura somente deve ser estimulada em regiões onde a escassez de peixe é mais severa, e ainda assim aliada a outras iniciativas que envolvam manejo nos rios e lagos e acordos de pesca.
- Piscicultura nas escolas é uma ótima estratégia de ensino, além de contribuir

com a merenda escolar. Mas nesse caso, a escola deve ter disponível um professor especializado que somente se dedique à piscicultura e outras atividades agrícolas alternativas.

## 5. Manejo de peixes

Na área da DIA WII, tanto as comunidades do Tiquié quanto do Baixo Uaupés estão envolvidas já há algum tempo com ações visando o manejo de peixes e ordenamento da pesca. No Tiquié, onde essa história é mais antiga, as ações e discussões sobre o manejo de peixes começaram no médio curso do rio, na área da ACIMET. Essa sempre foi uma região bastante propícia para a pesca, com grandes lagos e áreas de igapó. Contudo, nas últimas décadas os moradores começaram a perceber que os peixes estavam diminuindo em quantidade e a pesca já não era mais tão boa quanto antes. A percepção era de que a área da ACIMET, usada também por parentes rio acima que baixam para pescar na região, vinha sofrendo com uma sobrepesca e pesca desordenada; e isso virou uma grande preocupação para a associação e comunidades. Por essa razão, em 2008 a ACIMET elaborou um projeto com o tema Manejo dos Lagos, o qual foi aprovado pelo PDPI/MMA e executado pelos cinco anos seguintes.

Os objetivos principais do projeto eram: 1. Garantir a continuidade da produção pesqueira dos lagos através da implantação de um Plano de Manejo Pesqueiro. 2. Conscientizar os moradores de Médio e Alto Tiquié sobre os problemas relacionados à pesca. Um aspecto do Plano de Manejo foi definir alguns lagos como reserva, onde temporariamente a pescaria foi suspensa para ver se o estoque de peixes nesses lagos se recuperava. Nas entradas dos lagos selecionados



Pesca com jequi na cachoeira de Caruru, Alto Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2012.

foram colocadas placas com avisos, explicando a ideia.

Nesse processo de discussão e conscientização sobre a pesca e manejo no Tiquié foram realizadas diversas atividades envolvendo lideranças de todo o rio Tiquié (até mesmo da parte colombiana), AIMAs, professores, alunos, conhecedores. Dentre as atividades, vale destacar dois grandes encontros que foram realizados entre 2008 e 2009 com o objetivo de discutir o problema da escassez de peixes, identificar as causas e propor soluções. Esses encontros foram organizados pelas associações ATRIART e ACIMET, nessa época ambas com um projeto de PDPI. Mas todas as associações do Tiquié estiveram envolvidas: AATIZOT (associação da Tiquié Colômbia) ACIMET, ACIRC, ACIRU, AEITU, AEITY, AEITYPP, ATRIART, CIPAC, OIBV e OIDS (atualmente OIDSL). Posteriormente,

toda a discussão e encaminhamentos dos dois encontros foram publicados, em língua tukano e português, no livro: "Manejo dos peixes na bacia do rio Tiquié" (2012). Além do projeto do PDPI, as atividades contaram com apoio técnico e financeiro do ISA, através de projetos com a Fundação Moore, Aliança para Clima e Horizonte 3000.

A partir de 2012, a preocupação com a diminuição da quantidade de peixes e a necessidade de pensar e construir um Plano de Manejo também passou a mobilizar as lideranças e comunidades do Baixo Uaupés. Embora o Baixo Uaupés seja uma região boa para a pesca, com muitos lagos e áreas de igapó, a diminuição na quantidade de peixes também era uma percepção dos moradores. Um problema que preocupava (e ainda preocupa) as comunidades é a entrada de pescadores invasores não-indígenas e mesmo

parentes ex-moradores, ou parentes de outras regiões que chegam para pescar no Baixo Uaupés, não somente para se alimentar, mas principalmente para vender peixe em São Gabriel da Cachoeira.

Com apoio da Funai e do ISA, em 2013 teve início uma série de encontros e atividades no Baixo Uaupés visando a construção de um Plano de Manejo Pesqueiro. Foi nesse contexto que um grupo de 23 AIMAs foi formado e que houve um esforço grande de mapeamento das áreas de manejo das comunidades, visando ao mesmo tempo ajudar no estabelecimento de acordos sobre as áreas de uso e no fortalecimento dos conhecimentos sobre o território. Como resultado foram elaborados vários mapas das áreas de uso das comunidades e áreas de recursos florestais, áreas de pesca, lugares sagrados, sítios e malocas antigas, dentre outros. Também foi estabelecido um conjunto de acordos e regras de pesca, um passo importante para a construção do Plano de Manejo propriamente dito.

Ligado ao manejo dos recursos pesqueiros há também um conjunto de pesquisas executadas pelos AIMAs que tratam dos peixes e da pesca. Dentre elas podemos destacar e “pesquisa de opinião sobre a pesca” realizada no Tiquié em 2009 e o “monitoramento das pescarias no rio Tiquié”, de 2005 a 2011, que coletou muitos dados sobre a pesca e os peixes, como instrumentos utilizados, espécies de peixes, quantidade, tamanho e peso, locais de pescarias, dentre outros. Com os dados dessas pesquisas é possível ter uma noção mais clara da situação da pesca e da oferta e diversidade de peixes no rio Tiquié. Por fim, uma outra linha de ação dentro dos projetos de manejo tem sido a documentação e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo, aos peixes

e à pesca, como benzimentos, técnicas tradicionais, histórias de origem, lugares sagrados relacionados aos peixes e com restrições para a pesca etc.

### Lições aprendidas:

- Uma coisa é elaborar o Plano de Manejo, com acordos, regras e recomendações, outra coisa é aplicá-lo na prática. Pois para que funcione é preciso que todos os moradores estejam comprometidos com a implementação do Plano e que todos respeitem os acordos e recomendações. Para isso é preciso muita conversa e campanhas de conscientização, é preciso o empenho das associações, lideranças e capitães das comunidades. É preciso envolver as escolas, professores e alunos. É preciso que ele se torne pauta das reuniões semanais nas comunidades, além de encontros maiores para debater o andamento do Plano. Sem isso ele ficará somente no papel.
- Parte dos Planos são os acordos sobre as áreas de pesca das comunidades. Pois há regiões boas para pesca, outras com escassez de peixes. Ninguém quer proibir parente de pescar nas áreas melhores, apenas deve haver diálogo e aviso prévio quando alguém quiser pescar na área do outro, e também respeito às regras de pesca (técnicas permitidas e proibidas, lugares com restrições etc). Caso contrário há conflitos e desentendimentos.
- Um desafio maior é em relação os parentes de outras regiões que muitas vezes nem sabem sobre o Plano de Manejo, ou sabem mas preferem ignorar, e entram para pescar nas áreas onde os Planos ou medidas específicas estão sendo implementadas e acabam desrespeitando os acordos e regras. Um exemplo foi a ideia dos lagos de reser-

va no médio Tiquié, que não foi para frente porque muitas pessoas não moradoras não respeitaram a demanda de não pescar nos lagos: enquanto os próprios moradores estavam se sacrificando para que o lago pudesse se recuperar e voltar a ter bastante peixe, os de fora entravam e pescavam sem qualquer controle. Assim, o sucesso dos Planos depende também de uma maior articulação entre as regiões, por meio das associações de base, com investimento em divulgação, conscientização e acordos entre as regiões.

- E, por fim, um outro problema que impacta os Planos é o caso das invasões de pescadores não-indígenas, como acontece no Baixo Uaupés. Nesse caso, é preciso cobrar do poder público ações de proteção e fiscalização do território pelos órgãos competentes e as comunidades devem ser vigilantes e fazer as denúncias.

## 6. Manejo da sorva e comercialização do banco tukano

Sorva é uma árvore muito importante em nossa região, porque a madeira é usada para a fabricação do banco *kumurõ*. O banco Tukano tem significado ritual e é um dos objetos mencionados nas narrativas de origem. O banco entrou no sistema de trocas, com os Tukano oferecendo *kumurõ* para seus cunhados Desana e Tuyuka. Além disso, o *kumurõ* é também um produto popular no mercado de artesanato.

No presente, a fabricação do *kumurõ* está enfrentando dois problemas: tem o problema de perda de conhecimento cultural (pois muitos jovens Tukano não sabem mais fazer o banco) e tem o problema de escassez da matéria-prima. O látex da sorva é usado



Artesões na primeira oficina do banco tukano na comunidade São Domingos, Alto Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2002.

Oficina de banco tukano na comunidade São José, Médio Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2002.



como matéria-prima na indústria de goma-de-mascar (chiclete) e já foi muito explorado nesta região entre as décadas de 1960 e 1970, que resultou em uma diminuição significativa da população de sorva.

Em junho de 2002 foi realizada uma oficina com artesãos-mestres de três áreas do rio Tiquié. Essa oficina teve como objetivo estimular jovens a aprender a fabricação dos bancos, fazer um registro desse processo (que resultou em um livrinho) e discutir a

possibilidade de comercialização dos bancos *kumurô*. Em 2003 teve um evento em São Paulo, organizado pelo ISA e Esther Giobbi Arte & Interiores: uma exposição e venda do banco Tukano, em combinação com o lançamento do livrinho; “Kumurô, banco Tukano”. Outras encomendas pequenas (entre 30 e 70 bancos) foram feitas entre 2002 e 2004. No final desse ano, esse produto foi aceito pela TokStok, que fez um pedido de 500 bancos. O tamanho dessa última demanda, e a possibilidade de ter mais demandas desse tamanho, levou para uma preocupação, o impacto que o comércio dessa escala pode ter no estoque de sorva.

A oficina de sorva realizada em 2005, na comunidade de São Jose II, contou com a participação de representantes de 11 comunidades do baixo, médio e alto rio Tiquié, entre as quais destacaram-se os artesãos Tukano, os alunos e os AIMA. Foi nesta oficina que se iniciou a construção de um Plano de Manejo dos recursos florestais utilizados na confecção do banco Tukano. Foram realizados acordos entre os artesãos para garantir um melhor aproveitamento da madeira, estimadas os limites de acesso das principais áreas produtoras e iniciadas experiências de plantio em capoeiras e roças. Nos anos 2005–2006 e também em 2009 aconteceram inventários florestais da sorva, com medição de tamanho das árvores, classificação (usando definições Tukano), e registro com GPS da localidade. O trabalho foi feito com uma equipe mista de AIMA, artesãos, assessores do ISA e voluntários das comunidades.

Depois de 2009 o interesse de compradores de artesanato mudou e o comércio do banco deu uma parada. Atualmente, tem somente alguns produtores do *kumurô* que vendem ocasionalmente.


## Lições aprendidas:

- A experiência mostrou que embora o banco Tukano use como matéria prima um recurso com baixa oferta e que tem um crescimento lento, com um Plano de Manejo próprio, que envolve deixar algumas árvores “porta sementes” (árvores que não devem ser cortadas porque servirão para produzir sementes), plantações e uso sensato (com pouco desperdício), um comércio em pequena escala de *kumurô* é sustentável.
- Para ter um comércio constante, não podemos depender somente de um comprador. É preciso investir na pesquisa de mercado e encontrar maior variedade de compradores.
- O comércio do banco (como qualquer outro negócio) precisa de um capital de giro para que os artesãos possam ser pagos quando eles entregam os bancos, não quando os bancos são vendidos.

## 7. Manejo do lixo

Outro problema que tem recebido atenção por parte das comunidades e dos AIMAs de todo o Tiquié e, no último ano, também do Baixo Uaupés, é a questão dos resíduos sólidos. Com o aumento recente do consumo de produtos industrializados pelas famílias, a produção de lixo inorgânico também aumentou, gerando um novo problema para as comunidades. O assunto do lixo sempre chegou à tona nas discussões sobre manejo de recursos pesqueiros, com pessoas expressando sua preocupação de poluição do rio. Isso leva a discussão para o problema do lixo em geral, e não somente no rio. Assim, anos atrás (2005 no Tiquié e 2013 no Baixo Uaupés, ou seja, quando





a iniciativa das AIMA começou), com apoio do ISA e envolvimento direto dos AIMAs, começamos uma campanha permanente a respeito do lixo em nossas comunidades, com um esforço de organizar a sua destinação correta.

Foco tem sido dado nas pilhas e baterias usadas. O consumo de pilhas pelos moradores das comunidades indígenas do alto rio Negro é grande. A caça e a pesca noturnas são comuns nessa região e a lanterna é um instrumento indispensável para esta atividade. Com as lanternas de lâmpada incandescente durante uma noite de pescaria a carga de pilhas esgota rápido. Por essa razão, muitas pilhas são descartadas diariamente nas comunidades indígenas. Pilhas são objetos que contêm metais pesados como níquel, chumbo, mercúrio e cádmio que, em contato com o ambiente, podem contaminar de forma grave tanto o solo como a água, e assim os peixes e plantas que são usadas para consumo, com sérias consequências para a saúde. Por isso, passamos a recolher e retirar das comunidades pilhas (e baterias) usadas e encaminhar para pontos de coleta em Manaus (com apoio do ISA).

### Lições aprendidas:

- Mesmo com todo o nosso empenho e apoio de instituições parceiras, para resolver o problema do lixo em nossa região e em toda a TI Alto Rio Negro, o qual só tende a crescer, é preciso uma política pública séria e comprometida a nível do município de São Gabriel da Cachoeira. Para ter uma ideia do tamanho do problema, entre novembro 2014 e julho 2015 os AIMA coletaram 1,4 toneladas de pilhas de 13 comunidades.

## 8. Soberania alimentar em Taracúá

Taracúá é uma comunidade que, devido a presença de uma missão Salesiana e uma escola, cresceu acima do normal em comparação com as comunidades tradicionais, enquanto tem pouco solo que serve para roças em volta dessa comunidade. A combinação está causando problemas para a segurança alimentar. No contexto tradicional, depois de ser usado como roça, um terreno é deixado em descanso para que uma capoeira se forme. Deixando bastante tempo para crescer, a capoeira pode ser derrubada para fazer uma nova roça. A capoeira é como um repouso florestal. No caso de Taracúá, devido ao uso mais intenso, a floresta não tem o tempo necessário para restaurar a sua fertilidade. Como resultado, os solos em volta da comunidade estão esgotados, o que prejudica o abastecimento de alimentos dessa comunidade.

Visando encontrar soluções para esse problema, a ACITRUT que era à época a associação de base da região de Taracúá (atualmente é a ADSIRT), junto com a FOIRN, elaborou em 2006 um projeto, que foi aprovado pelo PDPI, para estabelecer uma nova área agrícola mais ou menos 15 km acima de Taracúá. Nessa área há uma faixa de mais ou menos 5 km de terra promissora para a agricultura, entre a beira do rio Uaupés e a Serra de Sussuaka. Essa área já era usada pelos moradores de Taracúá, mas em pequena escala, perto da beira do rio. O objetivo maior do projeto, chamado “Roças Diversificadas de Taracúá”, era solucionar a escassez de alimentos básicos em Taracúá e o alto preço de farinha de mandioca.

O primeiro passo foi fazer um diagnóstico agrícola de terreno mais para dentro do

mato, na direção da Serra. Em seguida o terreno foi dividido em lotes para as famílias interessadas. A partir de então o núcleo de um pequeno povoado se formou em Sussuaka, estimulando as atividades agrícolas, principalmente roças diversificadas, para vender a produção em Taracua. Ao todo 20 famílias participaram do projeto. Mas atualmente poucas famílias ainda mantêm suas atividades na área do Sussuaka. Os demais abandonaram com o tempo o projeto por falta de planejamento.

### Lições aprendidas:

- Um projeto dessa natureza exige maior planejamento, acompanhamento técnico e apoio em infra-estrutura para o assentamento das famílias. Também exige a capacitação dos participantes na gestão de seus negócios. Muitas famílias desistiram do projeto pois tiveram dificuldades por não saber planejar e pela falta de melhores condições para moradia e trabalho em Sussuaka.
- Contudo, ainda que a desistência das famílias tenha sido considerável após três anos do projeto, há famílias que continuam até hoje trabalhando nas terras de Sussuaka e deixam um aprendizado de como pensar em planejar investimentos e prever renda e alimentos.

## 9. Meliponicultura

Meliponicultura, a criação de abelhas indígenas sem ferrão, começou em São José I no Médio Tiquié, através o projeto PDPI com atividades agrícolas que a escola Tukano Yupuri teve. O objetivo desse projeto era melhorar a merenda escolar. Uma das linhas do projeto foi a meliponicultura.

No final de 2005 um consultor do Institu-

to Iraquara visitou o médio Tiquié para fazer uma prospecção, com finalidade de fazer um inventário das abelhas indígenas do Tiquié e identificar as espécies com potencial para criação. Foram identificadas 28 diferentes espécies de abelhas, 14 delas foram identificadas como “mansa” e 14 como “brava”. As últimas foram descartadas para a meliponicultura, consideradas agressivas demais para a criação. Além de prospecção, o consultor ensinou a capturar as abelhas sem ferrão no mato. Em 2006 a meliponicultura também foi introduzida no Alto Tiquié, na escola Tuyuka Utapinozona. O consultor deu oficinas sobre reprodução, para que essa atividade não dependesse mais de extração dos povos do mato. No mesmo ano, professores e alunos de ambas as escolas fizeram um estágio no Instituto Iraquara, na Boa Vista dos Ramos. Os principais meliponários foram estabelecidos nas sedes das escolas Tukano e Tuyuka, em São José I e São Pedro, mas em algumas salas de extensão em outras comunidades foram também instalados mini-meliponários. As escolas passaram a trabalhar com cinco espécies diferente das abelhas.

Nos anos seguintes a meliponicultura encontrou problemas com pragas, o pior sendo a abelha limão que rouba o mel dos outros povos. Também teve muita fuga, com povos deixando suas colmeias e desaparecendo no mato.

Em 2017 o interesse em meliponicultura foi renovado, através de uma oficina que aconteceu no Içana, no contexto do projeto Cadeias de Valor do FAM. Interessados, especialmente jovens das escolas e alguns AIMAs do Tiquié participaram dessa oficina e receberam material para começar uma meliponicultura familiar. Diferente do projeto PDPI do AEITY, a ênfase é na iniciativa privada e na venda. Atualmente, em 2019,

meliponicultura existe em oito comunidades do Tiquié. Aqui se encontra cinco espécies diferentes de abelhas.

## 10. Produção e comercialização da cerâmica pelas mulheres da AMIRT

Lições aprendidas:

- Meliponicultura como uma atividade comunitária/escolar não deu muito certo, parcialmente porque ninguém é considerado o dono dos meliponários. Por outro lado, no Içana a meliponicultura como atividade privada com fins comerciais está dando certo. Um modelo comercial em pequena escala tem potencial como atividade de geração de renda.

A produção de cerâmica pelas mulheres da região daDIA WII é um saber ancestral passado de geração em geração e que nos últimos anos ganhou destaque também como uma atividade de geração de renda, principalmente através do esforço da AMIRT–Associação das Mulheres Indígenas da região de Taracua e parceiros. O trabalho para a valorização da cerâmica, fortalecimento da transmissão do ofício entre as gerações e estímulo à atividade enquanto geração de renda teve um



Atividade de meliponicultura na Escola Tuyuka, Alto Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2006.

primeiro ponta a pé no início os anos 2000, quando foi realizada uma série de oficinas de trocas de experiência e conhecimentos com a participação de mestras ceramistas, algumas envolvendo escolas indígenas, outras com a presença de velhos conhecedores e

benzedores (kumuã). Essas oficinas ocorreram em diversas localidades nos rios Uaupés e Tiquié, organizadas por associações locais, apoiadas pela Foirn e o ISA. Em 2006 foram feitas outras duas grandes oficinas de cerâmica em Taracúá, cobrindo as diferentes fases do trabalho – já que é difícil na mesma oficina cobrir todas as etapas da fabricação, desde buscar a argila até a impressão do grafismo final.

Com essas oficinas, dezenas de mulheres provenientes de muitas comunidades tiveram a oportunidade de aprender com as mestras ceramistas. Em muitas ocasiões era a primeira vez que muitas delas estavam produzindo cerâmicas, embora a maioria tenha visto, na infância, a mãe, tias ou avó fazerem. Durante esse processo novas mulheres foram se profissionalizando e atualmente tornaram-se também mestras na arte cerâmica.



Desenhando sobre peça de cerâmica, Médio Tiquié. Juliana Lins/ISA, 2017.



Oficina de cerâmica em Taracúá. Aloísio Cabalzar/ISA, 2006.

Nos últimos anos a AMIRT passou a se empenhar no fortalecimento da comercialização da cerâmica produzida pelas mulheres associadas, tendo como foco a valorização cultural e a geração de renda familiar. A associação adquiriu um barco tipo regional, resultado de um projeto em parceria com a Fundação do Banco do Brasil, que ajuda as mulheres a escoar as cerâmicas até a sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Mas vale lembrar que além da AMIRT, na área da DIA WII também a ACIMET–Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié vem promovendo a cerâmica como um dos focos para rede de comercialização do artesanato indígena. E já na área da COIDI há ainda a AMIDI–Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê que também se empenha hoje na produção e comercialização da cerâmica.

Entre 2017 e 2018 a cerâmica voltou a ser foco de oficinas que aconteceram no baixo Uaupés (Taracúá) e no médio Tiquié (Pirarara–poço), com a participação de mulheres não apenas da área da DIA WII mas também de Iauaretê (*área da COIDI*). Essas oficinas, além da troca de conhecimentos e práticas sobre a produção da cerâmica, tiveram como objetivo conversar sobre o amadurecimento da organização da rede produtiva. Dentre os pontos levantados e debatidos pelos participantes, os principais foram: a dificuldade no transporte das peças, os enormes desafios para a profissionalização das associações e para a comercialização em uma escala maior.

### Lições aprendidas:

- Através da arte indígena milenar da cerâmica, as mulheres constroem uma alternativa de renda, revitalizam práticas e co-

nhecimentos e têm sua cultura valorizada. Assim também fortalecem sua autoestima e identidade cultural;

- Com esforço coletivo, articulação das associações e comunidades e apoio de parceiros (com recursos humanos e financeiros) é possível revitalizar práticas e conhecimentos enfraquecidos. A cerâmica é um exemplo. Especialmente na região de Taracúá muitas mulheres puderam aprender o ofício através das oficinas e trocas com outras mulheres e hoje muitas tornaram-se ceramistas;
- Para produção da cerâmica em maior escala, além das dificuldades inerentes à própria produção, escoamento e comercialização, há ainda um desafio relacionado à sustentabilidade do caraipé, espécie vegetal cuja casca, em forma de cinzas, é essencial para “temperar” a argila, dando-lhe a consistência ideal para a produção das peças. Como o caraipé a derrubado para isso, é preciso pensar em um plano de manejo para que o caraipé não se acabe;
- É preciso mais planejamento, organização e apoio para o escoamento e comercialização da produção. Primeiro que a cerâmica é frágil, precisa ser transportada com o maior cuidado e devidamente embalada. Segundo que o transporte das comunidades até a cidade é caro, demorado e custoso. Por isso é preciso fortalecer uma cadeia de comércio justo, trabalhar para a valorização das peças junto ao público e investir na criação de pontos de venda–feiras livres em São Gabriel. Também precisa de apoio com alojamento para as artesãs que descem para a cidade levando as peças para comercialização. Tudo isso é um grande desafio e exige apoio de parceiros.

## **11. Fortalecimento cultural: reconstrução de malocas; registro e revitalização de conhecimentos e práticas tradicionais; revitalização e documentação linguística**

Na área da DIA WII diversos projetos e ações de valorização e fortalecimento cultural já foram realizados. E grande parte das iniciativas descritas acima envolveram (ou ainda envolvem), seja direta ou indiretamente, ações de revitalização e fortalecimento de conhecimentos e práticas tradicionais. Por exemplo, a educação escolar e as pesquisas interculturais; os trabalhos e pesquisas dos AIMAs; construção de planos de manejo de peixes a partir dos conhecimentos e práticas tradicionais; dentre outros. Do mesmo modo, todas essas iniciativas envolvem também um esforço para a valorização e salvaguarda das línguas, com documentação e elaboração de materiais nas línguas dos grupos envolvidos,

seja no âmbito das escolas ou das pesquisas interculturais. Além disso, também já foram desenvolvidos na área da DIA WII projetos específicos de revitalização e documentação linguística com línguas mais vulneráveis (devido a expansão da língua tukano por toda a bacia do Uaupés), sendo os dois principais: no alto Tiquié, com a língua tuyuka, e no rio Umari, com a língua desana.

Também destacamos aqui as iniciativas de reconstrução de malocas em algumas comunidades do Tiquié (no alto Tiquié, São Pedro e Cachoeira Cumprida; no médio Tiquié, Pirara-poço e São José II), a revitalização de conhecimentos e práticas rituais e a documentação de conhecimentos tradicionais como benzimentos, narrativas de origem e cantos, realizados sobretudo no contexto das atividades dos AIMAs e das escolas indígenas, especialmente a Utapinozona (alto Tiquié) e Yupuri (médio Tiquié); mas também iniciativas que fizeram parte da coleção Narradores Indígenas do Rio Negro.

Esses são conhecimentos que estavam

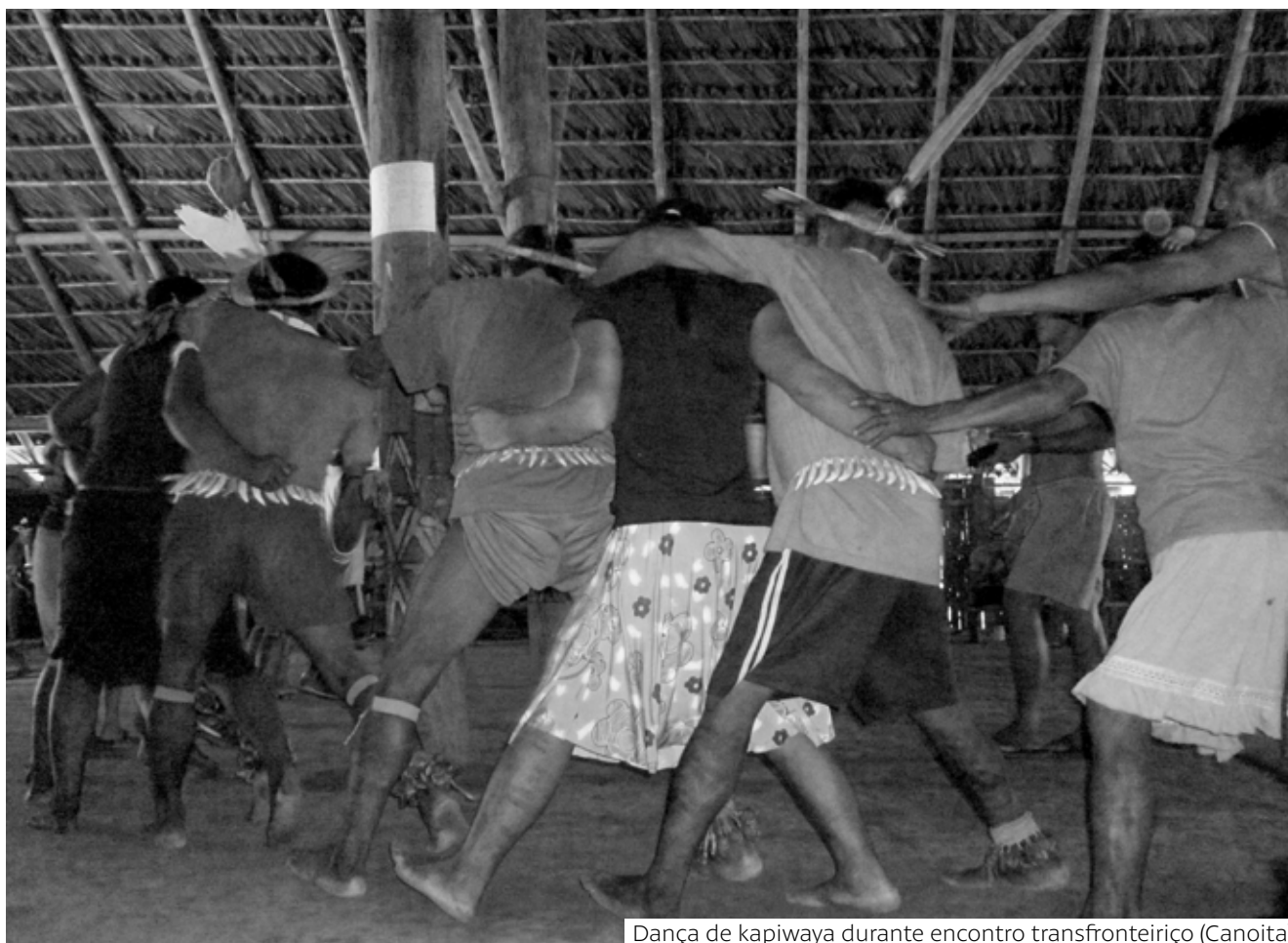


Maloca da comunidade São José, Médio Tiquié.  
Manuel Rivera/Gaia, 2009.

sendo esquecidos e desvalorizados em algumas regiões desde que as missões chegaram ao alto rio Negro, especialmente os salesianos que, até a década de 1970, demonizaram as malocas e reprimiram duramente as cerimônias e práticas dos pajés e *kumuã*. Com o reconhecimento e demarcação das terras indígenas na década de 1990, bem como as mudanças na atuação dos salesianos a partir desse mesmo período, intensificaram-se também iniciativas de revitalização cultural em todo o alto rio Negro. Desde então o registro e documentação de conhecimentos e práticas tradicionais tem sido uma estratégia para o fortalecimento cultural e transmissão de saberes entre as gerações.

### Lições aprendidas:

- Com esforço coletivo, empenho das comunidades, lideranças e conhecedores e apoio das associações e outros parceiros é possível revitalizar práticas e conhecimentos enfraquecidos, assim como revitalizar línguas mais fragilizadas, como foi o caso da língua tuyuka;
- É muito importante o envolvimento das escolas nas atividades de revitalização e documentação de conhecimentos e práticas culturais nas comunidades, engajando os jovens e despertando neles o interesse e orgulho pela própria cultura;
- As famílias também têm um papel fundamental no empenho em valorizar e revitalizar conhecimentos e práticas culturais, in-



Dança de kapiwaya durante encontro transfronteiriço (Canoita) na comunidade São Pedro, Alto Tiquié. Aline Scolfaro/ISA, 2014.

centivando os filhos no aprendizado desses saberes;

- Também é fundamental que as comunidades valorizem os conhecedores e criem espaços para a vivência e transmissão dos saberes e práticas tradicionais entre as gerações. A reconstrução de malocas e revitalização de cerimônias são exemplos disso;
- Fortalecer nossa cultura é fortalecer nossa vida, nosso território e nosso futuro enquanto povo.

## 12. Encontros transfronteiriços

Os encontros transfronteiriços chamados CANOITAS são encontros de intercâmbio entre povos e associações indígenas dos dois lados da fronteira Brasil-Colômbia realizados no intuito de compartilhar conhecimentos, rituais e desafios para a gestão e proteção dos territórios indígenas de ambos os lados da fronteira. A ideia dos encontros surgiu no início dos anos 2000, no âmbito da rede CANOA (Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico), instância de discussão e compartilhamento de informações e experiências entre organizações indígenas e indigenistas do Brasil, Colômbia e Venezuela que atuam no Noroeste Amazônico (bacia do rio Negro, Caquetá e Orinoco).

Entre 2002 e 2009 ocorreram seis CANOITAS, quatro delas no alto Tiquié e outras duas em comunidades de nossos parentes no Pirá-paraná (Colômbia). A última foi realizada em 2014 e ocorreu na comunidade São Pedro, alto Tiquié. Teve como tema “Pesquisas interculturais e gestão territorial”. O encontro contou com 143 participantes, 99 do Brasil e 44 da Colômbia, entre pesquisadores (AIMAs e pesquisadores indígenas da Colômbia),

conhecedores tradicionais (*kumua, baya*), lideranças, professores e outros envolvidos em educação e demais interessados.

### Lições aprendidas:

- Encontros dessa natureza são muito importantes para trocas com os parentes do lado colombiano. Aprendemos muito com eles e eles também aprendem com a gente. Mas também são bastante custosos e apresentam uma grande dificuldade logística. Por isso precisam ser bem organizados e bem planejados e também precisam contar com recursos suficientes
- Os temas de interesse das comunidades e associações dos dois lados da fronteira são bastante semelhantes: cartografia cultural, pesquisas sobre calendário ecológico-ritual, peixes e pesca, benzimentos de cura e proteção, educação diferenciada, lugares sagrados. Do mesmo modo, o diagnóstico dos problemas é também semelhante: enfraquecimento dos conhecimentos tradicionais e pouco interesse das novas gerações pelos saberes dos mais velhos; manejo inadequado de recursos naturais e desrespeito aos lugares sagrados; desconhecimento e não cumprimento das práticas rituais relacionadas ao calendário ecológico pelas novas gerações; mudanças climáticas e aparecimento de doenças; necessidade de fortalecer as estruturas de governança locais; interesses de grandes empresas de mineração nas terras indígenas, na Colômbia esta já é uma ameaça real em algumas regiões, com exploração de ouro por empresas dentro de resguardos indígenas.
- Para futuros encontros as lideranças consideraram que devem ir além dos intercâmbios, pensando em uma dinâmica



que possa gerar propostas e encaminhamentos mais concretos para os governos no que toca aos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas da região, considerando o fator transfronteiriço dos territórios que ocupamos.

### 13. Materiais gerados no âmbito das iniciativas na área da DIA WII

Conhecimentos, histórias e narrativas

**Dahsea Hausirõ Porã ukushe wiophesase merã bueri turi:** mitologia sagrada dos Tukano Hausirõ Porã. AZEVEDO Miguel; AZEVEDO, Antenor Nascimento. São José I, AM: UNIIRT; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2003. (Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, 5).

**Bueri Kãdiri Maririye:** os ensinamentos que não se esquecem. FERNANDES, Américo Castro. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN; Santo Antônio, AM: INIRT, 2006. (Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 8).

**Nirõ kahse ukuri turi: yepa pirõ porã tuoñase bueri turi.** São Paulo: ISA: AEITYPP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

**Utapinopona kuye poseminiã niromakara-  
raye:** pássaros-adornos dos filhos da cobra de pedra (Tuyuka). RAMOS, José Barreto (Org.). São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: AEITU, 2012.

**Utãpinopona basamiri.** TENÓRIO, Higino et al. (Org.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. 3 CDs (rituais/cantos)

**Wiseri makañe niromakañe:** casa de transformação, origem da vida ritual Utapinopona Tuyuka. TENÓRIO, Higino Pimentel; RAMOS, José Barreto; CABALZAR, Flora Dias (Org.). São Gabriel da Cachoeira, AM: Associação Escola Indígena Utapinopona Tuyuka - AEITU; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. 191p

**Histórias Tuyuka de rir e de assustar:** histórias contadas por pais e crianças da AEITU. TUYUKA, João Bosco Azevedo Rezende; CABALZAR, Flora Dias (Org.). São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN/ Associação Escola Indígena Utapinopona Tuyuka, 2004.

Educação diferenciada e material didático

**Movimento pró ensino médio Tuyuka.** Realização de Juan Gabriel Soler e Nelson Ortiz. S.l: Saracura Filmes, 2009. 1 DVD

**A língua dos hupd'äh do Alto Rio Negro:** dicionário e guia de conversação. RAMIREZ, Henri. São Paulo: Saúde Sem Limites, 2006.

**Tuyuka: escola e língua da fronteira.** Documentário. Realização de Juan Gabriel Soler: Saracura Filmes, 2009.

**Bureko watotire. wametire 1.** Associação Escola Indígena Utapinopona Tuyuka (AEITU). São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN / Associação Escola Indígena Tukano Yupuri: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié).

**Informativo n. 1 Dahsea porã bueriwi yu-  
puripu bueke.** Associação Escola Indígena Tukano Yupuri, maio 2006

**Informativo n. 2 Dahsea porã bueriwi yu-puripu bueke.** Associação Escola Indígena Tukano Yupuri, out. 2007.

**Informativo n. 3 Kerekã Na Derowe Ehka-setise.** Associação Escola Indígena Tukano Yupuri, fev. 2009.

**Informativo n. 4 Ohte Buesere Were-ri Purĩ.** Associação Escola Indígena Tukano Yupuri, jul. 2009.

**Informativo n. 5, jul. Waire Derowe Ñanuru Ehkare Bueri Purĩ.** Associação Escola Indígena Tukano Yupuri, 2009.

**Mariye kihti añuse.** AZEVEDO, Dário Alves et al.. Belo Horizonte: FALE/UFMG/ SECAD/ MEC/AEITY, 2007.

**Mari Kahtiri pati kahse ukuri turi.** São Paulo: Instituto Socioambiental: São Gabriel da Cachoeira, AM: Associação Escola Indígena Tukano Yupuri: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié 2008. 64 p.

**Keore utapinozona saiña hoa bauaneri-puti:** keomasire iñabese tugeña saiña nemoripu. Escola Indígena Utapinozona Tuyuka. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

**Mariya dita iñanunuse masire.** Escola Indígena Utapinozona Tuyuka. Brasília: MEC, 2001.

**Kiti Wederira tuohoarira.** São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2002.

**Butoa masirere mamara tugenare:** utapinozona bueriwi saiña masire buere. TENÓRIO, Higino et al. (Org.). Belo Horizonte: Associação Escola Indígena Utapinozona Tuyuka (AEITU), 2007.

Produções colaborativas: pesca e peixes; ciclos anuais e calendários; banco tukano

**Peixe e gente no alto do Rio Tiquié:** conhecimentos tukano e tuyuca, ictiologia, etnologia. CABALZAR, Aloisio (org.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

**Manejo dos peixes na bacia do Rio Tiquié:** memórias e perspectivas. CABALZAR, Aloisio; AZEVEDO, Dagoberto Lima de (Org.). São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

**A pesca do Matapi-do-Sol.** Documentário da Exposição Peixe e gente, MUSA – Museu da Amazônia. Realização: Saracurafilms – MUSA – AEITY – ACIMET – ATRIART- ISA – MUSA, 2012.

**A pesca do Peixe Espada.** Documentário da Exposição Peixe e gente, MUSA – Museu da Amazônia: Realização: Saracurafilms – MUSA – AEITY – ACIMET – ATRIART- ISA – MUSA, 2012.

**O Jequi e as cachoeiras.** Documentário da Exposição Peixe e gente, MUSA – Museu da Amazônia: Realização: Saracurafilms – MUSA – AEITY – ACIMET – ATRIART- ISA – MUSA, 2012.

**Matapi.** Documentário da Exposição Peixe e gente, MUSA – Museu da Amazônia: Realização: Saracurafilms – MUSA – AEITY – ACIMET – ATRIART- ISA – MUSA, 2012.

**Cacuri portátil.** Documentário da Exposição Peixe e gente, MUSA – Museu da Amazônia: Realização: Saracurafilms – MUSA – AEITY – ACIMET – ATRIART- ISA – MUSA, 2012.

**Ciclos anuais no Rio Tiquié:** pesquisas colaborativas e manejo ambiental no noroeste amazônico. CABALZAR, Aloisio (Org.). São

Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2016.

**Kumurõ:** banco Tukano. CABALZAR, Aloisio (org). Vários colaboradores. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN/ISA, 2015.

**Cerâmica Tukano.** LINS, Juliana (org). Vários colaboradores. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN/ISA, 2020 (no prelo).

## Mapeamentos participativos

**Manejo de Peixes e Lugares Sagrados no Baixo Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 9. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Açai-Paraná, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 15. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Ananás, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 18. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Cunuri, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 12. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Ipanoré, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 20. Federação das

Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Matapi, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 17. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade São Pedro, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 13. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Santa Terezinha, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 16. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Tapira Ponta, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 10. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Taracué, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 19. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Trovão, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 11. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

**Área de Manejo da Comunidade Uriri, Baixo Rio Uaupés.** Cartô Brasil Socioambiental 14. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai), 2014–2015.

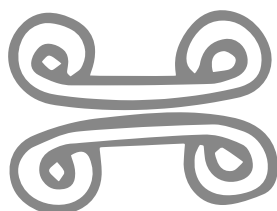
**Área de Manejo das comunidades de São Francisco, Maracajá, Santo Antônio e São João:** Manejo sustentável de peixes da bacia do rio Tiquié. Cartô Brasil Socioambiental. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – Instituto Socioambiental (ISA)

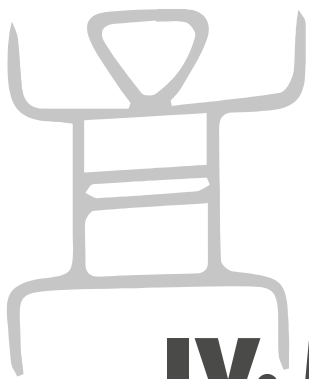
**Área de Manejo da comunidade de São Pedro: Manejo Ambiental no alto Tiquié.**

Cartô Brasil Socioambiental. Associação Escola Indígena Utapinozona Tuyuka (AEITU) – Instituto Socioambiental (ISA)

**Cachoeira Comprida e Fronteira:** Manejo Ambiental no alto Tiquié. Cartô Brasil Socioambiental. Associação Escola Indígena Utapinozona Tyuka (AEITU) – Instituto Socioambiental (ISA)

**São Domingos Sávio e Assunção do Igarapé Onça:** Manejo Ambiental no alto Tiquié. Cartô Brasil Socioambiental. Associação Escola Indígena Utapinozona Tyuka (AEITU) – Instituto Socioambiental (ISA).





## **IV. Matriz PGTA DIA WII: desafios e diretrizes de gestão**

Ao longo das sessões desse documento foram apresentados o perfil geral do território de abrangência da DIA WII e as especificidades de cada uma das sub-regiões. Falamos da ocupação e perfil étnico e demográfico de cada sub-região, das associações e instâncias de governança locais e dos principais problemas, desafios e iniciativas em curso no que toca ao manejo, gestão e governança ambiental, territorial e cultural de nossos territórios.

Nessa última sessão apresentaremos o que consideramos ser a matriz orientadora de nosso Plano de Gestão. Aí estão sistematizados todos os acordos e regras internas estabelecidos entre as associações e comunidades da região da DIA WII e todos os problemas, demandas e propostas referentes às áreas definidas como prioritárias para o nosso bem viver.

Essas áreas prioritárias referem-se, em geral, aos campos das políticas públicas e grande parte das demandas e propostas apresentadas dependem de recursos financeiros e ações orientadas e coordenadas do poder público, nas esferas municipal, estadual e federal. Também dependem de parcerias com universidades, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil que atuam em prol de nossos direitos territoriais e culturais e da melhoria das condições de vida de nossas comunidades. Mas há também o que depende sobretudo de nosso esforço e empenho coletivo.

Para algumas áreas, como manejo (pesca, caça, roça), saúde, educação, economia e renda, também apresentamos alguns dados relevantes coletados no Levantamento Socioambiental FOIRN/ISA 2017-2018 como parte do processo de construção dos Planos de Gestão. São informações importantes para entendermos melhor a realidade atual de nossas comunidades e as demandas por ações nas áreas que definimos como sendo prioritárias para nosso bem viver.

# 1. Manejo e acordos internos

## 1.1. Pesca

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

• Pesca – Na área da DIA WII 94% das famílias entrevistadas disseram pescar e apenas 6% responderam que não, grande parte em Pari-cachoeira, onde há alta concentração populacional e menor oferta de peixes (por ser região de cabeceira). A grande maioria (88%) respondeu que a pesca é suficiente para o sustento da família. Apenas 12% afirmaram que não. Entretanto, quase 90% das famílias avaliaram que os peixes estão diminuindo em quantidade, se comparado a cinco anos atrás, e para 83% também diminuíram de tamanho.

### Problemas e desafios

---

1. Entrada de invasores não-indígenas para praticar pesca predatória em nosso território. Isso acontece sobretudo na região do baixo Uaupés, que é uma área com fartura de peixes e relativamente próxima à cidade (*ameaça externa*).

2. Parentes de outras regiões que entram nas nossas áreas para pescar sem pedir permissão, e muitas vezes praticando pesca predatória. Isso acontece sobretudo no Baixo Uaupés, que é área de passagem de parentes que vivem rio acima; mas entram também parentes do rio Negro.

3. Pesca predatória e em quantidades acima do que é sustentável para nossa região por parentes ex-moradores que hoje vivem na cidade, mas continuam entrando na área para fazer pescarias. Às vezes trazem também outros pescadores. Isso é um problema sobretudo no baixo Uaupés.

4. Pesca na área de outra comunidade sem

o devido consentimento e acordo com lideranças e moradores tradicionais. As regiões onde isso mais acontece são: baixo Uaupés, baixo e médio Tiquié, onde há maior fartura de peixes.

5. Uso contínuo e excessivo de malhadeira, e às vezes até mesmo de arrastão, pelos próprios moradores. Mesmo sabendo que está escasseando, todo mundo compra um monte de malhadeira e pesca mais para poder conseguir só um pouco de peixe.


6. Pesca de mergulho com careta. Essa prática está acabando ainda mais com os peixes.

7. Tingujamento abusivo. Pessoas tinguejam muito, sem se preocupar com a reprodução dos peixes.

8. Captura de peixes em quantidade maior do que o necessário.

9. Pesca abusiva durante a piracema.

10. Navegação de rabeta, motor de popa, barcos; tudo isso espanta os peixes.

- 
11. Concentração de pessoas na mesma região, especialmente em Taracúá e Pari-cachoeira.
  12. Lixo no rio, poluição, pilhas, fraldas; tudo isso também afugenta e prejudica os peixes.
  13. Estragos nos lugares sagrados dos peixes.
  14. Os velhos respeitavam os lugares de pesca e lugares sagrados dos peixes. Hoje acabamos com esses lugares, colocando timbó e pescando de qualquer jeito onde não se deve.
  15. Nós não conhecemos mais os benzimentos de repovoamento de peixes, essas práticas estão esquecidas. Por isso também os peixes estão diminuindo. Tais práticas de benzimento são importantes para cuidar do território.
  16. Crescimento da população de Ariranha também tem prejudicado, são predadores, acabam com os peixes.

### **Acordos e recomendações**

---

É proibida e ilegal a entrada de pescadores de fora (não-indígenas) em nossa área. Todos os moradores devem respeitar essa regra e nunca levar gente de fora para pescar em nosso território. Também devemos denunciar aos órgãos competentes sobre a entrada de invasores. Responsáveis: comunidades, moradores, lideranças; Funai, Exército, Icmbio.

Todos os moradores devem respeitar os limites das áreas tradicionais de pesca de cada comunidade ou família e devem entrar em diálogo caso queiram pescar na área dos outros. Responsáveis: comunidades, moradores, lideranças, AIMAs (conscientização).

Lideranças de cada comunidade devem conversar com os ex-moradores e explicar que se quiserem pescar na área devem seguir os acordos aqui estabelecidos e não podem trazer pescadores de fora (não-indígenas). Responsáveis e parceiros potencias: Capitães, lideranças, associações, Funai (mediação).

Os parentes de outras regiões que quiserem pescar nas nossas áreas devem primeiro entrar em diálogo com as lideranças e moradores tradicionais das comunidades. Estes vão indicar quais áreas podem ser usadas, quantos dias podem ficar, quais regras devem seguir e se haverá alguma contrapartida. Responsáveis: comunidades, lideranças, moradores.

É preciso maior diálogo com os Hupd'äh e os Yuhupdëh em relação a esses acordos de manejo de peixes. Responsáveis e parceiros potencias: lideranças, associações, Funai (mediação), ISA (assessoria).

Não utilizar arrastões e não praticar pesca de mergulho com careta. Lideranças, AIMAs e conhecedores devem conscientizar os moradores sobre as consequências ruins dessas práticas. Responsáveis: comunidades, moradores, lideranças, associações, AIMAs e conhecedores (conscientização).

Não tinguijar em lagos grandes e áreas de desova e reprodução de peixes e não tinguiejar sem benzimento. Responsáveis: comunidades, moradores, lideranças, associações, AIMAs e conhecedores (conscientização).

Evitar trânsito de motores durante a piracema. Recomenda-se que, sempre que possível, o deslocamento seja feito de remo. Responsáveis: comunidades, moradores, lideranças, associações, AIMAs (conscientização).

Parar com assopro nos lugares sagrados de peixes. Responsáveis: moradores, lideranças, conhecedores (conscientização).

Benedor tem que ter consciência e bom conhecimento para proteger sem espantar os peixes, seguindo as regras tradicionais. Responsáveis: moradores, lideranças, conhecedores (conscientização).

Estabelecer e formalizar acordos de pesca com as outras regiões e Coordenadorias da FOIRN, sobretudo a COIDI, CAIARNX e NADZOERI, para que todos os parentes que queiram pescar na nossa área cumpram as regras estabelecidas e para que o manejo seja uma estratégia conjunta de todas as regiões. Responsáveis e parceiros potenciais: FOIRN, Coordenadorias, associações, lideranças, AIMAs, Funai, ISA (assessoria).

Fazer encontro de conhecedores/benedores do Uaupés e Tiquié para desfazer os estragos e fazer com que os peixes voltem a povoar os rios e igarapés da nossa região. Responsáveis e parceiros potenciais: associações, lideranças, AIMAs, conhecedores, escolas; FOIRN, Funai, ISA.

Promover oficinas sobre conhecimentos e técnicas de pesca tradicional: benzimentos, uso do timbó, armadilhas de pesca

(cacuri, matapi). Responsáveis e parceiros potenciais: associações, lideranças, AIMAs, conhecedores, escolas; FOIRN, Funai, ISA.

Lideranças e AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) têm o papel de conscientizar as famílias de suas comunidades sobre manejo, pesca sustentável e respeito às áreas das outras comunidades, com especial atenção às famílias recém-chegadas. As lideranças de Taracuá, Pari-cachoeira e demais comunidades devem promover reuniões periódicas para tratar do assunto. Responsáveis: capitães-lideranças, associações, AIMAs (conscientização), moradores.

As trocas de farinha por peixe, dos viajantes das regiões que têm mais farinha, com as comunidades que têm mais peixe, são tradicionais e importantes e devem continuar. Responsáveis: moradores, lideranças.

DIA WII deve reunir as comunidades e lideranças duas vezes por ano para avaliar o manejo de peixes e o manejo ambiental em geral. Responsáveis e parceiros potenciais: DIA WII, associações, AIMAs, conhecedores, comunidades; FOIRN, ISA, Funai.





## 1.2. Caça

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

• Caça – Das 762 famílias entrevistadas na região da DIA WII, apenas 251 (ou 33%) disseram caçar. A região com maior número de famílias que caçam é o Baixo Tiquié (52% das famílias). Para 56% das famílias algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos, sendo que a espécie mais citada foi a capivara, depois queixada, macaco barrigudo e mutum. No Baixo Uaupés esse número é ainda maior, 72% das famílias tiveram essa percepção, também com a capivara sendo a mais citada.

### Problemas e desafios

---

1. Em algumas comunidades (não são tantas) também há entrada de parentes de fora, de outras coordenadorias, para caçar na região.
2. Estrago através do benzimento mal feito para amansamento de lugares; isso afugenta os animais.
3. Uso das armas de caça sem manejo, sem respeitar época de reprodução de animais.
4. Não há mais muita caça nos bebedouros de anta próximos às comunidades.

### Acordos e recomendações

---

Respeitar os bebedouros de anta, não fazer ocupação humana próxima a esses lugares. Responsáveis: comunidades e moradores; lideranças, AIMAs e conhecedores (conscientização).

Caçar moderadamente, apenas o necessário para o sustento das famílias e respeitando os acordos internos entre as comunidades. Responsáveis: comunidades e moradores; lideranças, AIMAs e conhecedores (conscientização).

Diálogo com parentes das outras regiões para que respeitem nossas áreas e caso queiram caçar em nosso território, peçam a devida permissão. Responsáveis: comunidades, associações, lideranças, AIMAs.

Incentivar os benzimentos, pois estes são importantes para proteger sem espantar os animais. Promover oficinas sobre esses tipos de benzimentos. Responsáveis e parceiros potenciais: lideranças, conhecedores, AIMAs, associações, escolas; ISA, Funai.

Monitoramento e fiscalização de nosso território, através da reativação do posto na foz do Uaupés e do uso de novas tecnologias, como câmeras de vigilância (*depende de política pública/fiscalização*). Responsáveis: Governo, Funai, Exército; associações e lideranças (mediação).

Os postos de fiscalização (incluindo o do exército) devem respeitar os direitos e costumes dos povos indígenas, como o direito de transportar caça para consumo próprio; transportar ipadu etc. Responsáveis: Governo, Funai, Exército; associações e lideranças (mediação).

### 1.3. Extrativismo

#### Problemas e desafios

---

1. Entrada de pessoas de fora (não-indígenas) e mesmo parentes de outras regiões rio abaixo para retirar recursos de nosso território, sobretudo madeira. Região do baixo Uaupés é a mais afetada.
2. Extração de recursos da área de outra comunidade sem o devido consentimento e acordo com lideranças e moradores tradicionais.
3. Coleta predatória de frutos de palmeiras, muita gente derruba para colher, sem saber o tempo de produção dela, sem pensar no futuro.
4. Extração abusiva de caraná, através da derrubada ou retirada de todas as folhas.
5. Os daracubizais ficam nas bromélias em cima das árvores grandes. Atualmente as pessoas derrubam a árvore com motosserra para pegar daracubi.
6. Há alguns recursos que estão ficando

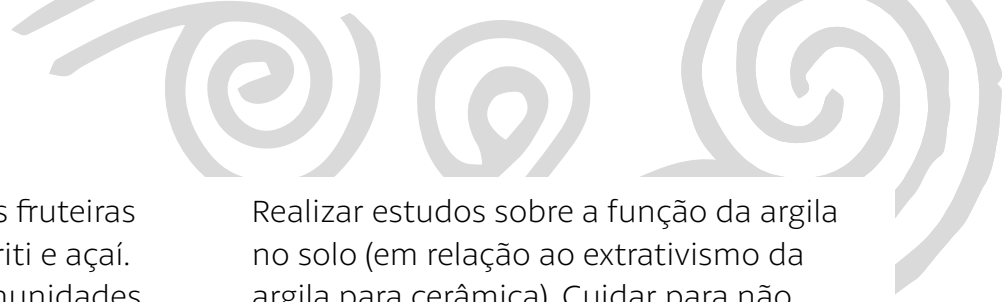
escassos na nossa região, como patauá, caraná, cipó e sorva.

7. A sorva diminuiu com o banco tukano, principalmente a que está próximo das comunidades. Foi impactada também na época do tempo da borracha.
8. Com os projetos de incentivo à comercialização da cerâmica, pode haver problemas com a argila e caraipé.
9. Sobretudo no Tiquié, há uma falta de árvores grandes específicas para fazer canoa (loiro, itaúba preta, pau santo, bacatirana, yacá-yacá) e construção de casas (acariquara, etc).

#### Acordos e recomendações

---

Respeitar os territórios tradicionais de cada comunidade e sempre pedir permissão antes de extrair recursos das áreas dos outros, sobretudo se for em grande quantidade, como sempre fizeram os nossos antepassados. Responsáveis: comunidades, moradores, lideranças, AIMAs (conscientização).



Fazer a coleta sem derrubar as fruteiras e palmeiras, como patauí, buriti e açáí. Responsáveis: moradores, comunidades, lideranças, AIMAs (conscientização).

Na extração do caraná, sempre deixar ao menos duas folhas para que a palmeira possa se regenerar. Responsáveis: moradores, comunidades, lideranças, AIMAs (conscientização).

Não derrubar as árvores que abrigam daracubi. É preciso subir nelas para pegar, e não se deve pegar todas as bromélias, tem que deixar algumas. Responsáveis: moradores, comunidades, lideranças, AIMAs (conscientização).

Fazer oficinas, plano de manejo e cartilha de boas práticas para recursos que estão ficando escassos e/ou que há alguma atividade econômica envolvida: sorva, caraipé, caraná, cipó, daracubi, tucum, arumã, palmeiras frutíferas em geral. Responsáveis e parceiros potenciais: DIA WII, associações, AIMAs; FOIRN, ISA, Funai, ICMBIO, UFAM.

Para projetos que estão planejados para acontecer na região, como extração da copaíba, sempre realizar planos de manejo. Responsáveis e parceiros potenciais: DIA WII, associações, AIMAs; FOIRN, ISA, Funai, ICMBIO, UFAM.

Realizar estudos sobre a função da argila no solo (em relação ao extrativismo da argila para cerâmica). Cuidar para não estragar o igarapé com a retirada da argila. Responsáveis e parceiros potenciais: DIA WII, associações, artesãs, AIMAs; FOIRN, ISA, Funai, ICMBIO, UFAM.

Elaborar planos de manejo de árvores usadas para canoa e construções. Responsáveis e parceiros potenciais: DIA WII, associações, AIMAs; FOIRN, ISA, Funai, ICMBIO, UFAM.

Fazer mapeamentos dos caranazais de toda região da DIA WII para fazer uma gestão compartilhada (mapear as comunidades e autoridades responsáveis por cada caranazal). Responsáveis e parceiros potenciais: DIA WII, associações, lideranças/capitães, AIMAs; FOIRN, ISA, Funai, ICMBIO.

Realização de encontros da DIA WII sobre manejo de caraná, e também de outros recursos como paxiúba, açáí, buriti, sorva. Responsáveis e parceiros potenciais: DIA WII, associações, AIMAs; FOIRN, ISA, Funai, ICMBIO.

Comunidades devem denunciar à Funai e Icmbio quando souberem da entrada de pessoas de fora para extrair recursos de nossas áreas. Responsáveis: comunidades, moradores, lideranças, AIMAs; Funai, Icmbio, Exército.



## 1.4. Roça

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- Roça – Quase a totalidade (94%) das famílias da região da DIA WII possui roça, e mais de uma. A média de roças por família é de 3,5.

### Problemas e desafios

---

1. No baixo Uaupés falta terras férteis para abertura de novos roçados e aumento da produção. As áreas melhores são muito distantes das comunidades.
2. Em Pari-cachoeira falta área suficiente para abrir novos roçados, devido à concentração populacional.
3. Destruição de roças por queixada e caititu.
4. Mudanças no clima tem afetado o ciclo de plantio das roças.

### Acordos e recomendações

---

Apoio para abertura de novas áreas e lotes para as famílias abrirem seus roçados na área de Pari-cachoeira. Responsáveis e parceiros potenciais: CIPAC, famílias assentadas; prefeitura de SGC; Exército.

Apoio para projetos de produção agroflorestal e roças diversificadas em Pari-cachoeira. Responsáveis e parceiros potenciais: CIPAC, famílias assentadas; IFAM, Funai, Exército, Prefeitura.

Apoio para criação de agrovilas no pé das serras do baixo Uaupés, onde a terra é mais fértil e propícia para agricultura; para isso é necessário criar vicinais / caminhos para chegar a esses lugares, para fins de autosustentabilidade. Responsáveis e parceiros potenciais: ADSIRT; Exército, IFAM, Prefeitura.

Fazer benzimentos para afugentar os predadores das roças. Responsáveis: Comunidades, conhecedores.

Pensar medidas de mitigação face às mudanças do clima. Responsáveis e parceiros potenciais: Conhecedores, FOIRN; ISA.



## 2. Áreas prioritárias para projetos comunitários e políticas públicas

### 2.1. Cultura e Território

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- O Levantamento registrou 264 benzedores na região da DIA WII. Das 67 comunidades, apenas 4 disseram não possuir nenhum grande benzedor. O restante apontou a existência de um ou mais benzedores (há comunidades que listaram mais de 10 benzedores).
- Dentre as festas e rituais praticados na região na DIA WII foram registrados: dabucuri, dabucuri de animais de caça, dabucuri de frutas silvestres, dabucuri de pescado, kapiwaya, dança com japurutu, dança de cariçu, jurupari, jurupari de frutas silvestres, baile de chontaduro o muñeco, cerimônias com uso de kahpi (ou yagé), proteção de doenças, mawaco, dança de guara, dança de jabuti, dança de veado. O Alto Tiquié e Traíra–Apapóris são as regiões com mais registros de festas e cerimônias tradicionais.
- Importante trazer aqui também os dados sobre migração na área da DIA WII. Pois a mobilidade sempre fez parte de nossa cultura e relação com o território. Mas desde as últimas décadas a cidade passou a ser um polo de atração para as famílias e também passou a haver núcleos de adensamento populacional dentro do próprio território. O levantamento apontou que nos últimos cinco anos 123 famílias da área da DIA WII se mudaram das comunidades onde viviam (principalmente do Médio e Alto Tiquié e Baixo Uaupés). Dessas, 57 (ou 50%) foram para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, 15 (ou 13%) foram para Parí-cachoeira, 4 para Manaus, 2 para Taracuá, 1 voltou para sua comunidade de origem e 34 (ou 30%) foram para outros lugares não especificados (que podem ser outras comunidades na área da DIA WII ou outras regiões). De outro lado, as entrevistas comunitárias registraram, para o mesmo período, 81 famílias que chegaram para viver nas comunidades da região; não se sabe de onde elas vieram, mas possivelmente uma parte considerável deve se tratar de deslocamentos dentro do próprio território, com mudanças de uma comunidade para outra.

## Problemas e desafios

---

1. Enfraquecimento dos saberes tradicionais a respeito dos territórios ancestrais, práticas de manejo e lugares sagrados.
2. Desrespeito em relação às áreas de usufruto tradicional de cada grupo, clã e comunidade e desrespeito a lugares com restrições de uso.
3. Migrações para a cidade e mudanças culturais decorrentes. Também os adensamentos populacionais dentro do próprio território têm gerado problemas territoriais, ambientais e culturais.
4. Perda de conhecimentos e de práticas tradicionais como cerimônias, cantos e danças, benzimentos, instrumentos musicais, ornamentos de dança, e até mesmo enfraquecimento de algumas línguas.
5. A educação escolar no modelo convencional muitas vezes faz com que os jovens se desinteressem e passem a não dar mais valor para os conhecimentos e práticas tradicionais de nossa cultura.
6. Muitos pais também não incentivam os seus filhos no aprendizado dos conhecimentos e práticas culturais. Valorizam apenas a religião, o estudo e o conhecimento e cultura dos não-indígenas;
7. Muitos dos velhos, por desgosto, não querem mais falar sobre cultura e se sentem desmotivados em transmitir o que sabem para os jovens.
8. O enfraquecimento das práticas culturais e conhecimentos tradicionais afeta negativamente a gestão e a saúde do território e da vida.



## Estratégias e medidas necessárias

## Responsáveis e parceiros potenciais

É preciso valorizar e fortalecer os benzedores e todos que ainda detêm os conhecimentos sobre benzimentos, narrativas de origem, cerimônias de cantos e danças, remédios do mato, artesanato, práticas tradicionais de manejo e diversidade agrícola de cada povo.

---

Os conhecimentos e práticas tradicionais, base da gestão e governança de nossos territórios, devem ser transmitidos às novas gerações e incentivados pelas comunidades, pelas famílias e pelas escolas.

---

É preciso valorizar e fortalecer especialmente os conhecimentos sobre os territórios tradicionais e histórias de cada grupo, clã, comunidade.

---

Restabelecer os princípios de nosso sistema tradicional de manejo (com atenção especial às restrições e cuidados com os lugares sagrados) e sensibilizar e reforçar de tempos em tempos os acordos sobre os territórios tradicionais e áreas de manejo das comunidades.

---

Pensar estratégias para evitar as migrações para cidade e para re-ocupar o território, evitando os adensamentos populacionais, que acabam gerando problemas ambientais, sociais e culturais.

---

Responsáveis: comunidades e grupos étnicos; conhecedores; famílias; escolas; associações de base; todas as instituições governamentais e não-governamentais que atuam em nosso território.

Parceiros potenciais para projetos e ações: FORN; ISA; Funai; IPHAN; UFAM; SESAI/ DSEI; Secretarias de Educação do estado e municípios; Diocese.

Responsáveis: DIA WII, associações de base, lideranças, comunidades.

---

Os benzedores e conhecedores tradicionais devem ser incluídos no sistema público de assistência à saúde nas comunidades e também na educação escolar indígena, como profissional de notório saber. Para isso é preciso pensar um modelo de reconhecimento, mas que esteja pautado nos modos tradicionais de reconhecimento e atuação desses especialistas da cultura.

---

Instituições para encaminhamento: SESAI/DSEI; Secretarias de Saúde dos municípios; MEC; Secretarias municipais de educação. Articulação e controle social: FOIRN; associações de base; comunidades.

---

Resgate e fortalecimento das malocas (casas tradicionais) para aprofundar o conhecimento tradicional. Porque a maloca é a representação de nossa estrutura cultural, o espaço de transmissão dos conhecimentos de maior valor entre as gerações e a partir de onde se realizam os benzimentos para a cura do mundo e gestão de nossos territórios ancestrais. Que as malocas funcionem como centro de formação tradicional para os jovens.

---

Responsáveis: comunidades; grupos étnicos; conhecedores; associações de base; escolas indígenas.

Buscar apoio para reforma e manutenção das malocas já existentes, e construção de novas malocas onde há essa demanda.

---

Parceiros potenciais para projetos e ações: FOIRN; ISA; Funai; IPHAN; UFAM; Museus; Secretarias municipais de cultura e educação; FEI (Amazonas).

---

Buscar apoio para recomposição dos conjuntos de adornos cerimoniais através de trocas com os nossos parentes indígenas colombianos. E realizar intercâmbio para o aprendizado dos saberes e técnicas de confecção dos adornos.

---

No dia-a-dia das comunidades, dar mais espaço para as festas e cerimônias tradicionais que dão sentido à nossa cultura e à nossa vida e que colaboram com a gestão ambiental e espiritual de nossos territórios ancestrais.

---

Responsáveis: comunidades e grupos étnicos; conhecedores; escolas indígenas; associações de base. Parceiros potenciais para projetos e ações: FOIRN; ISA; IPHAM.

---





---

Resgatar e fortalecer os conhecimentos sobre as plantas medicinais e seus usos, através de pesquisas e documentação realizadas por pesquisadores indígenas, AIMAs, alunos e professores das escolas indígenas.

Responsáveis: comunidades; escolas; AIMAS e pesquisadores indígenas; professores e alunos.

Parceiros potenciais para projetos e ações: FOIRN; associações de base; ISA; UFAM; IFAM; INPA; Fiocruz; DSEI; IPHAN; Museus; Secretarias de Educação do estado e municípios.

---

Retomar e fortalecer os intercâmbios culturais com nossos parentes que vivem na Colômbia.

Responsáveis: associações de base; DIA WII; conhecedores; comunidades.

Parceiros potenciais para projetos e ações: FOIRN; ISA; Funai; associações indígenas colombianas; Fundación Gaia (Colômbia).

---

Promover intercâmbio e encontros de benzedores dentro da área da DIA WII para discutir e promover o manejo espiritual de nossos territórios ancestrais.

Responsáveis: DIA WII; associações locais; conhecedores.

Parceiros potenciais para projetos e ações: FOIRN; Escolas Indígenas; ISA; Funai; UFAM.

---

Fomentar a documentação de conhecimentos e práticas tradicionais, através do registro escrito e audiovisual. Para isso é necessário formação e equipamentos adequados para gravações, filmagens, edição de vídeos.

Responsáveis: escolas indígenas; comunidades; grupos étnicos; AIMAs e pesquisadores indígenas; associações de base; DIA WII.

Parceiros potenciais para projetos e ações: FOIRN; ISA; Funai; Universidades; IPHAN; Secretarias de Educação do estado e municípios; Museus; FEI (Amazonas).

---

Fortalecer as línguas, através de iniciativas de documentação, políticas linguísticas nos municípios e trabalho das escolas indígenas.

---

DIA WII deve reunir as comunidades, associações e lideranças duas vezes por ano para discutir sobre o fortalecimento cultural e avaliar o manejo do território.

Responsáveis: DIA WII; associações de base; lideranças.

## 2.2. Direitos indígenas e proteção territorial

### Problemas e desafios

---

1. Retrocessos e ameaças constantes em relação à garantia dos direitos indígenas já conquistados.
2. Interesse de mineradoras em nossas terras.
3. Invasão de nossos territórios por não-indígenas: pescadores, garimpeiros, narcotraficantes. A situação é mais grave sobretudo no Baixo Uaupés, pela entrada de pescadores da cidade que entram para praticar pesca predatória, e na região do Rio Traíra, com a invasão constante de garimpeiros e narcotraficantes.
4. Especialmente na região do rio Traíra há fortes indícios da contaminação do rio e igarapés por mercúrio utilizado nos garimpos, e também por outros metais pesados e compostos químicos utilizados na produção da pasta base de cocaína.
5. Falta de fiscalização de nossos territórios por parte dos órgãos competentes (Funai, Exército, Icmbio, PF).
6. Há alguns conflitos entre indígenas e militares na área de fronteira e de atuação dos PEFs, sobretudo em Pari-cachoeira/alto Tiquié e também na região do Traíra. Pois muitas vezes os militares que chegam de fora nos veem com preconceito e não respeitam nosso território e nossa cultura.



## Estratégias e medidas necessárias

## Responsáveis e parceiros potenciais

Fazer uso desse Plano de Gestão (PGTA) para reforçar que essa terra é nossa, que nosso território deve continuar demarcado e que nós é que devemos geri-lo, conforme nossas tradições ancestrais e os desafios dos novos tempos.

---

É proibida e ilegal a entrada de não-indígenas para exploração de recursos naturais (incluindo minérios) em nossas terras. As comunidades e moradores devem ser vigilantes e denunciar aos órgãos competentes todos os casos de invasão.

---

É preciso conscientizar as pessoas na TI para conhecer as leis que falam sobre mineração e terras indígenas e os projetos de lei em tramitação que visam regulamentar a mineração em terras indígenas. É preciso que os parentes entendam os grandes interesses econômicos que orientam esses projetos de lei e todo o lado negativo da mineração (impactos ambientais e sociais).

---

Devemos ser consultados e ter poder de veto sobre qualquer projeto, ação ou empreendimento que venha afetar os nossos territórios, seja da iniciativa privada ou do poder público (incluindo o Exército).

Responsáveis: FOIRN, DIA WII, associações de base, lideranças do movimento indígena e das comunidades.

Parceiros potenciais: ISA (assessoria jurídica).

Instituições para encaminhamento: Poderes públicos federal, estadual e municipais; Ministério Público Federal.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; associações de base; lideranças do movimento indígena; comunidades.

Parceiros potenciais: ISA (assessoria jurídica).

---

É preciso um programa de vigilância e fiscalização colaborativo e operante dentro das TIs do Rio Negro, com ações coordenadas entre os órgãos competentes (Funai, Exército, Icmbio, PF) e infraestrutura adequada. As comunidades e associações devem participar das ações de vigilância e serem respeitadas em sua cultura e modo de vida pelos agentes de fiscalização.

---

Prioridade para a fiscalização nas regiões do Baixo Uaupés e Rio Traíra, onde há maiores problemas com a entrada de invasores não-indígenas (pescadores no Baixo Uaupés, e garimpeiros e narcotraficantes na região do Traíra). Na região do Baixo Uaupés, a demanda é pela reativação do posto da Funai na foz do Uaupés, com colaboração do Exército. Na região do Traíra, a demanda é pela instalação de postos de vigilância em pontos estratégicos e fiscalização periódica por via área, fluvial e terrestre, com a localização e interdição imediata da pista de pouso clandestina e laboratórios de produção de pasta base de cocaína.

---

Manter e formalizar rede de AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) do Baixo Uaupés e Tiquié como “Agentes Indígenas de Manejo e Vigilância Territorial”, com reconhecimento formal do Estado e destinação de recursos para infraestrutura (transporte, equipamentos e comunicação), formação e ajuda de custo aos agentes.

---

Fortalecer a CTL de Taracuí (Funai), com estrutura física e destinação de recursos para ações planejadas conjuntamente com o movimento indígena.

---

Instituições para encaminhamento: Funai; Ministério da Defesa/Exército; MMA/Icmbio; Polícia Federal; Ministério Público.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; associações de base; comunidades.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Funai; MPF.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; associações de base.

---

---

É preciso rever e reforçar as regras de convivência entre indígenas e militares nas regiões dos PEFs e em toda a TI Alto Rio Negro. É preciso incluir nesses acordos o direito à consulta prévia para qualquer empreendimento ou ação militar em nossos territórios.

Instituições para encaminhamento:  
Exército/Comando Militar da Amazônia/2º  
Brigada de Infantaria de Selva (SGC)-5ºBIS-  
6ºPEF/16º Brigada de Infantaria de Selva  
(Tefé)-8ºBIS-3ºPEF.  
Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII;  
associações de base; comunidades.

---

## 2.3. Governança indígena

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- Uma boa parte das associações indígenas da área da DIA WII já esteve à frente ou participou de alguma iniciativa de gestão em seus territórios (iniciativas de sustentabilidade, geração de renda, fortalecimento cultural, educação diferenciada, dentre outras).
- Dentre os principais problemas e desafios apontados pelas comunidades para o funcionamento das associações estão: falta de recursos e conflitos em primeiro lugar; depois vem dívidas e falta de disponibilidade das lideranças; e por fim ausência de infraestrutura, dificuldades com a gestão de recursos e falta de CNPJ.

### **Problemas e desafios**

---

1. Enfraquecimento do movimento indígena e baixa mobilização social.
2. Falta de apoio financeiro e técnico para o funcionamento das associações.
3. Falta de apoio governamental permanente para projetos e programas executados pelas associações indígenas dentro de seus territórios, visando a gestão ambiental e territorial.

## Estratégias e medidas necessárias

## Responsáveis e parceiros potenciais

É preciso fortalecer a comunicação com as comunidades sobre o movimento e os direitos indígenas: i) elaborar material que explique os direitos indígenas e as ameaças aos nossos territórios em linguagem simples e levar para comunidades e escolas; ii) promover os boletins da FOIRN (Wayuri impresso e em áudio) e dar a eles a máxima circulação; iii) maior presença das lideranças indígenas no dia-a-dia das comunidades.

Responsáveis: FOIRN; DIA WII; associações de base; lideranças; professores; escolas indígenas.

Parceiros potenciais: IFAM, Funai, ISA.

É preciso investir sério na formação política dos jovens para participação no movimento indígena e para defesa de nossos territórios e nossa identidade cultural. Isso deve se dar dentro das escolas, na família, em eventos e cursos específicos oferecidos pela Foirn, DIA WII e associações de base.

Associações devem pensar também em sustentabilidade socioambiental e geração de renda, pois agora não lutamos apenas pelo reconhecimento de nosso território, mas também pela sua sustentabilidade e pela permanência das famílias nas comunidades, com boas condições de vida.

Responsáveis: FOIRN; DIA WII; associações de base; comunidades.

Parceiros potenciais: Funai; ISA; CETAM; UFAM.

É preciso apoio financeiro e políticas públicas permanentes para o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade pelas associações e comunidades indígenas, visando a melhoria da qualidade de vida e a gestão ambiental e territorial dentro das terras indígenas.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Funai/MMA/MAPA; Governo Estadual/FEI; SEMIPA.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; associações de base.



---

Na região do Traíra há demanda por apoio e assessoria do próprio movimento indígena e instituições parceiras para a organização de associações e desenvolvimento de projetos próprios.

Responsáveis: FOIRN; DIA WII.  
Parceiros potenciais: ISA; Exército.

---

## 2.4. Educação escolar indígena

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- Das 67 comunidades da região da DIA WII (incluindo também a comunidade São José, na TI Rio Apapóris) 46 possuem escolas ou salas de aulas, sendo 7 de ensino médio, 29 de ensino fundamental II e o restante contando apenas com ensino fundamental I. Trinta e três (33) dessas escolas/salas foram construídas pelas próprias comunidades e 11 foram construídas pelo governo (duas das comunidades não responderam à pergunta).
- O levantamento contabilizou 2.132 alunos matriculados nas escolas da região da DIA WII (250 são estudantes da escola de São José, na TI Rio Apapóris). Desses, cerca de 53% (1.134) são estudantes do Ensino Fundamental I, 31% (665) do Fundamental II e 15% (333) do Ensino Médio.
- Dezenove (19) escolas possuem o Projeto Político Pedagógico Indígena (PPPI) finalizado. Em outras 18 o PPPI está em elaboração e 24 ainda não iniciaram (duas não responderam a pergunta).
- Há na região 69 pessoas com formação superior completa e 55 que estavam cursando algum tipo de graduação no período de levantamento. Os cursos registrados foram: magistério (Parfor), licenciatura indígena em políticas educacionais e desenvolvimento sustentável, ciências biológicas, física, matemática, letras, filosofia, antropologia e sociologia.

## **Problemas e desafios**

---

1. Ameaças e retrocessos em relação aos direitos dos povos indígenas a uma educação escolar diferenciada e intercultural.
2. Falta de compromisso com as políticas de educação escolar indígena por parte dos poderes públicos municipal e estadual.
3. As secretarias de educação do estado e municípios ainda continuam impondo o modelo de educação escolar convencional para as escolas indígenas, desconsiderando nossa autonomia, nossos conhecimentos e nossas práticas pedagógicas indígenas.
4. Secretaria de Educação do Estado do Amazonas até hoje desconsidera e não reconhece o ensino médio das escolas indígenas diferenciadas da nossa região.
5. Falta de apoio do poder público para produção de material didático próprio, que valorize as línguas e conhecimentos de cada grupo étnico.
6. Desuso por parte dos professores do material já produzido em nossa região, como livros, filmes e outros com as histórias de origem dos grupos, benzimentos, conhecimentos sobre biodiversidade, sobre cantos e danças etc.
7. Falta de infraestrutura escolar nas comunidades. Muitas escolas funcionam em locais improvisados, sem as condições mínimas para os alunos e professores. E algumas regiões estão ainda sem escolas.
8. Merenda escolar sempre chega atrasada, em quantidade insuficiente e muitas vezes com prazo de validade vencido.
9. Falta de transporte escolar para alunos que estudam em comunidades vizinhas.
10. Jovens estão saindo de suas comunidades em busca de cursos profissionalizantes (técnicos) e cursos de nível superior.
11. Os indígenas que estão se formando no ensino superior não estão encontrando áreas de atuação dentro das Terras Indígenas e comunidades e acabam se desconectando da luta e das demandas dos parentes que estão nas TIs.
12. Há bastante oferta no ensino superior para formação de professores indígenas, mas quase nenhuma para formação em outras áreas de atuação dentro das Terras Indígenas.





## Estratégias e medidas necessárias

## Responsáveis e parceiros potenciais

É preciso lutar e pressionar o poder público pela manutenção do que já foi conquistado no âmbito da educação escolar indígena diferenciada e intercultural.

É preciso pressionar os governos municipal e estadual para que reconheçam, apoiem e destinem os recursos que chegam para a educação escolar indígena diferenciada.

Que os recursos destinados para as escolas municipais e estaduais, levem em conta as diferenças de custo operacional das escolas que se localizam em áreas mais remotas dentro das TIs, como é o caso de diversas regiões da DIA WII.

Que as secretarias de educação do estado e município reconheçam e apoiem a elaboração e implementação dos PPPIs das escolas de ensino fundamental e ensino médio, como forma de garantir a autonomia pedagógica e o currículo e calendário diferenciado para as escolas indígenas.

Ter um modelo de PPPI por tronco linguístico, para ajudar a guiar o PPPI específico de cada escola no que diz respeito à educação diferenciada (Tukano, Arawak, Hupd'äh-Yuhupdëh). E os PPPIs devem abranger também a questão da merenda regionalizada, empreendedorismo indígena, manejo e gestão das terras indígenas demarcadas.

Associações, lideranças e educadores devem conscientizar e incentivar os pais e alunos a ficarem nas escolas locais e valorizar a educação indígena diferenciada.

Instituições para encaminhamento; MEC; Secretarias de Educação estadual e municipais; MPF.

Articulação e controle social: FORN; APIARN; associações de base e escolares; escolas; professores; comunidades.

Responsáveis: APIARN; FOIRN; associações escolares e escolas indígenas; professores; comunidades.

Parceiros potenciais para elaboração da proposta: UFAM; IFAM; ISA; CRRN/Funai; Secretaria de Educação do município.

Responsáveis: associações de base e escolares; APIARN, professores e lideranças das comunidades; FOIRN.

---

Incluir conhecedores tradicionais no sistema de educação escolar, como profissionais de notório saber.

Instituições para encaminhamento: MEC; Secretarias de Educação do estado e município;

Responsáveis e parceiros potenciais para elaboração da proposta: FOIRN; APIARN; associações escolares; UFAM; IFAM; ISA; CRRN/Funai.

---

Professores também devem entender dos conhecimentos tradicionais e serem falantes das línguas da comunidade onde leciona.

Responsáveis: Secretarias de educação do estado e municípios; UFAM/Licenciatura Intercultural; APIARN; professores.

Articulação e controle social: associações escolares; escolas indígenas; comunidades; conhecedores.

---

Município, estado e governo federal devem assumir e honrar o compromisso de reformar e construir escolas nas comunidades onde não há ou onde funcionam em locais improvisados. Há necessidade de construção de escolas nas comunidades Vila Nova e Matapi, Baixo Tiquié, na área da ACIRC (igarapé Castanho) e na área do Traíra; além de reforma em várias outras.

Instituições para encaminhamento: MEC; Secretarias de Educação do estado e municípios; MPF.

Articulação e controle social: associações de base e escolares; APIARN; FOIRN; comunidades.

---

Poder público deve cumprir com compromisso em relação à merenda escolar. Esta deve chegar em dia, em quantidade suficiente conforme número de alunos e com produtos mais saudáveis e dentro do prazo de validade.

Parceiros potenciais: Exército (apoio logístico para transporte de materiais de construção e merenda escolar); CRRN/Funai.

---

Retomar e reorganizar programa de merenda regionalizada, facilitando a burocracia para a compra direta.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/MAPA; Secretarias de Educação do estado e municípios; Funai; MPF.

Articulação e controle social: associações de base e escolares; FOIRN.

Parceiros potenciais: ISA (assessoria jurídica e administrativa).

---



Na região do rio Traíra há a necessidade de implantação de uma escola indígena diferenciada e onde tanto os alunos do lado do Brasil quanto da Colômbia possam estar oficialmente matriculados. Para isso é necessário que haja um acordo entre os dois países para a implementação e funcionamento desse projeto. Também é necessário acordo entre os municípios de São Gabriel e Japurá para que haja cooperação de esforços na implementação da proposta, considerando que as comunidades do Traíra estão localizadas na divisa entre os dois municípios.

---

Que o Estado brasileiro estabeleça um acordo de cooperação com o Estado colombiano para que os moradores das comunidades do lado brasileiro possam estudar nas escolas do lado colombiano, e vice-versa.

Na região do Traíra há a demanda de que os jovens do lado brasileiro possam acessar o sistema de educação do município de Taraira (sobretudo para o ensino médio), considerando as enormes distâncias e dificuldade de acesso às sedes dos municípios do lado brasileiro (São Gabriel da Cachoeira e Japurá).

Na região do alto Tiquié, que os jovens do lado colombiano possam acessar oficialmente a Escola Indígena Utapinozona (com dotação de recursos).

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério de Relações Exteriores/MEC/Funai/MPF/Secretarias de Educação municipais.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; comunidades do rio Traíra; comunidades do alto Tiquié.

Parceiros potenciais: ISA (assessoria jurídica).

Instrumentos oficiais de apoio à proposta: “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Colômbia para a Cooperação em Assuntos Indígenas nas Zonas de Fronteira” (2015).

---

Ensino Superior Indígena: retomar e implementar o ICPIRN (Instituto dos Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro), cumprindo a expectativa de oferta de cursos voltados à realidade das terras indígenas e com núcleos de formação descentralizados. A proposta já está pronta e aguarda apoio do governo para sair do papel.

---

Instituições para encaminhamento: Governo Federal /MEC / MCTI.

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base.

Parceiros potenciais: ISA; INPA; Instituto Mamirauá; Fiocruz; Universidades; Jardim Botânico.

---

Cobrar dos estudantes que estudam no ensino superior de serem comprometidos com o movimento indígena e com o fortalecimento de suas comunidades.

---

Responsáveis: FOIRN; Coordenadorias; associações de base e escolares; comunidades; UFAM e demais universidades; IFAM; CRRN/Funai; estudantes e pesquisadores indígenas.

---

O objetivo do ensino superior indígena deve incluir a atuação política nas comunidades.

---

Implantação de ensino profissionalizante nas escolas de ensino médio da área da DIA WII, em parceria com o IFAM. É preciso discutir melhor a proposta e pensar cursos voltados à realidade das comunidades indígenas e apoio para que o aluno possa depois trabalhar e contribuir com suas comunidades (manejo de recursos florestais; gestão territorial; criação de animais de pequeno porte; manejo agroflorestal; processamento de alimentos; empreendedorismo e administração; dentre outros).

---

Instituições para encaminhamento: MEC; MCTI; IFAM; Secretaria de Educação do estado do Amazonas.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; associações de base e escolares.

---

Buscar parcerias com as instituições de ensino superior para abertura de vagas visando o ingresso dos estudantes indígenas nos cursos de agronomia, medicina e direito, enfermagem, engenharia florestal, cursos na área de meio ambiente, com garantia de permanência e acesso a bolsas de estudo até a conclusão dos cursos.

---

Instituições para encaminhamento: MEC; MCTI; Universidades e Institutos de Pesquisa Federais e Estaduais; CAPES; Cnpq.

Articulação e controle social: associações de base e escolares; FOIRN; DIA WII.

---



---

Criar cursos superiores diversificados e modulares na sede de Taracuí e Pari-cachoeira.

Instituições para encaminhamento: UFAM; UEA.

Articulação e controle social: associações de base e escolares; DIA WII; FOIRN

Parceiros potenciais: CRRN/Funai (apoio logístico).

---

## 2.5. Saúde indígena

### ☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- O levantamento registrou 57 Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (ACIS) na região da DIA WII: 14 no Baixo Uaupés (sendo 4 em Taracuí), 6 no Baixo Tiquié, 20 no Médio Tiquié (sendo 2 em São Sebastião), 14 no alto Tiquié (sendo 6 em Pari-cachoeira) e 3 na região do Traíra-Apapóris (sendo 2 em São José, TI Rio Apapóris).
- O atendimento de saúde foi avaliado como bom por 20 comunidades (30% do total, sendo 12 delas no Médio Tiquié), como regular por 19 comunidades (28%) e como ruim por 28 comunidades (42%). A variação na avaliação conforme as sub-regiões parece ter relação direta com a frequência de visitas/atendimentos da equipe de saúde nas comunidades e também com a existência de Polo base.
- Chama atenção na região da DIA WII o alto índice de casos de malária: o levantamento registrou 1.527 casos nos últimos dois anos ao levantamento; mas considerando que faltou informação para Pari-cachoeira e outras duas comunidades grandes como Taracuí Igarapé e Nova Fundação, esse índice muito provavelmente foi ainda maior. A região com mais casos registrados foi o Baixo Uaupés, com 56% em relação ao total da população.

## Problemas e desafios

---

1. Ameaças e retrocessos em relação aos direitos dos povos indígenas a um sistema público de saúde diferenciado.
2. Falta de médicos e dentistas, baixíssima frequência de atendimento de equipe multidisciplinar nas comunidades e ausência de equipe permanente nos Polos Base.
3. Estado de abandono de grande parte dos Polos Base do DSEI Alto Rio Negro.
4. Falta de medicamentos básicos nos Polos Base.
5. Falta de combustível e de transporte fluvial e terrestre adequados para resgate de pacientes. Os pacientes muitas vezes são transportados em voadeiras sem banco e sem capota, tomando sol e chuva por horas e dias até chegar ao hospital.
6. Falta de comunicação e de planejamento prévio do DSEI para atendimento de equipes multidisciplinares nas comunidades.
7. Dificuldade de comunicação dos pacientes indígenas com os profissionais não indígenas, devido à incompreensão cultural e linguística e falta de tradutores.
8. Há muitos técnicos do DSEI que são inexperientes e despreparados para acompanhar os pacientes e atuar nas Terras Indígenas. Muitos também não possuem preparo para o trabalho intercultural, agindo com preconceito e desrespeito para com os indígenas.
9. Falta de conhecedores tradicionais (pajés, benzedores, parteiras) nas equipes multidisciplinares de saúde.
10. Há problemas de comunicação em caso de emergência, devido à falta de aparelhos de radiofonia em várias comunidades ou falta de manutenção de aparelhos quebrados.
11. Falta de estrutura física, equipamentos e de melhores condições de trabalho para o atendimento do ACIS e TACIS nas comunidades.
12. Alguns agentes de saúde não fazem seu trabalho de visita às casas como deveriam.
13. Há muitos casos de suicídio, sobretudo entre os jovens. Há relação com problema do uso excessivo de álcool, mas também com a falta de perspectiva dos jovens hoje.
14. Algumas comunidades têm problema com acesso à água potável.
15. Na região do rio Traíra há fortes indícios de contaminação do rio e igarapés por mercúrio decorrente do garimpo e também de outros metais pesados e resíduos químicos resultantes do preparado da pasta base de cocaína por laboratórios clandestinos. As comunidades dizem já sentir as consequências para a saúde.



## Estratégias e medidas necessárias

## Responsáveis e parceiros potenciais

Manutenção e melhoramento do que já foi conquistado na última década para a saúde indígena de nossa região.

---

Aumentar a governança indígena do DSEI/ARN.

---

Reformar e reestruturar os Polos Base, com equipamentos para exames básico e laboratoriais.

---

Construir novos Polos Base nas seguintes regiões/comunidades: Baixo Tiquié (comunidade Vila Nova); Baixo Uaupés (abaixo de Açaí); área do Traíra (comunidades Vila Jose Mormes e Santo Baltazar Cachoeira das Andorinhas).

---

DSEI ter equipe fixa e multidisciplinar para cada Polo Base, com histórico dos pacientes e acompanhamento permanente. Para a região do Médio Tiquié é necessário ter 6 equipes de saúde: uma equipe exclusiva para atender as margens do Tiquié, uma para os igarapés e uma para os Hupd'äh.

---

DSEI fazer o planejamento anual das equipes e atendimentos, juntamente com as comunidades e associações de abrangência de cada Polo Base.

---

Transporte adequado para pacientes que precisam de remoção em todos os Polos Base.

---

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério da Saúde/SESAI/DSEI ARN; MPF.

Articulação e controle social: FOIRN; Condis Coordenadorias; associações de base.

---

Continuidade da formação dos Agentes de Saúde incluindo a valorização da medicina tradicional.

Formar um Agente de Saúde da comunidade Santo Baltazar Cachoeira das Andorinhas/rio Traíra.

---

Maior estrutura e apoio para a atuação dos Agentes de Saúde.

---

Reconhecer benzedores, conhecedores de remédio do mato e parteiras, através de sua inclusão no sistema público de saúde indígena. Para isso é preciso pensar um modelo de reconhecimento formal, mas que esteja pautado nos modos tradicionais de reconhecimento e atuação desses especialistas.

---

Ter microscopista em todos os Polos Base para melhor controle da malária.

---

Manter estoque de teste rápido de malária nos Polos Base e com os Agentes de Saúde.

---

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério da Saúde/SESAI/DSEI ARN; Secretaria Municipal de Saúde SGC.

Articulação e controle social: FOIRN; Condis; Coordenadorias; associações de base.

Parceiros potenciais para ações e projetos: Fiocruz; SSL; ISA.

---

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério da Saúde/SESAI/DSEI ARN; Secretaria Municipal de Saúde SGC.

Articulação e controle social: FOIRN; Condis; Coordenadorias; associações de base.

---





---

Deve haver uma avaliação periódica do Agente de Saúde por parte dos conselheiros locais das vilas e do capitão.

---

Manter sempre atualizado o quadro de AIS condizente com a dinâmica populacional da região. É necessário avaliar quais são as comunidades que têm mais necessidade de agentes de saúde indígena e recontratar. As comunidades que têm pouca gente e ficam próximas a locais com atendimento de saúde, passar a vaga para quem precisa.

---

O DSEI e a Secretaria de Saúde municipal devem dar preferência a contratação de profissionais da saúde indígenas.

---

A comissão de seleção para os profissionais que atuam no DSEI e na Secretaria de Saúde do município deve buscar profissionais com perfil para atuar em área, e deve ter a participação da FOIRN e CONDISI. É necessário retomar as atividades de introdução em antropologia e como atuar na Terra Indígena para os recém-contratados do DSEI.

---

Os exames de preventivos devem ser feitos por profissionais mulheres, e por pessoas capacitadas para isso.

---

Responsáveis: DSEI ARN; Secretaria Municipal de Saúde SGC.

Articulação e controle social: FOIRN; Condisi; Coordenadorias; associações de base.

---

Na região do rio Traíra há a necessidade de implantação de um Polo Base que possa atender tanto as comunidades do lado do Brasil quanto da Colômbia. Para isso é necessário que haja um acordo entre os dois países para a implementação e funcionamento desse projeto. Também é necessário acordo entre os municípios de São Gabriel e Japurá e entre os DSEI ARN e DSEI Tabatinga para que haja cooperação de esforços na implementação da proposta e na assistência à saúde das comunidades da região, considerando que as comunidades do Traíra estão localizadas na divisa entre os dois municípios.

---

Que o Estado brasileiro estabeleça um acordo de cooperação com o Estado colombiano para que as comunidades do lado brasileiro possam acessar o sistema de saúde do lado colombiano, e vice-versa.

Na região do Traíra há a demanda de que os moradores das comunidades do lado brasileiro possam acessar o sistema de saúde do município de Taraira (sobretudo para casos mais graves), considerando as enormes distâncias e dificuldade de acesso às sedes dos municípios do lado brasileiro (São Gabriel da Cachoeira e Japurá).

Na região do alto Tiquié também há demanda para que os parentes do lado colombiano possam ser assistidos pelas equipes de saúde do lado brasileiro, e vice-versa.

---

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério de Relações Exteriores/Ministério da Saúde/DSEI ARN/DSEI Tabatinga/Funai/MPF/Secretarias de saúde municipais (SGC e Japurá).

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; CONDISI; comunidades do rio Traíra; comunidades do alto Tiquié.

Parceiros potenciais: ISA (assessoria jurídica).

Instrumentos oficiais de apoio à proposta: “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Colômbia para a Cooperação em Assuntos Indígenas nas Zonas de Fronteira” (2015).



Realizar análise sobre as taxas de mercúrio e outros metais pesados e substâncias tóxicas no rio Traíra e alguns de seus tributários para que as comunidades tenham clareza dos riscos aos quais estão submetidas e possam cobrar providências.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério da Saúde/SESAI – DSEI ARN – DSEI Tabatinga; Funai; Universidades e Institutos de Pesquisa; MPF.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; comunidades do Traíra.

Para o grave problema do suicídio: É necessário a atuação de psicólogos competentes e sérios, junto com antropólogos, para que façam um bom diagnóstico do problema e acompanhem os casos. Esses profissionais precisam estudar em área, e passar muito tempo lá para entender o porquê desses casos de suicídio entre os jovens e ajudar a propor soluções.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério da Saúde/SESAI/DSEI ARN; MPF.

Articulação e controle social: FOIRN; Condis Coordenadorias; associações de base;

Deve-se haver incentivo para conversa nas famílias para entender porque o jovem está pensando em suicídio.

Apoio: comunidades; famílias; conhecedores/benedores.

É necessário um trabalho sério voltado à juventude, para que estes se sintam valorizados e acolhidos e se sintam parte da comunidade.

## 2.6. Manejo, sustentabilidade e geração de renda

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- O levantamento registrou que 603 (79%) das famílias entrevistadas na área da DIA WII apontaram sua alimentação como boa, 150 (20%) como razoável e apenas 7 (1%) consideraram ruim. Dentre os fatores que levam a uma alimentação ruim, a falta de peixe foi o mais citado, seguido pela falta de dinheiro.
- Vinte e seis por cento (26%) das famílias disseram comercializar produtos da roça, sendo a farinha o item mais citado, seguido de

abacaxi, goma e outros produtos (com algumas variações conforme as sub-regiões). Onze por cento (11%) comercializam produtos do extrativismo (incluindo os artesanatos, que são produtos derivados). E cerca de 35% disseram vender peixe, a grande maioria esporadicamente. Mas em relação à venda do pescado há diferenças enormes entre as sub-regiões: enquanto no Baixo Uaupés e Baixo Tiquié a porcentagem de famílias que comercializam o pescado é de 66% e 70%, respectivamente, no Médio Tiquié, por exemplo, é de apenas 19%.

### **Problemas e desafios**

---

1. Enfraquecimento do sistema tradicional de manejo, tanto em relação às práticas e técnicas de pesca, caça, roça e extrativismo, quanto em relação aos conhecimentos e cerimônias que colaboram com o manejo do território e equilíbrio da natureza.
2. Mudanças no clima e nas estações (cheias ou secas fora de época, confusão das estações) já estão se fazendo sentir e já têm afetado a vida e a sustentabilidade das comunidades: afeta os ciclos de plantio das roças; as épocas de piracema e desova de peixes; as épocas de frutificação das diversas espécies das quais tanto humanos quanto os animais se alimentam; aparecimento de novas pragas que atacam as roças; dentre outros problemas.
3. Diminuição dos peixes e outros recursos fundamentais como caraná, cipó e madeira de lei em algumas regiões, sobretudo áreas com maior concentração populacional.
4. Em algumas regiões, produção na pesca, no extrativismo ou produção agrícola muitas vezes é suficiente apenas para o sustento da família, não sobrando para a comercialização e geração de renda.
5. Dificuldade de escoamento (transporte e locais de venda) de produtos para o mercado (farinha, goma, farinha de tapioca, artesanato e outros produtos) e baixos preços pagos pelos comerciantes da cidade.
6. Falta incentivo para as comunidades e associações de base no plantio, coleta e beneficiamento de produtos da roça e de recursos da floresta, para possibilitar a comercialização e a estruturação de uma cadeia de comércio mais justo para os indígenas.

7. Falta maior apoio, acompanhamento técnico e recursos financeiros para implementação de projetos na área de piscicultura, agricultura, extrativismo, criação de animais de pequeno porte (aves, suínos), produção de artesanato, beneficiamento de produtos e estruturação de cadeia de comércio justo pelas comunidades e associações.

8. Ausência de programas diferenciados e permanentes do poder público para atender as terras e comunidades indígenas quanto à implementação de projetos e atividades sustentáveis para soberania alimentar, geração de renda e gestão territorial e ambiental.

### **Estratégias e medidas necessárias**

### **Responsáveis e parceiros potenciais**

Reestabelecer os princípios de nosso sistema tradicional de manejo, especialmente as restrições e cuidado com os lugares sagrados ancestrais, lugares sagrados dos peixes e moradas dos seres espirituais das florestas. Pois há lugares com restrições de uso, onde não se pode pescar, caçar, extrair recursos ou ocupar.

Respeitar as regras e acordos de manejo estabelecidos entre as comunidades de cada região, no que toca à pesca, caça, extrativismo, destinação de lixo, áreas tradicionais e cuidado com os lugares sagrados.

Vigilância em relação à entrada de pessoas de fora que vem pescar e tirar recursos de nossas áreas. É preciso denunciar aos órgãos competentes.

Responsáveis: comunidades; grupos étnicos; conhecedores; associações de base; DIA WII; AIMAs.

Parceiros potenciais para ações e projetos: FOIRN; Escolas Indígenas; ISA; CRRN/Funai.

Responsáveis: comunidades; lideranças/capitães; associações de base; DIA WII; AIMAs.

Instituições para encaminhamento: CRRN/Funai; Exército; Icmbio; Polícia Federal.

Parceiros potenciais para ações e projetos: FOIRN; ISA.

---

Discutir melhor sobre a pesca comercial em nossa região praticada pelos próprios moradores e ex-moradores (criar regras e consolidar plano de manejo).

---

Elaborar e implementar planos de manejo para os recursos florestais que vêm apresentando maior escassez em cada sub-região, especialmente caraná, cipó e sorva. Avaliar e rediscutir os planos que já foram executados, como caraná no alto Tiquié e sorva no médio Tiquié.

---

Recuperação e reflorestamento de áreas degradadas, especialmente na região da Serra do Traíra, cujos impactos das décadas de garimpo deixaram um rastro de degradação.

---

Implementar, reativar e readequar projetos de piscicultura, avicultura e manejo agroflorestal sustentável para que os jovens possam fazer empreendimentos e permanecer nas comunidades. Estudar potencialidades de manejo em cada região (como meliponicultura, copaíba, castanha, frutas etc).

---

Reativação de laboratório de piscicultura no Alto Tiquié, em continuidade ao processo para o repovoamento das espécies de peixes do rio. Reforma dos viveiros e construção de novos viveiros de peixe nativos.

---

Retomar as iniciativas de piscicultura nas escolas, incluindo mini-laboratórios, e dar maior apoio técnico e financeiro para as iniciativas de piscicultura familiar.

---

Responsáveis: comunidades; associações de base e escolares; DIA WII; AIMAs.

Parceiros potenciais para ações e projetos: FOIRN; ISA; INPA; UFAM; IFAM; Exército.

Instituições para encaminhamento e parcerias: Governo Federal/Funai/MMA/Icambio; Governo Estadual/FEI; MPF; Prefeitura/SEMPA, Câmara dos Vereadores.

---

Responsáveis: comunidades; associações de base e escolares; DIA WII; juventude e famílias; escolas; AIMAs.

Instituições para encaminhamento e parcerias: Governo Federal/Funai/MMA/ MAPA; Governo Estadual/FEI/SEPROR/SEPA; Governos municipais (SGC/SEMPA e Japurá); Câmara dos Vereadores de SGC.

Parceiros potenciais para ações e projetos: FOIRN; IFAM; ISA; IDAM; Exército.



---

Buscar meios para venda de peixes ornamentais e aquisição de carteira do pescador, com plano de manejo.

---

Apoio de programas governamentais para assessoria técnica visando o aumento da produtividade das roças e apoio ao escoamento, beneficiamento e comercialização de produtos, respeitando os princípios de nosso sistema agrícola tradicional.

---

Criar central de abastecimento na sede do município de São Gabriel da Cachoeira apenas com produtos indígenas provenientes das comunidades, com apoio para escoamento, beneficiamento e tabelamento de preços (valor justo).

---

Aquisição de embarcações para as associações para escoamento de produtos, com previsão de recursos para manutenção e apoio para plano de uso.

---

Fortalecimento da cadeia de cerâmica e artesanato e das associações das mulheres, pensando na valorização dos saberes e práticas tradicionais e na geração de renda.

---

Promover oficinas sobre associativismo, cooperativismo e empreendedorismo para as associações, produtores e artesãos.

---

---

Abertura de ramais e ampliação de trilhas e estradas vicinais na região de Pari-cachoeira para abertura de novos roçados e transporte de produtos agrícolas e outras matérias primas.

---

Apoio para criação de agrovilas aos pés das serras na região do Baixo Uaupés, onde os solos são mais férteis.

---

Responsáveis: comunidades; associações de base.

Instituições para encaminhamento: Governo Estadual/SEPROR/FEI; Governo Municipal/SEMPA; Exército (apoio logístico e estratégico).

Parceiros potenciais para ações e projetos: Exército.

---

Implantação de projetos pilotos para exploração dos potenciais turísticos existentes na nossa região, especialmente na região do Baixo Uaupés.

---

Responsáveis: associações de base; comunidades; DIA WII.

Parceiros potenciais para ações e projetos: FOIRN; ISA; Garupa.

Instituições para encaminhamento: Governo Municipal/Secretaria de Meio Ambiente e Turismo; Governo Estadual/FEI/Amazonastur.

---

Propor programa para pagamento por serviços socioambientais para famílias, comunidades e associações dentro das TIs cujo modo de vida colabora com a conservação ambiental.

---

Responsáveis: FOIRN; Coordenadorias; associações de base.

Parceiros potenciais para elaboração de proposta: ISA; RCA; UFAM; IFAM.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Funai/Ministério do Meio Ambiente/Ministério da Cidadania/BNDES/Fundo Amazônia; Governo Estadual/FEI.

---

Avaliar os impactos resultantes dos projetos já executados na região: o que deu certo, o que não deu e porque, o que precisa ser feito para aprimorar.

---

Responsáveis: FOIRN; Coordenadorias; associações de base; comunidades; AIMAs.

---



## 2.7. Direitos sociais

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- O levantamento registrou 311 assalariados e 507 aposentados na área da DIA WII (mas esse número é maior, pois houve uma lacuna de dados para Pari-cachoeira). E 48% das famílias participavam do Programa Bolsa Família no período do levantamento.

### Problemas e desafios

---

1. Distância das comunidades da região de abrangência da DIA WII dos centros de acesso aos direitos sociais.
2. Dificuldade de acesso aos direitos sociais (benefícios e documentos básicos) devido à falta de uma política diferenciada em relação aos povos indígenas que vivem em áreas remotas.
3. Saída de pessoas para a cidade (professores, aposentados, ACIS, beneficiários dos programas sociais do governo) com objetivo de receber remuneração por conta de sistema bancário inexistente nas regiões mais remotas (Alto Tiquié; rio Traíra). No caso dos professores e ACIS, quando precisam acessar o serviço bancário, podem prejudicar os serviços de educação e saúde.
4. Empenho de cartões bancários das famílias indígenas na sede do município por comerciantes, embora sendo pessoais e intransferíveis. E ameaça dos comerciantes por motivo da retirada dos cartões.
5. Dependência do comércio da sede do município, o que implica viagens longas, custosas e penosas para acesso a certos produtos hoje essências para nós.
6. O bolsa-família só permite a retirada do benefício com o cartão. Se há perda ou estrago do cartão, não é possível retirar o dinheiro com os documentos.
7. Na área da DIA WII há regiões muito distantes dos pontos de votação nas eleições, fica muito caro e penoso ir votar. Isso acaba colaborando com sistemas ilegais de compra de votos, pois muitas vezes são candidatos que oferecem gasolina e meios de transporte para que as pessoas possam ir votar.

## Estratégias e medidas necessárias

É necessário respeitar a lei de cooficialização das línguas indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira e incluir também a língua hupd'äh como língua oficial. Pois assim estaria garantido o atendimento dos indígenas em suas línguas ou em línguas que compreendem.

Os bancos que atuam na cidade de São Gabriel da Cachoeira deveriam ter funcionários indígenas, falantes das línguas, para realizar atendimentos especializados aos indígenas. Também é necessário impor restrições aos bancos para oferecimento de empréstimos aos indígenas, pois muitas vezes os aposentados contraem empréstimos sem entender direito como isso funciona e acabam se endividando por anos.

Monitoramento e mais apoio aos povos Hupd'äh e Yuhupdëh na cidade. Propor políticas que possam ajudar a evitar a sua permanência prolongada na cidade.

## Responsáveis e parceiros potenciais

Instituições para encaminhamento: Governo Municipal/SGC; todas as instituições públicas e privadas que atuam no município (Banco do Brasil; Banco Santander; INSS; Fórum de Justiça SGC; Cartório SGC; Lotéricas SGC; Correios SGC; Comércios)

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base; Fórum interinstitucional SGC.

Instituições para encaminhamento: Prefeitura SGC; Banco do Brasil; Banco Santander.

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base; Fórum interinstitucional SGC.

Instituições para encaminhamento: Funai/CR Rio Negro; Governo Municipal/Secretaria de Assistência Social/CRAS; INSS.

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base; Fórum interinstitucional SGC; Conselho Municipal de Assistência Social; Diocese.



Balcão de cidadania móvel e itinerante (barco) para facilitar a emissão de documentos periodicamente e viabilizar o acesso dos indígenas das comunidades mais remotas aos benefícios sociais.

Na área do Traíra é preciso um acordo a ações coordenadas da Funai entre a CR Rio Negro e CR Tabatinga para a realização de multirões de retirada de documentos, considerando que as comunidades estão localizadas na divisa entre as duas jurisdições.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério da Cidadania; Funai/CR Rio Negro – CR Tabatinga; Governo Municipal/Secretaria de Assistência Social/CRAS; INSS; Exército (apoio logístico).

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base; Fórum interinstitucional SGC; Conselho Municipal de Assistência Social.

Construção e implantação de sistema bancário em Pari-cachoeira e Taracuá. PEFs poderiam auxiliar na parte de infraestrutura e segurança.

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério de Cidadania; Funai/CR Rio Negro; Governo Municipal/Secretaria de planejamento/Secretaria de assistência social; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Banco Santander; Exército/PEFs.

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base; Fórum interinstitucional SGC.

Implantar sistema itinerante de pagamento de benefícios sociais nas sedes de Taracuá e Pari-cachoeira (aposentadoria, bolsa família, auxílio maternidade);

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/Ministério de Cidadania; Funai/CR Rio Negro; Governo Municipal/Secretaria de planejamento/Secretaria de assistência social; Caixa Econômica Federal; INSS; Exército (apoio logístico).

Implantar balcão permanente de emissão de documentos pessoais em Pari-cachoeira e Taracuá.

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base; Fórum interinstitucional SGC.

Apoio para implementação de comércio indígena em Pari-cachoeira e Taracuá, que possa vender mercadorias por preços justos.

---

Ação do MPF em relação aos comerciantes que retêm os cartões e enganam os indígenas.

Instituições para encaminhamento: Ministério Público Federal; Polícia Federal.  
Articulação e controle social: FOIRN;  
Coordenadorias; associações de base; Fórum interinstitucional SGC.

---

Possibilidade de retirada do benefício do bolsa-família com a identidade e senha (em caso de extravio ou perda do cartão).

Instituições para encaminhamento: Governo Federal/ Ministério da Cidadania; Funai.

Readequar programa bolsa-família para a população indígena, sobretudo de áreas remotas (readequar condicionantes, burocracia e valor pago). Isso deve ser feito através de consultas e diálogo com os povos e associações indígenas.

Apoio para elaboração de proposta: FOIRN, ISA, pesquisadores e especialistas da área.

Articulação e controle social: FOIRN;  
Coordenadorias; associações de base;  
Conselho municipal de assistência social.

---

Implantar mais sessões eleitorais no Tiquié e Baixo Uaupés e destinar recursos públicos para que os indígenas de áreas remotas possam comparecer às urnas, evitando a compra de votos.

Instituições para encaminhamento: Tribunal Superior Eleitoral; Funai.

Articulação e controle social: FOIRN;  
Coordenadorias; associações de base.

---

## 2.8. Lixo e saneamento

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- Lixo – O lixo foi considerado um problema para 32 (ou 48%) das comunidades da área da DIA WII. Em 31 comunidades há coleta de pilhas e baterias usadas, sendo 19 no Médio Tiquié. Em geral, as comunidades em que há coleta é onde há atuação dos AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental). Para o restante dos resíduos, a maior parte das comunidades queima e/ou enterra o lixo, considerando cada tipo de material (plástico, papel, latarias).

## Problemas e desafios

---

1. Aumento do consumo de produtos industrializados, gerando mais lixo nas comunidades.
2. Muito lixo jogado no rio. Mesmo com toda a discussão que já foi feita ainda falta consciência das pessoas.
3. Parentes viajantes que estão em trânsito entre suas comunidades e a cidade também deixam muito lixo por aí.
4. Viajantes e tripulação das embarcações que passam pelo baixo Uaupés e Tiquié jogam muito lixo no rio.
5. Viajantes e pilotos das instituições que atuam em nossa região (sobretudo do DSEI) jogam óleo de motor e vasilhames vazios direto no rio.
6. Poluição dos rios, igarapés e suas nascentes, com lixo e esgoto. Casos mais críticos é Pari-cachoeira, Taracuá e Ipanoré, devido à concentração populacional e parada de viajantes.
7. Falta de orientação para as famílias sobre os problemas causados pelo lixo nas comunidades e nas calhas dos rios.
8. Falta de políticas públicas e comprometimento do poder municipal para a questão do lixo e do saneamento dentro da TI.
9. Falta de alternativas para acesso à água potável.

### Estratégias e medidas necessárias

Promover discussões e ações focadas na destinação do lixo nas comunidades, com apoio das instituições parceiras.

Escolas também devem promover a educação ambiental, falar sobre lixo e manejo.

### Responsáveis e parceiros potenciais

Responsáveis: Agentes de Saúde; AIMAs; lideranças/capitães das comunidades; associações de base.

Parceiros potenciais: DSEI; ISA; Prefeitura.

Responsáveis: Escolas e associações escolares; professores; Secretaria de Educação do município.

Parceiros potenciais: AIMAs; Agentes de Saúde; DSEI; ISA.

---

Comunidades devem organizar a destinação correta do lixo, separando lixo orgânico (resto de alimentos), do lixo inorgânico (plástico, latas, vidros) e o lixo tóxico (pilhas e baterias usadas): ver o que deve ser queimado, o que deve ser enterrado e o que precisa ser retirado da área e enviado para postos de coleta apropriados (como pilhas e baterias usadas).

---

Responsáveis: comunidades; famílias; lideranças/capitães; Agentes de Saúde; AIMAs; professores e alunos.

Apoio: associações de base; DIA WII.

Parceiros potenciais: FOIRN; Prefeitura; DSEI; ISA.

---

Retirar as pilhas e baterias usadas das comunidades, com apoio das lideranças, AIMAs, Agentes de Saúde e instituições parceiras.

---

AMIRETA e outros barcos podem fazer convênio com a prefeitura e levar lixo seco (reciclável) e pilhas (lixo tóxico) para a cidade.

Responsáveis: DIA WII; AMIRETA; demais associações de base.

Instituições para encaminhamento: Prefeitura SGC; DSEI ARN.

---

Ter ponto de coleta de pilhas e baterias usadas e uma pequena fábrica de reciclagem na cidade de São Gabriel da Cachoeira. E futuramente abrir filiais da fábrica de reciclagem nas sedes dos Distritos de nossa região (Taracú e Pari-cachoeira).

Instituições para encaminhamento: Prefeitura SGC/Secretaria de Planejamento/Secretaria de Saúde/Secretaria de Meio Ambiente; DSEI ARN.

Parceiros potenciais para ações e projetos: Fórum Interinstitucional SGC; ISA; IFAM, SEMIPA, Exército.

Articulação e controle social: FOIRN; Coordenadorias; associações de base.

---



---

Atenção especial e ações específicas para a questão do lixo em Pari-cachoeira (alto Tiquié), Taracué e Ipanoré (Baixo Uaupés). Em Pari-cachoeira e Taracué por conta da concentração populacional, que gera muito mais lixo; e em Ipanoré por conta dos viajantes que largam tudo por lá de qualquer jeito, no porto, no rio.

No caso de Ipanoré precisa pensar em soluções e compensações para a comunidade.

Instituições para encaminhamento:  
Prefeitura SGC/Secretaria de Planejamento/  
Secretaria de Saúde/Secretaria de Meio Ambiente; DSEI ARN.

Parceiros potenciais para ações e projetos:  
FOIRN; ISA; Exército; IFAM.

Articulação e controle social: DIA WII; CIPAC; ADSIRT.

---

Para os parentes e tripulantes que transitam em embarcações deve haver conscientização antes da partida de cada viagem.

Instituições para encaminhamento:  
Prefeitura SGC/Secretaria de Planejamento/  
Secretaria de Saúde/Secretaria de Meio Ambiente; DSEI ARN; empresas e associações que operam as embarcações.

Articulação e controle social: DIA WII; associações de base; comunidades.

---

Água potável: poços artesianos e captação de água de chuva em cisternas para distribuição às famílias das comunidades.

Instituições para encaminhamento:  
Prefeitura SGC/Secretaria de Planejamento/  
Secretaria de Saúde/Secretaria de Meio Ambiente; DSEI ARN.

---

Implantação de rede de esgoto, água encanada e banheiros para as famílias de Pari-cachoeira e Taracué.

Articulação e controle social: FOIRN; DIA WII; associações de base.

## 2.9. Infraestrutura: energia, comunicação, mobilidade

☞ Alguns dados do Levantamento Socioambiental

- Energia – Em 14 comunidades da área da DIA WII há geradores de uso comunitário, mas a maioria (71%) estava quebrado no período do levantamento. Foram registrados ainda 110 geradores familiares, o que dá um total de 14% das famílias entrevistadas. Em 16 comunidades há sistemas de energia solar com baterias e inversores, a maioria do Médio Tiquié. E há ainda três comunidades que recebem energia da PCH instalada pelo Exército no rio Umari (Bela Vista, Pari-cachoeira e São Sebastião).
- Comunicação – Foram registradas 33 comunidades com estações de radiofonia (63% do total de comunidades que responderam a pergunta) e 19 sem estações; há ainda 15 comunidades para as quais não há informação. Mas das 33 estações, 9 estavam quebradas no período do levantamento. Foram registrados também 14 comunidades com telefones públicos (orelhão), mas mais da metade deles estavam quebrados no período do levantamento.

### Problemas e desafios

---

#### Energia

1. Descaso do poder público quanto a política de fornecimento de energia elétrica para as comunidades indígenas.
  2. Falta de aplicação de programas luz para todos nas comunidades indígenas.
  3. Falta de apoio para projetos pilotos para energia alternativa.
  4. Dificuldade para a compra e transporte de combustível para o funcionamento de geradores nas comunidades.
  5. Resíduos e lixo tóxico devido à falta de energia: baterias e pilhas usadas que se acumulam nas comunidades.
-





---

## **Comunicação**

1. Equipamentos e rede de comunicação insuficiente nas comunidades. Fonia é um avanço muito importante, mas não supre as necessidades atuais de comunicação e acesso à informação.
  2. Ausência de comunicação impede o acesso às informações que consideramos importantes para estarmos por dentro sobre o que acontece em nível do município, estado, nacional e internacional. E também dificulta a articulação do movimento indígena e a execução de projetos pelas comunidades e associações.
  3. Risco de vida para os pacientes em estado grave por falta de comunicação.
  4. Obstáculos para a proteção e fiscalização territorial devido às dificuldades de comunicação.
- 

## **Infraestrutura comunitária e mobilidade**

1. Ausência ou condições precárias de casas de apoio para visitantes em comunidades estratégicas.
  2. Ausência ou condições precárias de centros comunitários nas comunidades.
  3. Ausência de fornos e casas de farinha em algumas comunidades.
  4. Falta de equipamentos e ferramentas para os trabalhos comunitários e familiares (botes, motores, raladores de mandioca, enxadas, facões, motosserra).
  5. Dificuldades de deslocamento e escoamento de nossa produção devido às inúmeras cachoeiras e falta de transporte adequado.
-

## Estratégias e medidas necessárias

## Responsáveis e parceiros potenciais

### Energia

Fazer estudos de viabilidade para alternativas de energia nas comunidades indígenas, seja microturbinas, solar, eólica, de acordo com as potencialidades de cada região. Na região do Alto Tiquié e rio Traíra há potencial para instalação de miniturbinas para geração de energia hidrelétrica para pequenas comunidades, sem afetar o meio ambiente.

Instituições para encaminhamento: Ministério de Minas e Energia; Universidades; Exército; Funai; Governo do Estado/FEI.

Parceiros potenciais para ações e projetos: ISA; cooperação internacional (Aliança Pelo Clima; Fundação Moore, dentre outros parceiros).

Articulação: FOIRN; DIA WII; associações de base.

Kits solares para todas as comunidades, priorizando as escolas, sedes das associações e centros comunitários.

Instituições para encaminhamento: Ministério de Minas e Energia; Funai; FEI (Amazonas); Prefeitura SGC; IFAM.

Parceiros potenciais para ações e projetos: ISA; cooperação internacional (Aliança Pelo Clima; Fundação Moore, dentre outros parceiros).

Articulação: FOIRN; DIA WII; associações de base.

Buscar parceiros nacionais e internacionais para realizar experiências com energia alternativa.

Responsáveis: FOIRN; DIA WII.

Parceiros potenciais: Exército; ISA; Funai; IFAM.

Reformar a mini-hidrelétrica do rio Umari (São Sebastião).

Instituições para encaminhamento: Exército; prefeitura SGC; Funai.

Articulação: DIA WII; ACIRU.



## Comunicação

---

Radiofonia ainda é o melhor meio de comunicação nas TIs do Rio Negro para assuntos urgentes. Mas é necessário fortalecer e expandir a rede de radiofonia e reorganizar o seu funcionamento.

---

Instalar radiofonia em todas as comunidades onde há sedes de associações, Polos Base, Agentes de Saúde e escolas, bem as comunidades das regiões mais remotas (área do Traíra; igarapé Castanho; igarapé Yawiari).

---

Utilizar o mapeamento das comunidades com orelhões quebrados e comunidades desativadas ou esvaziadas que possuem orelhão, para revitalizar e reorganizar a rede de telefones públicos.

---

Instalar antenas de telefonia móvel e 4G nas regiões de Taracú e Pari-cachoeira.

---

Buscar parcerias para implantação de internet gratuita nas comunidades estratégicas e escolas (laboratórios GESAC).

---

As escolas que possuem pontos de internet não podem cobrar pelo acesso.

---

As escolas e famílias devem orientar as crianças e jovens para o bom uso das mídias.

---

Instituições para encaminhamento: Funai; DSEI; Exército; Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicação; DSEI; IFAM.

Articulação: FOIRN; Coordenadorias; associações de base.

Parceiros potenciais: ISA; Rede de Comunicadores.

Instituições para encaminhamento: Funai; Exército; Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicação; empresas de telefonia móvel; UFAM; IFAM.

Articulação: FOIRN; Coordenadorias; associações de base.

Responsáveis: escolas; comunidades; famílias.

---

Implantação de um curso para capacitação e manutenção de radiofonia e orelhões.

---

Estabelecer parceria com as instituições de ensino para a oferta de curso técnico para dois ou três membros das associações de base, principalmente os cursos que estejam ligados a manutenção de equipamento como radiofonia e outros equipamentos eletrônicos.

---

Instituições para encaminhamento: IFAM; Universidades; Funai; Exército; CETAM.

Articulação: FOIRN; Coordenadorias; associações de base.

---

## **Infraestrutura comunitária e mobilidade**

---

Reforma e construção de casas de apoio para visitantes nas comunidades estratégicas que ainda não possuem.

---

Reforma e construção de centros comunitários e/ou malocas nas comunidades que ainda não possuem.

---

Reforma e construção de casas de forno comunitárias nas comunidades que ainda não possuem.

---

Responsáveis: comunidades; lideranças/capitães; associações de base.

Instituições para encaminhamento: Funai; Prefeitura SGC; FEI (Amazonas).

---

Doação de equipamentos e ferramentas para as comunidades e famílias, de acordo com necessidades a serem levantadas pelas associações de base e DIA WII.  
Equipamentos: raladores de mandioca; botes; motores de popa e rabetas; tachos; enxadas e facões; motosserras.

---

Fazer acordos para otimização de logística entre comunidades e o PEF para: transporte de merenda escolar, transporte de materiais pesados e outras demandas das comunidades e associações.

---

Instituições para encaminhamento: Exército/PEFs; Funai; Secretaria de educação do município.

Articulação: DIA WII; associações de base.

---



Abertura e ampliação de trilhas e estradas vicinais para facilitar deslocamento, bem como o transporte de produtos agrícolas e outros recursos:

Abertura de varadouro com acesso da comunidade Cunuri do rio Tiquié à Iauareté no rio Uaupés.

Abertura de varadouro com acesso entre as três comunidades de Duhtura (área da ACIRC).

Melhorar as vicinais do mini-triângulo tukano com acesso entre as comunidades de Pari-cachoeira, São Sebastião e Bela Vista (áreas da CIPAC, ACIRU e OIBV).

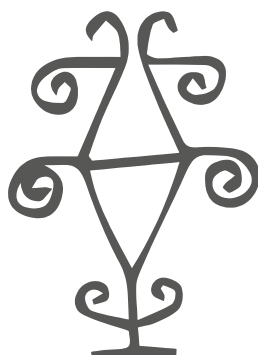
Abertura de vicinais com acesso de Pari-cachoeira à Trovão e de Pari-cachoeira à Carurú-cachoeira.

Abertura de trilha de Pari-cachoeira à comunidade Fronteira para facilitar a integração e manejo do território do alto Tiquié.

Instituições para encaminhamento:  
Prefeitura SGC/Secretaria de Obra/Secretaria de Planejamento; Exército/PEFs; Funai.  
Articulação: DIA WII; associações de base.

Providenciar meio de transporte fluvial para facilitar transporte de cargas, passageiros, para escoamento de produtos agrícolas e artesanato do alto Tiquié para Pari-cachoeira e de Pari-cachoeira para São Gabriel da Cachoeira.

Instituições para encaminhamento:  
Prefeitura SGC; FEI (Amazonas); Funai.  
Articulação: DIA WII; associações de base.



# Siglário

**AATIZOT** Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de la Zona del Tiquié

**ACAIFI** Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del Pirá Paraná

**ACIMET** Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié

**ACIRC** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha

**ACIRU** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari

**ACIS** Agente Comunitário Indígena de Saúde

**ACITRUT** Associação das Comunidades Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié

**ACIYA** Asociación de Capitanes Indígenas del Yagoje Apaporis

**ADSIRT** Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracúá

**AECIPIY** Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupdëh

**AEIKB** Associação Escolar Indígena Kisibi–Buú–Desana

**AEITHART** Associação Escolar Indígena Tukano Hupd'äh do Alto Rio Tiquié

**AEITKAP** Associação das Escolas Indígenas Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã

**AEITY** Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri

**AEITYM** Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsã

**AEITU** Associação Escolar Indígena Tuyuka Utapinozona

**AIMA** Agente Indígena de Manejo Ambiental

**AIMTT** Associação Indígena de Medicina Tradicional de Taracúá

**AIS** Agente Indígena de Saúde

**AJIRU** Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari

**AMIPAC** Associação das Mulheres Indígenas de Pari–cachoeira

**AMIRT** Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracúá

**AMITRUT** Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié

**APIARN** Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro

**ATRIART** Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié

**AUCIRT** Associação da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié

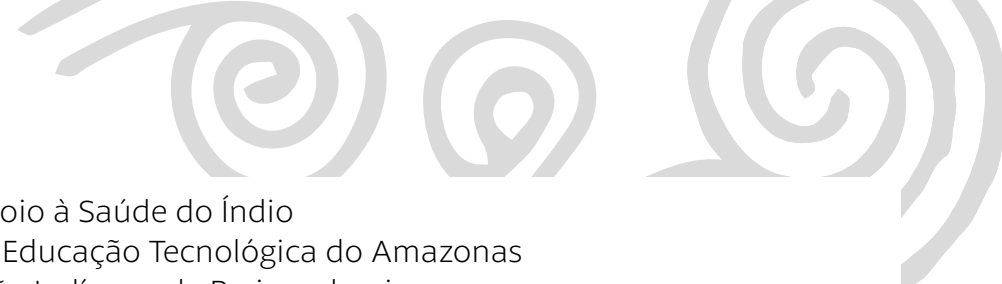
**BNDES** Banco Nacional de Desenvolvimento

**CAIARNX** Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié

**CAIMBRN** Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro

**CANOA** Cooperação e Aliança no Noroeste Amazônico

**CAPEP** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



**CASAI** Casa de Apoio à Saúde do Índio  
**CETAM** Centro de Educação Tecnológica do Amazonas  
**CIPAC** Coordenação Indígena de Pari-cachoeira  
**CNPq** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**COIDI** Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê  
**CONDISI** Conselho Distrital de Saúde Indígena  
**COPCISP** Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo  
**COPIARN** Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro  
**CRAS** Centro de Referência de Assistência Social  
**CRETIART** Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Tiquié  
**CR-RN** Coordenação Regional do Rio Negro (Funai)  
**CTL** Coordenação Técnica Local (Funai)  
**DAJIRN** Departamento dos Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro (FOIRN)  
**DIA WII** Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes  
**DMIRN** Departamento das Mulheres Indígenas do Rio Negro (FOIRN)  
**DSEI ARN** Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro  
**EB** Exército Brasileiro  
**FAM** Fundo Amazônia  
**FAPEAM** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas  
**FEI-AM** Fundação Estadual do Índio do Estado do Amazonas  
**FIOCRUZ** Fundação Oswaldo Cruz  
**FOIRN** Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro  
**Funai** Fundação Nacional do Índio  
**GT** Grupo de Trabalho  
**ICCO** Interchurch Organization for Development Cooperation  
**ICMBio** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.  
**IDAM-AM** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.  
**IFAM** Instituto Federal do Amazonas  
**INPA** Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
**INSS** Instituto Nacional do Seguro Social  
**IPHAN** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**ISA** Instituto Socioambiental  
**JCA** Programa Jovem Cientista Amazônica (Fapeam)  
**MAPA** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
**MCTIC** Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação  
**MEC** Ministério de Educação  
**MMA** Ministério do Meio Ambiente  
**MME** Ministério de Minas e Energia  
**MPF** Ministério Público Federal

**MS** Ministério da Saúde  
**NADZOERI** Organização Baniwa e Koripako  
**NORAD** Norwegian Agency for Development Cooperation  
**NUMIRT** Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié  
**OIBV** Organização Indígena de Bela Vista  
**OIDSL** Associação Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local  
**PDPI** Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas  
**PF** Polícia Federal  
**PEF** Pelotão Especial de Fronteira  
**PGTA** Plano de Gestão Territorial e Ambiental  
**PMAC** Projeto Monitoramento Ambiental e Climático da Bacia do Rio Negro  
**PNGATI** Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas  
**PPPI** Projeto Político Pedagógico Indígena  
**PPTAL** Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal  
**RCA** Rede de Cooperação Amazônica  
**RFN** Rainforest Foundation da Noruega  
**SAT-RN** Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro  
**SEDUC-AM** Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas  
**SEMA-AM** Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas  
**SEMED-SGC** Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira  
**SEPA** Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura do Amazonas  
**SEMPA** Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento  
**SEPROR-AM** Secretaria de Produção do Amazonas  
**SESAI** Secretaria Especial de Saúde Indígena  
**SGC** São Gabriel da Cachoeira  
**SOCITRUT** Sociedade das Comunidades Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié  
**SSL** Saúde Sem Limites  
**TCC** Trabalho de Conclusão de Curso  
**TI** Terra Indígena  
**UCIRT** União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié  
**UE** União Europeia  
**UEA** Universidade Estadual do Amazonas  
**UFAC** União Familiar Animadora Cristã  
**UFAM** Universidade Federal do Amazonas  
**UNIRT** União das Nações Indígenas do Rio Tiquié  
**UNIRVA** União das Nações Indígenas do Uaupés-Acima  
**3 TIIC** Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura













# Legendas e créditos das imagens

## Página 137

Foto I. Pesquisadores indígenas da região de Dia WII em oficina de treinamento para realização do Levantamento Socioambiental. Aloísio Cabalzar/ISA, 2016.

Foto II. Larissa Duarte, pesquisadora do PGTA da região DIA WII entrevista moradores no Baixo Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2016

Foto III. Assembleia regional da FOIRN / DIA WII em Pari-cachoeira. Arquivo FOIRN, 2018.

Foto IV. Fórum de Consulta do PGTA na região do Baixo Uaupés, comunidade Matapi. Aline Scolfaro/ISA, 2017.

Foto V. Grupo de discussão das mulheres durante Fórum de Consulta do PGTA na região do Baixo Uaupés, comunidade Matapi. Aline Scolfaro/ISA, 2017.

## Página 138

Foto VI. Mulheres atentas às apresentações e discussões durante Fórum de Consulta do PGTA na região do Alto Tiquié, comunidade São Pedro. Lucas Bastos, 2017.

Foto VII. Rosivaldo Miranda, pesquisador indígena da região DIA WII, apresenta propostas e demandas para o PGTA, comunidade Matapi, Baixo Uaupés. Aline Scolfaro/ISA, 2017.

Foto VIII. Ivo Fontoura/Foirn e Denivaldo Cruz/Funai entrevistam morador de Cachoeira do Machado durante oficina do PGTA no rio Traíra. Edilson Ovo Villegas Ramos/Comunicadores Indígenas, 2018.

Foto IX. Anotações durante oficina do PGTA na comunidade Cachoeira do Machado, rio Traíra. Edilson Ovo Villegas Ramos/Comunicadores Indígenas, 2018.

Foto X. Aluno de escola indígena em oficina de mapeamento na comunidade Trovão, Baixo Uaupés. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

## Página 139

Foto XI. Exercícios de mapeamento durante oficina do PGTA no rio Traíra, comunidade Cachoeira do Machado. Edilson Ovo Villegas Ramos/Comunicadores Indígenas, 2018.

Foto XII. Oficina de mapeamento no Baixo Uaupés, comunidade Trovão. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Foto XIII. Rosivaldo Miranda, pesquisador do PGTA da região DIA WII, entrevista moradores Yuhupdêh no Baixo Tiquié. Pieter-Jan van der Veld/ISA, 2016.

Foto XIV. Crianças brincando e se refrescando no rio, comunidade Barreira Alta, Médio Tiquié. Aline Scolfaro/ISA, 2012.



Página 140

Foto XV. Acampamento de pesca dos Yuhupdëh na foz do igarapé Cunuri, Baixo Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2005.

Foto XVI. Crianças atravessando o rio de canoa, Baixo Uaupés. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Foto XVII. Grupo de dança tuyuka em visita à comunidade Ipanoré, Baixo Uaupés. Expedição da cobra-canoa/projeto Mapeo. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Página 141

Foto XVIII. Grupo de dança de cariçu formado por estudantes durante encerramento de módulo da Licenciatura Indígena/Ufam, Taracuá, Baixo Uaupés. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Foto XIX. Dança de kapiwaya, comunidade São Pedro, Alto Tiquié. Aline Scolfaro/ISA, 2014.

Foto XX. Preparação para festa do padroeiro na maloca da comunidade São Pedro, alto Tiquié. Aloísio Cabalzar/ISA, 2007.











**PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DIA WII  
COORDENADORIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO TIQUIÉ, VAUPÉS E AFLUENTES**

